



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 166 - SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa - (PSC-PI) ⁷
4ª SECRETÁRIA
 Patrícia Saboya - (PDT-CE) ⁶

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - César Borges - (PR-BA)
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p align="center">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p align="center"> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior </p> <p align="center">Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p align="center"> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valtér Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha ⁴ Neuto De Conto </p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</p> <p align="center">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p align="center"> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p align="center">Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante</p> <p align="center"> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns ³ </p> <p align="center">Líder do PR - 3 João Ribeiro</p> <p align="center"> Vice-Líder do PR Expedito Júnior ⁵ </p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 28</p> <p align="center">Líder Raimundo Colombo - DEM ¹</p> <p align="center"> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana </p> <p align="center">Líder do PSDB - 15 Arthur Virgílio</p> <p align="center"> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes </p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino</p> <p align="center"> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos ² Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes </p>
<p align="center">PTB - 8</p> <p align="center">Líder Gim Argello - PTB</p> <p align="center"> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma </p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p align="center"> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma </p>
<p align="center">PV - 1</p> <p align="center">Líder Marina Silva - PV</p>	<p align="center">PSC - 1</p> <p align="center">Líder Mão Santa - PSC</p>	
<p align="center">PDT - 5</p> <p align="center">Líder Osmar Dias - PDT</p>		

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE

<p align="center"> Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial </p>	<p align="center"> Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia </p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 187ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.426, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do coordenador de projetos sociais do Grupo AfroReggae, Evandro João Silva*..... 54352

Nº 1.427, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso à bloqueira cubana Yoani Sánchez*. 54353

Nº 1.428, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Luiz Paulo Vellozo Lucas*. 54353

Nº 1.429, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Lindoberto Pereira Silva (Beto Leão)*. 54353

Nº 1.430, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro da Justiça a cópia da íntegra do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, fitas e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da referida operação, realizada pela Polícia Federal*. 54354

Nº 1.431, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República a cópia da íntegra do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, fitas e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da referida operação, realizada pela Polícia Federal*. 54360

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriados para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica*. 54366

1.2.3 – Ofício da Liderança do Bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB na Câmara dos Deputados

Nº 284/2009, de 21 do corrente, solicitando a retirada do nome do Deputado Rodrigo Rollemberg, como titular, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças

Climáticas. *Desligamento do Deputado Rodrigo Rollemberg, como titular, da referida comissão*. 54366

1.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), *encaminhando cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0)*. 54366

Nº 59, de 2009 (nº 1.433/2009, na origem), *encaminhando cópia do Acórdão nº 2.408, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de auditoria das obras de manutenção e recuperação dos sistemas da Petrobrás de produção de óleo e gás natural na região Sudeste (TCs 005.991/2003-1 e 008.037/2006-6)*. 54367

1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009 (nº 1.033/2003, na Casa de origem), *que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas*. 54367

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, lido anteriormente, perante a Comissão de Assuntos Sociais, onde será apreciado terminativamente. 54365

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Preocupação com o transcurso de 30 dias da ocupação da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, pelo presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya. Questionamento sobre o uso político da representação brasileira em Honduras. Observações sobre a atenção que o Brasil deve dar ao Paraguai, país fornecedor de armas contrabandeadas para as milícias das favelas cariocas.... 54365

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Coordenador de Projetos Sociais do Grupo AfroReggae, Evandro João da Silva..... 54372

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Críticas ao Presidente Lula por ter afirmado em entrevista à Folha de S. Paulo, desta quinta-feira que, “se Jesus Cristo quisesse ter algum sucesso político neste país teria que se juntar a Judas”. Anúncio aos aposentados do país de que já tem 30 assinaturas para a criação da CPI para investigar a Previdência Social. 54377

SENADOR *MARCELO CRIVELLA*, como Líder – Homenagem pelo transcurso, em 20 de outubro, do Dia do Arquivista, e apelo ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil da Presidência da República para que adotem um plano de cargos e salários para os servidores do Arquivo Nacional... 54380

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI* – Comemoração pelo transcurso, em 25 de outubro, do Dia do Cirurgião-Dentista e Dia Nacional da Saúde Bucal. Registro da realização da 8ª Semana Estadual de Prevenção da Saúde Bucal, no Rio Grande do Sul. 54381

SENADOR *OSVALDO SOBRINHO* – Homenagem ao Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, pelo trabalho que vem desenvolvendo, principalmente no setor de rodovias. Elogios ao trabalho que vem sendo realizado pelo Dr. Luiz Antonio Pagot, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). 54383

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE*, como Líder – Comemoração pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que reorganiza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. ... 54386

SENADOR *ALVARO DIAS* – Reflexão sobre as responsabilidades em relação ao recrudescimento da violência no país e a deficiência da política de segurança do governo federal. 54388

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR *FLÁVIO ARNS* – Destaque para a realização pelo Senado Federal da Semana Nacional da Visão e da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. 54403

1.4.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Comemoração pelo transcurso, no dia 24 de outubro, dos 76 anos da cidade de Goiânia. 54406

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Transcrição nos Anais da Casa do conteúdo das três Resoluções do Comitê Central do PCdoB, que refletem o forte consenso que há entre os comunistas a respeito da proteção da Amazônia, da questão indígena e da exploração do petróleo e do pré-sal. 54407

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “TCU: Petrobrás admitiu superfaturamento”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 02 de setembro último. 54412

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* - Registro da matéria intitulada “Censura ao ‘Estado’ faz 60 dias e TJ pode julgar o caso amanhã”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 02 de setembro último. 54413

SENADOR *GERSON CAMATA* – Questionamento sobre a pretensão anunciada pelo bispo da diocese de Barra, na Bahia, dom Luiz Flávio Cappio, de construir, no local em que foi morto o terrorista Carlos Lamarca, um santuário em sua homenagem. 54415

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 22.10.2009

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 187ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 22 de outubro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Sadi Cassol e Osvaldo Sobrinho.

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e Encer-
ra-se às 16 Horas e 37 Minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/10/2009 07:00:00 até 22/10/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
Bloco-PT	MS	DEL CÍDIO AMARAL		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PDT	CE	FLÁVIO TORRES		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PMDB	MA	LOBÃO FILHO		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO		X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X					

Compareceram: 52 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.426, DE 2009

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento no último domingo, dia 18, do coordenador de projetos sociais do Grupo AfroReggae, Evandro João Silva, de 42 anos. Ele foi morto durante um assalto no Rio de Janeiro.

Justificação

Evandro João da Silva estava no AfroReggae há dez anos. Começou como professor de informática, foi promovido a coordenador do núcleo de Parada de Lucas, um dos cinco núcleos de cultura que o AfroReggae mantém em favelas do Rio e atualmente, era coordenador de projetos sociais da Instituição. Dentre os projetos pelos quais foi responsável está o Rebelião Cultural, promovido pelo F4 – **pool** de organizações não governamentais, formado por AfroReggae, Cufa, Nós do Morro e Observatório de Favelas – cujo objetivo é levar cursos e oficinas, para dentro de presídios cariocas.

O Grupo Cultural AfroReggae (CGAR) surgiu em janeiro de 1993, inicialmente em torno do jornal **Afro Reggae Notícias**, um veículo de informação que visava à valorização e à divulgação da cultura negra, voltado sobretudo para jovens ligados em ritmos como reggae, soul, hip-hop e outros.

Nessa época já tinha como objetivo e missão oferecer formação cultural e artística para jovens moradores de favelas de modo a que tivessem meios de construir suas cidadanias e pudessem escapar do caminho do narcotráfico e do subemprego.

Com o passar do tempo os projetos foram se aperfeiçoando, a instituição foi crescendo e os resultados começaram a aparecer. Em 1997, o CGAR inaugurou o Centro Cultural AfroReggae Vigário Legal em Vigário Geral. Com um espaço físico bem estruturado dentro da comunidade, o trabalho pôde se desenvolver com maior qualidade e planejamento e com isso foi possível tornar essa iniciativa uma referência de prática sociocultural na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, o CGAR desenvolve diversos programas e projetos em quatro comunidades diferentes. Numa das favelas de Parada de Lucas, vizinha a Vigário Geral, onde as facções rivais do tráfico vivem em guerra desde 1985, é desenvolvido, desde outubro de 2001, o projeto Rompendo Fronteiras, cujo objetivo é levar o

trabalho social onde quer que ele se faça necessário, independentemente do fato de Lado A e Lado B estarem em conflito. Na verdade, a guerra que os mobiliza é contra a pobreza e a violência. Lá em Parada de Lucas, suas armas são os cursos em diversas áreas da tecnologia digital oferecidos para a comunidade com o apoio da HP e da El Paso, além das oficinas de capoeira, história em quadrinhos e violinos.

No Cantagalo-Pavão/Pavãozinho, o CGAR utiliza a linguagem do circo – malabares, trapézio, acrobacias etc. – para realizar um trabalho que traz alegria e consciência para jovens que viviam na corda bamba em vários sentidos. Desde 1996, funciona no anfiteatro do Ciep de Ipanema, uma oficina de circo aberta à comunidade. Como resultado dessas aulas, foi criada a trupe Levantando a Lona para fazer espetáculos públicos e propiciar aos alunos se profissionalizarem como artistas.

Tem ainda o Programa de Comunicação que conta com o site AfroReggae.org. portal sobre o CGAR e a cultura afro-brasileira em geral na internet. Além disso, produzem matérias jornalísticas para o Canal Futura.

Apesar de toda a diversidade de atividades, a música tem sido, em Vigário Geral, o melhor instrumento para atrair os jovens a participar do CGAR. O sucesso obtido com a Banda AfroReggae, tanto artístico quanto como modelo de projeto social, fez com que outros jovens quisessem percorrer o mesmo caminho e, hoje, há em Vigário mais três grupos musicais, em fase de amadurecimento, mas que já fazem apresentações públicas: Afro-Lata, Afro-Samba e Banda Makala Música e Dança. Além disso, em Vigário Geral, existem os seguintes Subgrupos: Afro Mangue, Tribo Negra, Akoni e Kitôto.

Eu mesmo, senhor presidente, senhoras e senhores senadores, tive a oportunidade de conhecer de perto o trabalho do grupo. No dia 14 de agosto de 2008, proferi palestra na Associação de Moradores no Complexo do Alemão a convite do Grupo Cultural AfroReggae. Foi justamente Evandro João da Silva, o coordenador daquele evento, juntamente com José Júnior. Pediram-me para explicar como a Renda Básica de Cidadania, ao prover o direito de todas as pessoas participarem da riqueza da nação, de maneira incondicional, poderia contribuir significativamente para que em nosso País e, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, houvesse um sentimento muito maior de solidariedade, de justiça, de condições de sobrevivência e dignidade para todos. Assim, haveria a diminuição do grau de criminalidade e violência que vem preocupando a todos nós. Evandro João da Silva, foi um dos que aprovou entusiasticamente a Renda Básica de Cidadania. Infelizmente, ele se foi antes que ela tenha sido implementada.

Assim como eu, muitos que conheceram Evandro e seu trabalho, estão surpresos com a barbárie que foi a sua morte. José Júnior, coordenador-executivo do AfroReggae afirmou: “Choca ver uma pessoa que era um mediador dos conflitos, um cara que morou na favela, só fazia o bem, ser assaltado, roubado e morto da maneira que foi. Me choca a polícia não ter prestado socorro”.

Já o diretor artístico do grupo diz que a morte de Evandro não significa o fim do seu trabalho: “o fato de Evandro ter partido não significa a sua derrota. Ele foi fazer companhia a outros que antes de nós dedicaram a sua vida a construir a paz, e a justiça. Se um pouco de nós se foi com ele, um pouco dele também ficou em nós”.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2009. – Senador **Eduardo Suplicy** – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.427, DE 2009

Requer Voto de Aplauso à blogueira cubana Yoani Sánchez pela corajosa entrevista concedida à revista *Veja*, de 7-10-2009.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à blogueira cubana Yoani Sánchez pela coragem e determinação em mostrar ao mundo a realidade dos habitantes em Cuba.

Requeiro, ainda, com espeque no art. 215, II, f, combinado com o art. 210, II, a publicação da entrevista concedida à revista *Veja*, no dia 7-10-2009, para transcrição nos Anais da Casa.

Justificação

Acusada de ser perigosa, mercenária do império e tentar destruir o sistema imposto pelo governo cubano, Yoani Sánchez vive sob forte vigilância da polícia política, uma forma de manietá-la e amordaçá-la para não escrever e falar o que se passa naquele país. Não precisava tanto, pois os meios de comunicação naquela ilha, por si só, são precários.

Por tanto amar Cuba e seus patrícios é que Yoani Sánchez luta essa luta desigual, sonha esse sonho impossível, pelo menos no momento, para que as gerações futuras possam viver em um país realmente livre.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2009. – Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2009

Requer Voto de Aplauso ao senhor Luiz Paulo Vellozo Lucas, presidente do Instituto Teotônio Vilela.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal Voto de Aplauso ao Senhor Luiz Paulo Vellozo Lucas, presidente do Instituto Teotônio Vilela, pela proposta de debater na internet os principais projetos nacionais que comporão as bases do futuro governo proposto pelo PSDB, DEM E PPS.

Justificação

O futuro é agora, antecipar-se aos problemas é minimizar as possibilidades de insucesso, por conseguinte, maximizar as chances de êxito na condução dos destinos da nação.

Debater os grandes temas nacionais e seus projetos caracteriza a sensibilidade do presidente Luiz Paulo Vellozo Lucas em chamar os brasileiros a emitir seus pareceres e aforma um senso comum em torno de questões vitais para a nação brasileira.

Dignifica-nos a iniciativa, fazendo-o merecedor do reconhecimento desta Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB/GO.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.429, DE 2009

Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Lindoberto Pereira Silva (Beto Leão)

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista escritor e diretor de cinema Lindoberto Pereira Silva, conhecido por Beto Leão.

Justificação

Vitimado por um AVC, Beto Leão faleceu no último dia 19 deixando órfã a cultura goiana, e, por que não dizer, a cultura nacional.

Formado em jornalismo pela Universidade Federal de Goiás no final dos anos 1970. Beto Leão era amante da sétima arte, tornou-se conhecido diretor, roteirista, pesquisador de cinema e autor de vários livros ao longo da sua trajetória, dentre os quais destaca-se Goiás no Século do Cinema Bennio – Da Cozinha para a Sala Escura, Cinema Ambiental no Brasil, Cinema de A a Z e um dos autores da “Enciclopédia do Cinema Brasileiro”.

Sua formação acadêmica permitiu a Beto Leão ser crítico de cinema do jornal de Goiás, Diário da Manhã, e editor geral de revistas como Oásis, Novos Dias e Revista de Cinema – São Paulo-SP.

Plagiando Nelson Gonçalves e cultura brasileira canta: naquela mesa tá faltando ele e a saudade dele tá doendo em mim.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2009. – Senador **Marconi Perillo** – 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.430, DE 2009 (REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009 - CRE)

Requeremos, nos termos regimentais, seja solicitada ao Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, cópia dos seguintes documentos:

1. Integra do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal;
2. Fitas, e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009.



Sen. Alcizio Mercadante

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009 - CRE.

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 16/10/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDI	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deixa eu primeiro dar uma explicação. O Senador Heráclito, Senador Wellington, me encaminhou aqui uma correspondência e eu vou tomar as providências. Exatamente se queixando da demora das informações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quem é que tem... Se é a Polícia Federal, a ABIN... Precisamos saber quem é que pode falar--

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que não precisava de uma sessão secreta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar da tensão que tivemos aqui, da forma que estamos chegando a esse fato, eu acho que o encaminhamento e a comissão deveria fazer seria primeiro solicitar o conjunto da investigação da Operação Satiagraha. Para verificar, de fato, as responsabilidades da ABIN, da Polícia Federal nesse processo, se houve abuso de autoridade, quem praticou, aonde, em que circunstância e fazer uma análise mais completa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa era boa. Essa... Cem por cento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que esse é o caminho que a comissão deveria fazer. Para que a gente ter uma análise completa do processo e saber os procedimentos.

Segundo, no caso específico em que são mencionados Parlamentares Senadores, acho que nós deveríamos solicitar, tanto à ABIN e à Polícia Federal a cópia do original ou de uma reprodução da fita. Porque, como está mencionando a existência de uma fita, essa fita tem, evidentemente, tem que estar nos autos. Você não pode ter uma degravação de uma fita que não existe. Então, era é importante que fosse colocada à disposição da comissão a fita no que se refere a esses trechos que nós estamos discutindo, onde são mencionados senadores.

Então, eu pediria ao Presidente da comissão solicitasse a fita, uma cópia da fita, nos trechos que são mencionados senadores, para que a gente possa fazer a perícia e verificar se há. Porque, se não há, houve crime, sim, houve crime. Se não há fita, se não há original, se não há

comprovação das vozes, houve crime. E aí os funcionários que estiverem envolvidos terão que se apresentar e terão que ser processados.

Então, eu pediria a íntegra da Operação Satiagraha e esses trechos para fazerem acompanhar da suposta degravação. Acho isso indispensável para que as pessoas possam se defender. Porque a suposição de um diálogo; o Senador Heráclito nega que tenha participado e dois funcionários fazem uma degravação identificando como sendo sua voz, só há uma forma de dirimir essa dúvida: é a disposição da fita pela comissão para que possa ser devidamente esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quero só lembrar que, tanto na Polícia Federal quanto na ABIN, foram feitas mudanças também, há que se reconhecer, exatamente em função de abusos que foram cometidos, não só nessa situação, mas em outras situações, realmente houve... Acabaram por acontecer mudanças na gestão da Polícia Federal e da ABIN e um dos motivos foram abusos como esse, não só na Satiagraha, mas outras questões também conhecidas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu proporia aqui requerer, pela Corregedoria, todo o material para ser analisado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa proposta me atende perfeitamente. Eu quero esclarecer. Não tenho nenhuma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então vamos agora... Eu já tinha anunciado o Senador Valadares, antes da... Queria abrir o processo de votação depois da fala do Senador Wellington. Então, já declaro aberto o processo de votação e lhe passo a palavra para uma última indagação.

ORADOR INDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu renuncio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente. Presidente Eduardo Azeredo, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, Senador... Quem está pedindo a palavra? Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Haverá a sessão secreta após a votação, não é isso? [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero lembrar aos Srs. Senadores, nós vamos ter uma parte secreta em seguida.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O outro Requerimento é que requer também ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência levantamentos... Relatórios de Inteligência elaborados durante as investigações, levantamentos a respeito do assim chamado "Escândalo dos Aloprados", ocorrido em meados de 2006.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos ter em seguida a reunião secreta ainda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos orais, que eu gostaria que V. Exa. votasse. A solicitação da íntegra do inquérito da Operação Satiagraha e especificamente as supostas fitas que foram objeto da degravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Vou colocar, então, já em discussão e votação, mas pedindo para que seja formalizado em seguida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu poderia sugerir que a Corregedoria fizesse isso para poder ter o prosseguimento investigatório?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que solicitaria que fosse feito no âmbito da comissão e depois, se for necessário, encaminharíamos à Corregedoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Coloco em discussão os dois requerimentos. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está também aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, cheguei agora, meu voto, não tive oportunidade de proferir meu voto, mas queria dizer que, já que houve a votação e está encerrada, meu voto era totalmente de apoio à indicação do nosso ilustre Superintendente da ABIN--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O voto é secreto [risos]. Senador Dornelles, nós vamos ter ainda uma parte secreta, logo em seguida, eu quero já anunciar o resultado, foram 14 votos sim, um voto não, nenhuma abstenção. Portanto, está aprovado, nessa comissão, o nome do Sr. Wilson Roberto Trezza para Diretor-Geral da ABIN.

Eu peço, então, aos senhores... Exceto os Srs. Senadores, que se retirem, que fiquem apenas os senadores para que possamos continuar essa parte da reunião. Meus cumprimentos ao Dr. Wilson.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL –
CRE**

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária, desta comissão, e submeto a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Temos aqui um esclarecimento a fazer aos membros da comissão. Informo aos membros que os Requerimentos nº. 82 e 83, de 2009, de autoria do Senador Mercadante, foram aprovados ontem, dia 14, que haviam sido endereçados à Agência Brasileira de Inteligência e à Polícia Federal, serão encaminhados respectivamente aos Ministros do Gabinete de Segurança Institucional e da Justiça, tendo em vista o disposto no art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de introduzirmos os nossos Embaixadores convidados, temos dois requerimentos aqui a serem submetidos ao Plenário.

O primeiro é de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. *"Nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno, requeiro seja considerado como em missão no exterior, sem ônus para o Senado Federal, minha visita ao Japão, no período de 22 de outubro a 03 de novembro do corrente, para tratar de tecnologias de combustíveis alternativos de veículos, matéria de relevante interesse para o Brasil. Outrossim, comunico, conforme o estabelecido no art. 39 do mesmo Regimento, que estarei ausente do país no período acima referido".* Os senhores parlamentares que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

O outro é de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *"Requer aditamento ao Requerimento nº 67, de 2009, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a finalidade de incluir no rol de convidados o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, a Sra. Beatriz Macedo".* Os parlamentares que concordam com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

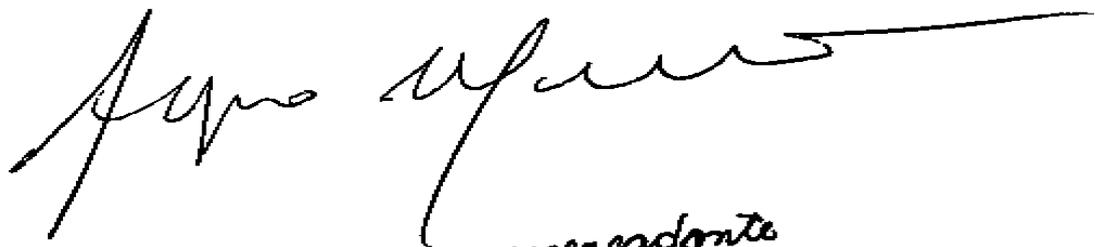
(À Mesa para Decisão)

REQUERIMENTO
Nº 1.431, DE 2009
(REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009 - CRE)

Requeremos, nos termos regimentais, seja solicitada ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército Jorge Armando Felix, cópia dos seguintes documentos:

1. Integra do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal;
2. Fitas, e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2009.


Sen. Aloizio Mercadante

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009 - CRE.

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 19 / 10 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PR)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIER SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deixa eu primeiro dar uma explicação. O Senador Heráclito, Senador Wellington, me encaminhou aqui uma correspondência e eu vou tomar as providências. Exatamente se queixando da demora das informações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quem é que tem... Se é a Polícia Federal, a ABIN... Precisamos saber quem é que pode falar--

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que não precisava de uma sessão secreta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar da tensão que tivemos aqui, da forma que estamos chegando a esse fato, eu acho que o encaminhamento e a comissão deveria fazer seria primeiro solicitar o conjunto da investigação da Operação Satiagraha. Para verificar, de fato, as responsabilidades da ABIN, da Polícia Federal nesse processo, se houve abuso de autoridade, quem praticou, aonde, em que circunstância e fazer uma análise mais completa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa era boa. Essa... Cem por cento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que esse é o caminho que a comissão deveria fazer. Para que a gente ter uma análise completa do processo e saber os procedimentos.

Segundo, no caso específico em que são mencionados Parlamentares Senadores, acho que nós deveríamos solicitar, tanto à ABIN e à Polícia Federal a cópia do original ou de uma reprodução da fita. Porque, como está mencionando a existência de uma fita, essa fita tem, evidentemente, tem que estar nos autos. Você não pode ter uma degravação de uma fita que não existe. Então, era é importante que fosse colocada à disposição da comissão a fita no que se refere a esses trechos que nós estamos discutindo, onde são mencionados senadores.

Então, eu pediria ao Presidente da comissão solicitasse a fita, uma cópia da fita, nos trechos que são mencionados senadores, para que a gente possa fazer a perícia e verificar se há. Porque, se não há, houve crime, sim, houve crime. Se não há fita, se não há original, se não há

comprovação das vozes, houve crime. E aí os funcionários que estiverem envolvidos terão que se apresentar e terão que ser processados.

Então, eu pediria a íntegra da Operação Satiagraha e esses trechos para fazerem acompanhar da suposta degravação. Acho isso indispensável para que as pessoas possam se defender. Porque a suposição de um diálogo; o Senador Heráclito nega que tenha participado e dois funcionários fazem uma degravação identificando como sendo sua voz, só há uma forma de dirimir essa dúvida: é a disposição da fita pela comissão para que possa ser devidamente esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quero só lembrar que, tanto na Polícia Federal quanto na ABIN, foram feitas mudanças também, há que se reconhecer, exatamente em função de abusos que foram cometidos, não só nessa situação, mas em outras situações, realmente houve... Acabaram por acontecer mudanças na gestão da Polícia Federal e da ABIN e um dos motivos foram abusos como esse, não só na Satiagraha, mas outras questões também conhecidas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu proporia aqui requerer, pela Corregedoria, todo o material para ser analisado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa proposta me atende perfeitamente. Eu quero esclarecer. Não tenho nenhuma...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então vamos agora... Eu já tinha anunciado o Senador Valadares, antes da... Queria abrir o processo de votação depois da fala do Senador Wellington. Então, já declaro aberto o processo de votação e lhe passo a palavra para uma última indagação.

ORADOR INDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu renuncio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente. Presidente Eduardo Azeredo, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, Senador... Quem está pedindo a palavra? Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Haverá a sessão secreta após a votação, não é isso? [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero lembrar aos Srs. Senadores, nós vamos ter uma parte secreta em seguida.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O outro Requerimento é que requer também ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência levantamentos... Relatórios de Inteligência elaborados durante as investigações, levantamentos a respeito do assim chamado "Escândalo dos Aloprados", ocorrido em meados de 2006.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos ter em seguida a reunião secreta ainda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos orais, que eu gostaria que V. Exa. votasse. A solicitação da íntegra do inquérito da Operação Satiagraha e especificamente as supostas fitas que foram objeto da degravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Vou colocar, então, já em discussão e votação, mas pedindo para que seja formalizado em seguida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu poderia sugerir que a Corregedoria fizesse isso para poder ter o prosseguimento investigatório?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que solicitaria que fosse feito no âmbito da comissão e depois, se for necessário, encaminharíamos à Corregedoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Coloco em discussão os dois requerimentos. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está também aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, cheguei agora, meu voto, não tive oportunidade de proferir meu voto, mas queria dizer que, já que houve a votação e está encerrada, meu voto era totalmente de apoio à indicação do nosso ilustre Superintendente da ABIN--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O voto é secreto [risos]. Senador Dornelles, nós vamos ter ainda uma parte secreta, logo em seguida, eu quero já anunciar o resultado, foram 14 votos sim, um voto não, nenhuma abstenção. Portanto, está aprovado, nessa comissão, o nome do Sr. Wilson Roberto Trezza para Diretor-Geral da ABIN.

Eu peço, então, aos senhores... Exceto os Srs. Senadores, que se retirem, que fiquem apenas os senadores para que possamos continuar essa parte da reunião. Meus cumprimentos ao Dr. Wilson.

[Sessão secreta às 14h10].

[Sessão reaberta ao público às 15h03].

**44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.
REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 43 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária, desta comissão, e submeto a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Temos aqui um esclarecimento a fazer aos membros da comissão. Informo aos membros que os Requerimentos nº. 82 e 83, de 2009, de autoria do Senador Mercadante, foram aprovados ontem, dia 14, que haviam sido endereçados à Agência Brasileira de Inteligência e à Polícia Federal, serão encaminhados respectivamente aos Ministros do Gabinete de Segurança Institucional e da Justiça, tendo em vista o disposto no art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de introduzirmos os nossos Embaixadores convidados, temos dois requerimentos aqui a serem submetidos ao Plenário.

O primeiro é de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. *"Nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno, requero seja considerado como em missão no exterior, sem ônus para o Senado Federal, minha visita ao Japão, no período de 22 de outubro a 03 de novembro do corrente, para tratar de tecnologias de combustíveis alternativos de veículos, matéria de relevante interesse para o Brasil. Outrossim, comunico, conforme o estabelecido no art. 39 do mesmo Regimento, que estarei ausente do país no período acima referido".* Os senhores parlamentares que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

O outro é de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *"Requer aditamento ao Requerimento nº 67, de 2009, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a finalidade de incluir no rol de convidados o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, a Sra. Beatriz Macedo".* Os parlamentares que concordam com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 481, DE 2009**

Determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriadas para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as escolas da educação básica deverão ter instaladas quadras esportivas e locais apropriados para a prática dos esportes olímpicos.

§ 1º Os sistemas de ensino terão o prazo de um ano após a publicação desta Lei para cumprirem o que determina o *caput* deste artigo.

§ 2º O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo constitui crime de responsabilidade da autoridade competente e, quando denunciada e comprovado o dolo, implica as sanções previstas na legislação vigente.

Art. 2º O Ministério da Educação estabelecerá os critérios para a execução do que determina o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após termos sediado os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos no Rio em 2007, nosso país será sede dos Jogos Mundiais Militares Rio 2011, da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos XXXI Jogos Olímpicos e XV Jogos Paraolímpicos Rio 2016.

Essas conquistas de sedes ocorrem apesar do tímido desenvolvimento e valorização dados ao esporte brasileiro nos últimos anos, o que pode ser percebido pelo baixo desempenho brasileiro nos grandes eventos esportivos mundiais, quando comparado com países de porte equivalente. A razão deste baixo desempenho está no abafamento de nossos talentos que ficam perdidos por falta de acesso aos esportes para quais seus dons ficam submersos. Isto decorre da fragilidade do nosso sistema educacional, porque a escola é o principal local onde o talento de cada criança se manifesta e é identificado. Para um bom desempenho olímpico precisamos fazer mais, e revolucionar o des-

porto educacional, base de iniciação e formação do esporte nacional.

A obrigatoriedade de quadras esportivas para a prática de esportes olímpicos é marco importante para o desporto educacional. Se, ao lado destas quadras escolares que servirão de lazer, for implantado programa de apoio ao desenvolvimento do talento de cada atleta, o Brasil não apenas sediará as Olimpíadas em 2016, será também um país com número substancial de medalhas, e se transformará numa potência esportiva nesses Jogos Olímpicos e nos seguintes.

Por acreditar ser esta proposição um grande avanço para a educação e para o esporte brasileiro, contamos com o apoio dos senadores e senadoras para uma rápida tramitação.

Sala das Sessões, Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. B/284/09

Brasília, 21 de outubro de 2009

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência retirada do nome do Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB – DF), como titular, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Respeitosamente, – Deputado Marcio França, Líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB.

Respeitosamente, Deputado **Marcio França**, Líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A Presidência comunica o desligamento do Deputado Rodrigo Rollemberg, como titular, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em atendimento ao expediente que acaba de ser lido.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria

de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0); e

Nº 59, de 2009 (nº 1.433/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.408, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de auditoria das obras de manutenção e recuperação dos sistemas da Petrobrás de produção de óleo e gás natural na região Sudeste (TCs 005.991/2003-1 e 008.037/2006-6).

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O Aviso nº 58, de 2009, vai às Comissões de Assuntos Sociais; de Desenvolvimento Regional e Turismo e, em cópia, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Aviso nº 59, de 2009, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, anexado, em cópia, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007 (nº 7.709/2007, na Casa de origem)

Sobre a mesa projeto recebido da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 220, DE 2009**

(nº 1.033/2003, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin)

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de:

I – contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II – roubos ou outras espécies de violência física;

III – acidentes de trânsito; e

IV – acidentes de trabalho.

.....”(NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.033, DE 2009

Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida como perigosa a atividade de vigilância ou de transporte de valores, passando o empregado que a exerce a ter direito a uma remuneração adicional de 30% sobre o salário que perceber, a título de adicional de periculosidade, a qual se incorpora ao salário para todos os efeitos legais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O comando constitucional do art. 7º, inciso XXIII da Constituição Federal é o de preservar e compensar todos os trabalhos em situação de risco, não podendo o legislador regulamentar excluir do direito as atividades notoriamente perigosas. Vejamos o dispositivo constitucional:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;”

É ensinamento da doutrina constitucionalista que as normas constitucionais devem ser efetivas, não sendo meras declarações formais de intenções. Sobre o tema ilustrativo o julgado MM. Juiz Federal George Marmelstein Lima, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará que, nos autos do Processo nº 2000.81.00.010122-5, assim fundamentou sua decisão de condenar a União a pagar as diferenças decorrentes do não cumprimento do preceito constitucional de reajuste geral anual dos seus servidores:

“No âmbito do Poder Judiciário, a busca da máxima eficácia das normas constitucionais, ante as circunstâncias de cada caso, é o principal caminho que o intérprete e aplicador do direito deve trilhar. Se o próprio constituinte, “entregou-se, muitas vezes, a devaneios irrealizáveis, contribui para a desvalorização da Constituição como documento jurídico”, cabe ao jurista, ao se deparar com a inércia do Poder Público ante a um caso concreto de manifesto desrespeito à Constituição, “formular estruturas lógicas e prover mecanismos técnicos aptos a dar efetividade às normas jurídicas”. De fato, sendo o criador da lei individualizada no caso concreto, diante de uma norma consti-

tucional definidora de direitos, o Juiz, ao sentenciar, deve encontrar meios de tornar esta norma eficaz e exequível e não, covardemente, negar-se a cumprir os mandamentos constitucionais sob o argumento de que não existe legislação integradora disposta sobre a matéria. Rui Barbosa, em seu tempo, já lecionava que “não há, numa Constituição, cláusulas a que se deva atribuir meramente o valor moral de conselhos. Avisos ou lições. Todas têm força imperativa de regras ditadas pela soberania nacional ou popular de seus órgãos” (apud PIOVESAN, Flávia Proteção Judicial contra Omissões Legislativas. P. 52).

Dessa forma, parece-nos que não pode o legislador ordinário eximir-se de garantir efetividade às normas constitucionais. É neste sentido que apresentamos a presente proposição como norma regulamentadora do disposto no art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, diante da notória periculosidade da profissão de vigilantes com a escalada da violência em nosso País.

Importante, ainda, esclarecer que para fins da presente Lei são vigentes e empregadas em transportes de valores aqueles profissionais que se enquadram nas disposições da Lei nº 7.102, de 20-6-1983, alterando pelas Leis nº 9.017 de 30-3-1995 e 8.863 de 29-3-1994.

O próprio INS, já reconhece a profissão como atividades de risco notório ao conceituar Guarda/Vigia/Vigilante.

“Pessoa contratada por empresas especializadas em vigilância ou transportes de valores ou pelo próprio estabelecimento financeiro habilitada e adequadamente preparada, em curso de vigilante para impedir ou inibir ação criminosa que tem por obrigação funcional proteger o patrimônio de terceiros contra roubos, depredações e outros atos de violência, estando devidamente autorizado a portar e utilizar-se de arma de fogo no exercício de atividades de que trata este subitem ficando em decorrência sua integridade física expostas a risco habitual a permanente.” (Fonte: Rede Brasil Legislação Multimídia).

Também o STJ proferiu decisão pior unanimidade em 13-8-2002, onde este Corte, confirmando uma decisão do Egrégio TRF da 4ª Região entendeu serem os profissionais vigilantes beneficiários do tempo de serviços especial para os que atuam em situação de risco, mesmo a despeito da referida profissão não constar entre aquelas regulamentadas como perigosas pelo Decreto de nº 53.831/64. Vejamos o teor da Ementa e do Voto vencedor do Relator.

“EMENTA – PREVIDENCIÁRIO VIGILANTE PORTE DE ARMA DE FOGO ATIVIDADE PERIGOSA ENQUADRAMENTO DECRETO Nº 53.831/64 ROL EXEMPLIFICATIVO. I – Relatando comprovado que o autor esteve exposto ao fator de enquadramento de atividade como perigoso, qual seja o uso de arma de fogo, na condição de vigilante, deve ser reconhecido

o tempo de serviço especial, mesmo porque o rol de atividades consideradas insalubres perigosas ou penosas descritas naquele decreto, é exemplificativo e não exausto.

“II – Recurso Improvoso.”

“O presente recurso não merece prosperar.

O recorrente alega que a profissão de vigilante não se enquadra no item 2.5.7, do Anexo Decreto nº 53.831/64, que regulamente as atividades especiais, enquadramento como perigosa as atividades de Guarda, Bombeiro e Investigador, sob o argumento de que estas funções são de caráter público e de defesa do público enquanto aquela protege interesses privados.

Esta argumentação não procede, pois como bem salientamos pelo Tribunal de origem: **“o elemento essencial ao reconhecimento de periculosidade capaz de qualificar a atividade de guarda como especial este presente nos autos. O documento citado notifica que o Autor realmente trabalhava usando arma de fogo calibre 38”**.

Assim restando comprovado que o Autor esteve exposto ao fator de enquadramento de atividade como perigosa, qual seja, o uso de arma de fogo, a condição de vigilante deve ser reconhecido o tempo de serviço especial, mesmo porque o rol de atividades consideradas insalubres, perigosas ou penosas, descritas naquele Decreto, e exemplificativo e não exaustivo.

Destaco o propósito as palavras de Sérgio Pinto Martins sobre o tema”... Atualmente, a jurisprudência vem entendendo da mesma forma, dizendo que as atividades constantes do regulamento são exemplificativas e não taxativas. Provando o segurado que trabalha em condições perigosas insalubres ou penosas terá direito ao benefício.”

(Recurso Especial nº 413.614 – SC (2002/0019273-0) – Relator: Ministro Gilson Dipp – Recorrente Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – Recorrido: Pedro Dutkevis) – Fonte: Página do STJ, Internet, consulta realizada no dia 23-10-2002.

O presente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça traz em seu bojo a essencial da tese que sustentamos neste projeto, ou seja, a condição para que a atividade laboral seja considerada como perigosa é a comprovação de que o mesmo esteve, ou está exposto ao Fator de Enquadramento como perigosa.

Ora, Excelências, tendo o Superior Tribunal de Justiça entendido que o fator de enquadramento é o elemento essencial para a definição das atividades perigosas, tendo esse mesmo Colegiado Superior entendido que a exigência do porte de arma de fogo expõe os profissionais vigilantes ao fator de enquadramento das atividades perigosas. Parece-nos um sim-

ples exercício de lógica jurídica, que, se, os vigilantes tem sua atividade considerada perigosas para fins de aposentadoria especial, o tem para fins de recebimento de adicional de periculosidade.

Chegamos a tais conclusões num simples exercício de hermenêutica, onde as premissas fáticas e jurídicas de que a profissão de vigilante preenche o fator de enquadramento de atividade de risco, que é o labor com arma de fogo e a responsabilidade de defender, muitas vezes com a própria vida, o patrimônio alheio, num quadro de marginalidade crescente, nos levam as conclusões jurídicas de que a Constituição determinou a proteção a todas as atividades de risco, seja com o direito a aposentadoria especial, já definida pelo STJ, seja com o direito ao adicional de periculosidade.

Por fim, resta argumentar que o risco de atividade pertence ao mundo natural dos fatos e que a atividade do recorrente é notoriamente, perigoso, não só porque trabalha, portanto arma de fogo, mas também porque seu labor é proteger pessoas e patrimônio numa sociedade em, crescente escala de violência.

É nesse sentido que apresentamos a propositura visando regulamentar o art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, incluindo a profissão de vigilantes e empregados em transportes de valores entre aqueles que atuam em condições perigosas, e têm o direito de receber o adicional de periculosidade.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2003. – Deputada **Vanessa Graziotin** – PCdoB/AM.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977).

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22 de 22-12-1977).

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977).

LEI Nº 7.369, DE 20 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamento

Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

(À Comissão de Assuntos Sociais, decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A proposição, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, será apreciada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Sim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só quero pedir uma informação a V. Exª: qual a posição da minha inscrição no dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – É o segundo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia de ontem completaram-se trinta dias, um mês da ocupação da Embaixada Brasileira pelo Presidente Zelaya, Presidente deposto de Honduras.

É importante recordar que, no primeiro momento, foi feito um cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa com a entrada do Presidente Zelaya, e que, nesse cerco militar, foram cortados serviços básicos de luz, de água e de telefonia.

Aqui no Senado, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que presido, nós aprovamos um requerimento de protesto contra esse cerco,

alertando e temendo que pudesse haver um desdobramento ainda mais complicado, o que felizmente não aconteceu. Os serviços básicos foram restaurados e a Embaixada pôde funcionar.

Entretanto, o chamado “abrigo”, dado ao Presidente Zelaya, apesar de também contar com a nossa concordância num primeiro momento, já completou trinta dias e existe, de fato, uma ocupação da Embaixada brasileira, inclusive com a segurança sendo feita por forças paramilitares ligadas ao Presidente deposto.

O Brasil defende corretamente a democracia. Nós não podemos aceitar golpes de Estado. Entretanto, não podemos também aceitar que a nossa Embaixada seja usada politicamente, como vem sendo feito.

Em determinado momento, a Embaixada chegou a ter trezentas pessoas lá dentro. Esse número foi diminuindo, mas estacionou em algo em torno de cinquenta.

Reportagens na televisão brasileira, de alguma maneira, constrangeram a todos nós, porque mostraram que os bens brasileiros, os dados brasileiros estavam confinados atrás de uma porta, onde se lia questões do Brasil, e o Presidente Zelaya, instalado na sala do Embaixador, com a segurança – volto a dizer – sendo feita por forças paramilitares, e com 50 pessoas lá dentro que não são da nossa Embaixada.

Portanto, é uma situação de fato, que se vai estendendo. É claro que o abrigo não se clareou; o normal seria o Brasil dar um asilo ao Presidente Zelaya, pela nossa tradição diplomática. E no caso do asilo, ele evidentemente, depois de um certo tempo, teria que vir para cá. O que houve foi um abrigo, o que não é exatamente uma figura, do ponto de vista técnico, claramente definida.

Temos, portanto, a situação de fato em que a Embaixada brasileira está sob o controle do Presidente Zelaya. As negociações pela OEA continuam, mas sem uma definição e sem uma clareza. O Presidente Zelaya deu alguns ultimatos, os prazos venceram e a situação continua inconclusa. Portanto, esse é um ponto que preocupa e que deve ser levado em consideração. São trinta dias em que o Brasil não tem a sua Embaixada nas suas mãos. Ela está nas mãos do Presidente Zelaya e sua equipe.

O nosso Embaixador em Honduras está aqui no Rio de Janeiro, já que o Brasil retirou o Embaixador de lá; não rompeu relações, mas retirou-o. Ele já está indicado para um novo posto, já aprovado aqui pelo Senado há dois, três meses, e vai assumir uma das Embaixadas dos micropaíses, Antigua e Barbuda, e nós continuamos sem uma definição. Portanto, esse é um ponto importante que eu queria trazer.

Ainda nessa área das relações internacionais, o Brasil, em vez de ficar se preocupando muito com a

situação de um país mais longínquo, como é Honduras, que não faz divisa conosco, deveria se preocupar, Presidente, com o Paraguai. Esse, nós vimos no noticiário de ontem, é um fornecedor de armas contrabandeadas para a milícia das favelas cariocas, ou seja, é um país que lamentavelmente ainda fornece muitos dos bens contrabandeados ao Brasil.

O Presidente Lugo – compareci à posse dele no ano passado, há pouco mais de um ano, em agosto – tem uma relação com o Governo Brasileiro. Então, é o momento de o Presidente Lula, o Governo Brasileiro, pressionar o Governo do Paraguai para que finalmente se dedique um pouco mais, de maneira mais firme, ao combate ao contrabando dentro do seu país. Não é razoável que nós aceitemos: “Ah, mas o Paraguai é um país pobre. E essa atividade de contrabando, essa ilegalidade no tráfico de armas é uma forma de dar emprego”. Ora, não é assim; é evidente que não. E o Brasil tem dificuldades na fronteira, especialmente em Foz de Iguaçu. Nós precisamos de ter uma ação conjunta, mais forte entre o Governo brasileiro e o Governo do Paraguai para, de uma vez por todas, enfrentar essa questão de contrabando.

O contrabando de aparelhos eletrônicos, Senador Mário Couto, é coisa pequena perto do que acontece no contrabando de armas e no contrabando de drogas – esse sim. Não é razoável que o Brasil gaste o seu tempo com Honduras e não o faça com o Paraguai. Nós temos problemas com os brasileiros, camponeses que estão no Paraguai e que estão sendo, de alguma forma, incomodados, estão sendo ameaçados, aqueles que foram para lá cultivar as terras. Se é uma ocupação ilegal, evidentemente isso tem de ser combatido. Mas não é isso que tem acontecido.

Portanto, o Paraguai deve, sim, ser foco da política externa brasileira. O Brasil tem de se preparar mais para enfrentar essas questões. Não é possível que haja o que vimos ontem, quer dizer, um automóvel que sai do Paraguai, atravessa dois Estados e vai chegar ao Rio de Janeiro para entregar armas contrabandeadas ao tráfico de drogas das favelas cariocas, fazendo com que o Rio enfrente essa violência permanente, e não só o Rio.

Por outro lado, os carros roubados no Brasil, nós sabemos que têm como destino o Paraguai, muitas das vezes. Há de haver, portanto, uma colaboração permanente entre o Brasil e o Governo paraguaio. Nós precisamos de uma ação firme do Governo Brasileiro para estancar, de uma vez por todas, essa porta, essa hemorragia que é o tráfico de armas e de drogas que vem de nosso país vizinho.

Todo respeito, toda colaboração com o Paraguai, mas é hora de o Governo brasileiro usar essa amizade com o Presidente Lugo para acabar com esse tipo de atuação.

Na Comissão de Relações Exteriores, está prevista a presença do Ministro Edson Lobão, no mês de novembro, para que ele possa explicar as mudanças no Tratado de Itaipu, o que o Brasil cedeu ao Paraguai. Então, está na hora. O Brasil tem relações boas com o Paraguai. O Brasil cedeu ao Paraguai na questão de recursos, e está na hora de cobrar o fim desse contrabando permanente, que tem origem – em parte, pois evidentemente nem toda arma que chega ilegalmente às favelas vem do Paraguai – lá. E é o momento para que isso acabe.

Nós temos que ter também uma ação específica com relação à Bolívia; a população brasileira também enfrenta problemas na divisa do nosso País com a Bolívia.

Particpei, na última quinta-feira, no Rio de Janeiro, de uma conferência sobre a situação dos emigrantes brasileiros. São três milhões de brasileiros que estão no exterior. Lá estavam representantes de vários países, de várias regiões. Essa questão aflige o Ministério das Relações Exteriores, que fez uma conferência exitosa, uma conferência sob a direção do Embaixador Otto Maia, que é o responsável pelos consulados brasileiros, pelo atendimento à população brasileira no exterior. Também estava lá o Ministro Celso Amorim. É importante essa atuação. A preocupação de que falo aqui, com o Paraguai, com a Bolívia, com brasileiros na Bolívia, com brasileiros no Paraguai, se estende dentro desse enfoque dessa conferência de que participei.

Caminhando para concluir meu discurso, quero dizer que me chamou muito a atenção, Sr. Presidente, a questão da representação de brasileiros do exterior no Congresso Nacional.

Já aprovamos, aqui, em primeiro turno, uma emenda constitucional, do Senador Cristovam Buarque, prevendo que os brasileiros residentes no exterior – são três milhões – possam ter uma representação na Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, como o Senado estava no auge da crise pela qual foi afetado, tivemos uma interpretação equivocada de parte da imprensa dizendo que seria um gasto de dinheiro, que seriam criados mais cargos de Deputados, que nós já temos Deputados demais, quando, na verdade, o que se está fazendo é, primeiro, uma alteração na Constituição, prevendo a possibilidade de brasileiros no exterior e não apenas de brasileiros que estão nos Estados.

Depois, teríamos a segunda lei, esta sim disciplinando o número, a forma de eleição. Mas, pela proporcionalidade – 3 milhões de brasileiros no exterior e 190 milhões aqui –, poder-se-ia chegar a uma estimativa

pouco superior a cinco, seis ou sete parlamentares numa Câmara que têm 517.

Este foi um tema muito demandado pelos brasileiros que participaram dessa conferência. O Senador Cristovam Buarque deu o seguinte exemplo num vídeo projetado: Brasília tem pouco mais de 2 milhões de habitantes e tem 8 Deputados Federais na Câmara dos Deputados; 3 milhões de habitantes, nenhum representante para as comunidades que estão no exterior, sendo 1,2 milhão nos Estados Unidos, 300 mil no Japão e mais tantos milhares na América do Sul e na Europa.

Portanto, esses são os temas que eu gostaria de trazer aqui, Sr. Presidente, mas antes ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de cumprimentá-lo pela maneira como vem conduzindo a Comissão de Relações Exteriores, e também sempre trazendo aqui as nossas preocupações. Com respeito à questão de Honduras, avalio como muito importante o esforço, transmitido por V. Ex^a em suas palavras, para que possam aqueles grupos que se estão desentendendo – de um lado, o Presidente de fato, Roberto Micheletti, e de outro, o Presidente constitucionalmente eleito, Zelaya – chegar a um entendimento o quanto antes. São importantes esses esforços que têm sido feitos pelo Presidente da Costa Rica, um prêmio Nobel da Paz que tem muita experiência em contribuir para negociações em episódios como esse, como também pela OEA. Avalio que o Governo brasileiro tem procurado realizar um esforço, inclusive com o Presidente Zelaya, hospedado em nossa Embaixada, para que se possa chegar logo a um entendimento. Trata-se de uma aspiração para além do povo de Honduras, que, obviamente, deseja isso, pois essa é uma aspiração de todos nós latino-americanos, dos americanos das três Américas. Queremos que todos os nossos países possam funcionar com democracias que realmente representem com a maior legitimidade as aspirações e os anseios de seus povos. Então, que as palavras de V. Ex^a sejam uma energia catalisadora do empenho daqueles que estão lá dialogando com o Presidente Zelaya e com o Chefe de Estado de fato hoje, Micheletti, a fim de que percebam que todos nós desejamos que, o quanto antes, o povo de Honduras tenha um governo eleito constitucional e democraticamente, reconhecido por seu povo e, assim, por todos nós, povos das Américas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Este é o desejo: que esse esforço e esse sacrifício que o Brasil faz

cheguem à conclusão através do restabelecimento da democracia plena.

Sr. Presidente, antes de terminar, quero registrar a presença, nas galerias, do ex-Deputado Saulo Coelho, do meu Estado de Minas Gerais, hoje provedor da Santa Casa, uma das maiores Santas Casas do Brasil, que tem 1,2 mil leitos. É a importância que têm esses hospitais filantrópicos. Espero concluir, na semana que vem, o relatório sobre o projeto que trata também da filantropia, que está sob a minha relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Será feito o registro.

Para uma comunicação inadiável, o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, quero encaminhar à Mesa requerimento, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no último domingo, dia 18, do Coordenador de Projetos Sociais do Grupo AfroReggae, Evandro João Silva, de 42 anos, morto durante um assalto no Rio de Janeiro.

Evandro João da Silva estava no AfroReggae há dez anos. Começou como professor de informática, foi promovido a coordenador do núcleo de Parada de Lucas, um dos cinco núcleos de cultura que o AfroReggae mantém em favelas do Rio, e atualmente era coordenador de projetos sociais da instituição. Dentre os muitos projetos pelos quais foi responsável está o Rebelião Cultural, promovido pelo F4 – *pool* de organizações não-governamentais formado por AfroReggae, Cufa, Nós do Morro e Observatório de Favelas –, cujo objetivo é levar cursos e oficinas para dentro de presídios cariocas.

O Grupo Cultural AfroReggae surgiu em janeiro de 1993, inicialmente em torno do jornal *Afro Reggae Notícias*, um veículo de informação que visava à valorização e à divulgação da cultura negra, voltado sobretudo para jovens ligados em ritmos como reggae, soul, hip-hop e outros.

Nessa época, já tinha como objetivo e missão oferecer formação cultural e artística para jovens moradores de favelas de modo a que tivessem meios de construir suas cidadanias e, com isso, pudessem escapar do caminho do narcotráfico e do subemprego, transformando-se também em multiplicadores para outros jovens.

Com o passar do tempo, os projetos foram se aperfeiçoando, a instituição foi crescendo e os resultados começaram a aparecer. Em 1997, o Grupo AfroReggae inaugurou o Centro Cultural AfroReggae

Vigário Legal, em Vigário Geral. Com um espaço físico bem estruturado na comunidade, o trabalho pode se desenvolver com maior qualidade e planejamento, e com isso foi possível tornar essa iniciativa uma referência de prática sociocultural na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, o AfroReggae desenvolve diversos programas e projetos em quatro comunidades diferentes. Em Parada de Lucas, favela vizinha a Vigário Geral, onde as facções rivais do tráfico vivem em guerra desde 1985, é desenvolvido, desde outubro de 2001, o projeto Rompendo Fronteiras, cujo objetivo é levar o trabalho social aonde quer que ele se faça necessário, independentemente do fato de lado a e lado b estarem em conflito.

Na verdade, a guerra que os mobiliza é contra a pobreza e a violência.

Lá em Parada de Lucas, suas armas são os cursos em diversas áreas da tecnologia digital oferecidos para a comunidade com o apoio da HP e da El Paso, além das oficinas de capoeira, história em quadrinhos e violinos.

No Cantagalo-Pavão/Pavãozinho, o Grupo AfroReggae utiliza a linguagem do circo – malabares, trapézio, acrobacias etc. – para realizar um trabalho que traz alegria e consciência para jovens que viviam na corda bamba, em vários sentidos. Desde 1996, funciona no anfiteatro do Ciep de Ipanema uma oficina de circo aberta à comunidade. Como resultado dessas aulas, foi criada a trupe Levantando a Lona para fazer espetáculos públicos e propiciar aos alunos se profissionalizarem como artistas.

Há ainda o Programa de Comunicação, que conta com o *site* www.afroreggae.org.br, portal sobre o GCAR e a cultura afro-brasileira em geral na Internet. Além disso, produzem matérias jornalísticas para o Canal Futura.

Apesar de toda a diversidade de atividades, a música tem sido, em Vigário Geral, o melhor instrumento para atrair os jovens a participar do grupo AfroReggae. O sucesso obtido com a Banda AfroReggae, tanto artístico quanto como modelo de projeto social, fez com que outros jovens quisessem percorrer o mesmo caminho, e hoje há em Vigário mais três grupos musicais em fase de amadurecimento, mas que já fazem apresentações públicas: Banda Makala Música e Dança, Afro Lata e Afro Samba. Além disso, em Vigário Geral, existem os subgrupos Afro Mangue, Tribo Negra, Akoni e Kitôto.

Eu mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de conhecer de perto o trabalho do grupo. No dia 14 de agosto de 2008, a convite da Associação de Moradores do Complexo do Alemão e

do Grupo Cultural AfroReggae, justamente tendo como coordenador do evento o Evandro João da Silva e o José Júnior, eu ali apresentei a proposição da renda básica de cidadania para mostrar àquela comunidade, como acreditaram José Júnior e Evandro João da Silva, que, se viermos a instituir o direito de toda e qualquer pessoa em nossa Nação, incondicionalmente, a uma renda básica de cidadania, isso poderá contribuir significativamente para que, então, se tenha um sentido de solidariedade, de realização de justiça, de fraternidade, contribuindo para que em nosso País, em especial em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e tantas outras, haja menor índice de criminalidade e de violência.

Assim como eu, muitos que conheceram Evandro e seu trabalho estão chocados com a barbárie que foi a sua morte. José Júnior, coordenador-executivo do AfroReggae, afirmou: “Choca ver uma pessoa que era um mediador dos conflitos, um cara que morou na favela, só fazia o bem, ser assaltado, roubado e morto da maneira que foi. Me choca a polícia não ter prestado socorro”.

Já o diretor artístico do grupo diz que a morte de Evandro não significa o fim do seu trabalho: “O fato de Evandro ter partido não significa a sua derrota. Ele foi fazer companhia a outros que antes de nós dedicaram a sua vida a construir a paz e a justiça. Se um pouco de nós se foi com ele, um pouco dele também ficou em nós”.

Acabo de receber, Sr. Presidente, a propósito da morte de Evandro João da Silva, um texto do poeta brasileiro – ele é de São Paulo, mas há cinco anos já radicalizado em Brasília – Daniel Campos. É um texto bonito – peço a gentileza de poder ler –, intitulado “Nenhum Motivo para a Guerra”.

Peço às pessoas que nos visitam para aguardar dois minutos a mais, para que eu possa ler o bonito texto de Daniel Campos.

Como protagonista de mais uma tragédia cotidiana, Evandro João da Silva gritou por socorro e recebeu um tiro na barriga. Caído no centro da mesma cidade que receberá um dos maiores símbolos da paz entre os povos – as Olimpíadas –, Evandro sentiu na carne o destino de muitos jovens. Perdeu o tênis, a jaqueta, a carteira... Perdeu a vida. Gritou por socorro, mas foi silenciado. Silenciado pela violência que buscou combater na coordenação social do AfroReggae, que tem um dos trabalhos sociais mais bonitos desenvolvidos neste País que grita por socorro assim como gritou Evandro. Grita contra a fome, contra a insegurança, contra o descaso.

Foi difícil acreditar que o mesmo homem que desenvolvia trabalhos sociais em comunidades carentes e presídios, que transformava desigualdade em música, que me levou para falar de Renda [Básica de Cidadania] em uma das maiores favelas da América Latina, havia se tornado, num piscar de olhos, mais uma vítima, mais um índice, mais um motivo de choro e indignação. Ele que salvou tantas vidas não conseguiu salvar a sua.

Aquele tiro não lhe deu a oportunidade de terminar a faculdade de pedagogia, tampouco começar o mestrado que tanto sonhava ou de continuar colaborando com os mais de 65 projetos do grupo cultural.

Muitos brasileiros tiveram a oportunidade, ontem à noite, de ver nos jornais de televisão como foi que Evandro João da Silva foi baleado. A polícia chegou, inclusive, a perseguir e prender os dois que o haviam matado, entretanto, acabaram ficando com seus tênis, suas roupas, seus pertences; jogaram dentro da viatura policial, e os dois bandidos acabaram se evadindo.

O José Júnior me informou que o Governador Sérgio Cabral e o Secretário de Segurança fizeram questão de conversar com ele, dizendo que estão tomando todas as providências. Inclusive o Comandante da Polícia Militar de pronto chamou os dois policiais para que explicassem exatamente o que aconteceu.

Senador Marcelo Crivella, se V. Ex^a me permitir, gostaria só de concluir este texto tão belo, que Daniel Campos sugeriu que eu lesse como meu, mas o texto é dele.

Evandro gritou e seu grito ecoou pelas favelas e pelos presídios deixando um sentimento de “vazio” naqueles que enxergavam nele a personificação da esperança. Esperança de uma vida nova, com mais oportunidades e respeito.

Atendendo a um desses gritos contra a injustiça social, contra o preconceito, contra a miséria, eu atendi seu pedido e expliquei a Renda [Básica de Cidadania] aos moradores do Complexo do Alemão. Evandro foi responsável pelo convite e pela organização do evento.

A comunidade participou, eu me emocionei e Evandro se empolgou ainda mais diante daquele mundo tão melhor quão possível. Depois da palestra, muita gente entendeu que o Brasil pertencia a todos e que tinha tudo para ser um País de muitos [ainda mais agora com a descoberta do pré-sal]. Embora tivesse somente 42 anos e fosse um entusiasta da ren-

da mínima, aquele tiro disparado na esquina das ruas do Ouvidor e do Carmo fez com que ele não testemunhasse a completa efetivação desse programa que leva à paz social. Um programa que tem tudo para mudar o refrão de uma música da banda AfroReggae que, ironicamente, ilustra a morte de Evandro:

“Não aguento mais
são iguais sobrepondo
são iguais sobrepondo
são iguais sobrepondo os iguais.”

(Trecho da letra “São iguais sobrepondo os iguais” (Afroreggae))

Evandro gritou, mas as câmeras de segurança de prédios do centro do Rio de Janeiro não gravaram seus gritos. Gravaram policiais militares que ao passar pelo local não lhe prestaram socorro. Como “são iguais sobrepondo os iguais”, os policiais não só ignoraram os gritos de Evandro, como liberaram um dos bandidos que haviam detido. Além disso, eles se apoderaram de seu tênis e de sua jaqueta. Caído ao chão, Evandro era só um homem comum, sem títulos ou medalhas, ao contrário de um dos policiais que tinha a patente de Capitão. Para que ouvir os seus gritos?

Que a morte de Evandro seja uma oportunidade de tratar a violência não como uma questão individual, mas como uma questão inserida na trama social. Que o modelo de civilização excludente seja excluído e, enfim, superado. Uma sociedade excludente, que não se compromete com todos, pressupõe a existência da violência.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Fora do Microfone.) – Só mais um minuto, Sr. Presidente; dois minutos, no máximo.

Por isso, a chave deste problema está no modelo de civilização que tem tudo para ser aprimorado com a concretização da renda [...] [Básica de Cidadania], que beneficiará todos os brasileiros, sem distinção, inclusive aqueles que estão abaixo da linha da pobreza.

Há muitos anos tenho trabalhado para que a renda mínima seja uma importante ferramenta para se construir a paz, a justiça e a liberdade social, contribuindo para a formação de uma geração mais justa e livre de cenas como essa que calaram Evandro. Ele gritou pedindo socorro. Pediu socorro para aqueles que, com sua morte, ficaram desamparados. Ele, que dedicou sua vida a oferecer uma formação

cultural e artística para que jovens moradores de favelas tivessem meios de alcançar suas cidadanias e escapar do caminho da violência, foi calado. Calado à força.

Que, por ele, aflorem, em tantos jovens, os sonhos que ele semeou buscando uma nova civilização. Que, por ele, o reggae tenha ainda mais força de transformação social e cultural. Que, por ele a Renda [...] [Básica] renda cada vez mais frutos. Que, por ele, mais e mais brasileiros cantem um dos sucessos da banda Afroreggae, fazendo com que a poesia da letra ganhe raízes na sociedade, de modo que os ideais de Evandro não se calem jamais:

“Nenhum motivo explica a guerra
Nem a grana
Nem a ganância,
Nem a vingança, nem avanço industrial,
Nem esperança, nem o ideal
Nem em nome do bem, contra o mal
Nenhum motivo explica a guerra [...]”.

(Trecho da letra de “Nenhum motivo explica a guerra”, do Afroreggae.)

Senador Marcelo Crivella, com muito honra, se me permite o Presidente.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Suplicy, eu não poderia deixar aqui de prestar total solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^a faz nesta tarde da tribuna do Senado. Todos os cariocas, os fluminenses, os brasileiros de boa vontade, veem na morte de Evandro uma tristeza, um desalento, porque o Rio de Janeiro tem tanta violência, e, para contê-la, precisamos da solidariedade, e a solidariedade passa também pela solidariedade da Polícia, que deve prestar socorro aos cidadãos, porque é treinada e é paga para isso. O que mais dói nessa morte, o que mais nos atormenta e nos angustia é que a Polícia não prestou o socorro. Pelo contrário, apropriou-se de material roubado, passando a fazer parte do conluio, do crime bárbaro, do latrocínio. Eu gostaria de associar a minha voz aos sentimentos de V. Ex^a e pedir a Deus que nos ilumine, porque o Rio de Janeiro precisa de mais amor, de mais paz e, sobretudo, de mais Jesus no coração. Parabéns a V. Ex^a, e meus sentimentos à família de Evandro, a toda a comunidade da música reggae e a todos os nossos irmãos que hoje vivem nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, procurando um caminho mais justo de vida. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Marcelo Crivella, que, como Senador do Rio de Janeiro e morador da cidade maravilhosa, pôde aqui externar esse sentimento de todos os ca-

riocas diante do grau de violência que, infelizmente, tem ocorrido em sua cidade...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.) – ... e, ainda, às vésperas e em meio ao preparo para receber as Olimpíadas daqui a sete anos, possamos nós criar os meios para que o Rio de Janeiro, em breve, ofereça condições de todas as pessoas poderem se sentir numa cidade onde haja, além da sua beleza, que a todos nos encanta, a beleza fruto de instituições que signifiquem a solidariedade, a fraternidade,

a realização, de fato, da justiça, como Evandro, José Júnior e os membros do Afroreggae tanto querem poder realizar.

Meus cumprimentos e me honrará a sua assinatura no requerimento de pesar pela morte de Evandro. Muito obrigado, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Nenhum motivo explica a guerra

Como protagonista de mais uma tragédia cotidiana, Evandro João da Silva gritou por socorro e recebeu um tiro na barriga. Caído no centro da mesma cidade que receberá um dos maiores símbolos da paz entre os povos – as Olimpíadas, Evandro sentiu na carne o destino de muitos jovens. Perdeu o tênis, a jaqueta, a carteira... Perdeu a vida. Gritou por socorro, mas foi silenciado. Silenciado pela violência que buscou combater na coordenação social do Afroreggae, que tem um dos trabalhos sociais mais bonitos desenvolvidos neste País que grita por socorro assim como gritou Evandro. Grita contra a fome, contra a insegurança, contra o descaso.

Foi difícil acreditar que o mesmo homem que desenvolvia trabalhos sociais em comunidades carentes e presídios, que transformava desigualdade em música, que me levou para falar de Renda Mínima em uma das maiores favelas da América Latina,..., havia se tornado, num piscar de olhos, mais uma vítima, mais um índice, mais um motivo de choro e indignação. Ele que salvou tantas vidas não conseguiu salvar a sua. Aquele tiro não lhe deu a oportunidade de terminar a faculdade de pedagogia, tampouco de começar o mestrado que tanto sonhava ou de continuar colaborando com os mais de 65 projetos do grupo cultural.

Evandro gritou e seu grito ecoou pelas favelas e pelos presídios deixando um sentimento de “vazio” naqueles que enxergavam nele a personificação da esperança. Esperança de uma vida nova, com mais oportunidades e respeito. Atendendo a um desses gritos contra a injustiça social, contra o preconceito, contra a miséria, eu atendi seu pedido e expliquei o “Renda Mínima” aos moradores do Complexo do Alemão. Evandro foi responsável pelo convite e pela organização do evento.

A comunidade participou, eu me emocionei e Evandro se empolgou ainda mais diante daquele mundo tão melhor quão possível. Depois da palestra, muita gente entendeu que o Brasil pertencia a todos e que tinha tudo para ser um País de muitos. Embora tivesse somente 42 anos e fosse um

entusiasta do “Renda Mínima”, aquele tiro disparado na esquina das ruas do Ouvidor e do Carmo fez com que ele não testemunhasse a completa efetivação desse programa que leva à paz social. Um programa que tem tudo para mudar o refrão de uma música da banda Afroreggae que, ironicamente, ilustra a morte de Evandro:

“Não agüento mais
são iguais sobrepondo
são iguais sobrepondo
são iguais sobrepondo os iguais”

Trecho da letra “São iguais sobrepondo os iguais” (Afroreggae)

Evandro gritou, mas as câmeras de segurança de prédios do centro do Rio de Janeiro não gravaram seus gritos. Gravaram Policiais Militares que ao passar pelo local não lhe prestaram socorro. Como “são iguais sobrepondo os iguais”, os policiais não só ignoraram os gritos de Evandro, como liberaram um dos bandidos que haviam detido. Além disso, eles se apoderaram de seu tênis e de sua jaqueta. Caído ao chão, Evandro era só um homem comum, sem títulos ou medalhas, ao contrário de um dos policiais que tinha a patente de Capitão. Para que ouvir os seus gritos?

Que a morte de Evandro seja uma oportunidade de tratar a violência não como uma questão individual, mas como uma questão inserida na trama social. Que o modelo de civilização excludente seja discutido e, enfim, superado. Uma sociedade excludente, que não se compromete com todos, pressupõe a existência da violência. Por isso, a chave deste problema esta no modelo de civilização que tem tudo para ser aprimorado com a concretização do “Renda Mínima”, que beneficiará todos os brasileiros, sem distinção, inclusive aqueles que estão abaixo da linha da pobreza.

Há muitos anos eu trabalho para que o “Renda Mínima” seja uma importante ferramenta para se construir a paz, a justiça e a liberdade social, contribuindo para a formação de uma geração mais justa e livre de cenas como essa que calaram Evandro. Ele gritou pedindo socorro. Pediu socorro para aqueles que, com sua morte, ficaram desamparados. Ele que dedicou sua vida a oferecer uma formação cultural e artística para que jovens moradores de favelas tivessem meios de alcançar suas cidadanias e escapar do caminho da violência foi calado. Calado à força.

Que, por ele, aflorem, em tantos jovens, os sonhos que ele semeou buscando uma nova civilização. Que, por ele, o reggae tenha ainda mais força de transformação social e cultural. Que, por ele, o “Renda Mínima” renda cada vez mais frutos. Que, por ele, mais e mais brasileiros cantem um dos sucessos da banda Afroreggae, fazendo com que a poesia da letra ganhe raízes na sociedade de modo que os ideais de Evandro não se calem jamais:

“Nenhum motivo explica a guerra
Nem a grana
Nem a ganância
Nem a vingança, nem avanço industrial
Nem esperança, nem o ideal
Nem em nome do bem, contra o mal
Nenhum motivo explica a guerra”...

Trecho da Letra “Nenhum motivo explica a guerra” (Afroreggae)

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pois não. Será registrado conforme o Regimento da Casa.

O próximo orador inscrito é o ilustre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde desta quinta-feira, iniciar o meu pronunciamento com uma frase do Presidente da República dita ontem, estampada na *Folha de S.Paulo*, na primeira página.

Eu sei que o Presidente Lula tem hoje uma aceitação popular muito alta. Eu sei que o Presidente Lula é um homem humilde, que se identifica com a classe popular, mas há coisas que eu não entendo no Presidente Lula. Maltratar, por exemplo, os aposentados deste País. O Presidente Lula sabe que os aposentados sofrem, e ele maltrata os aposentados deste País.

Um presidente de uma nação dizer o que ele disse ontem é constrangedor, no mínimo. Dizer à Nação brasileira, fazer a comparação de Cristo, de Jesus Cristo, é lamentável para um Presidente que tem uma popularidade acima de 80% neste País.

Disse o Presidente ontem, Nação brasileira – acredite se quiser, chega a ser inacreditável –, disse ele que, se Jesus Cristo quisesse ter algum sucesso como político neste País, teria que se juntar a Judas.

É inacreditável, Presidente Lula, sair da sua boca uma frase dessas!

O que significa dizer isso? Significa dizer que ele, o Presidente Lula, tem que se unir a bandidos e ladrões para governar este País. Ele disse à Nação brasileira, primeira página da *Folha de S.Paulo*. É decepcionante.

Quando o Presidente disse à Nação que não gostava de ler e outras tantas bobagens, eu coloquei na conta de que o Presidente era um homem brincalhão, gostava sempre de fazer as suas piadinhas. Mas esta frase, dizer que Jesus Cristo, se viesse à Terra, a esta Nação brasileira, teria que se unir a Judas para poder governar?! Palavras do Presidente da República! Isso quer dizer que o Presidente confessa que, para poder governar, ele tem de se unir a bandidos neste Brasil.

É triste, Senador Eduardo Suplicy, amanhecer com o dia lendo a *Folha de S.Paulo*, vendo o Presidente com essa frase. Presidente da Nação brasileira! Não é nenhum louco do Hugo Chávez, Evo Morales, não é nenhum desses malucos que andam por aí na América do Sul. É o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse essa frase ontem e que está estampada na primeira página da *Folha de S.Paulo*. O que dirão o povo brasileiro e as outras nações a respeito do nosso Presidente? É lamentável!

Mas, Presidente, trago eu hoje aqui - ainda não vou dar entrada - uma boa notícia aos aposentados deste País: a CPI da Previdência. Nós já temos aqui, depois de uma longa batalha de uma semana, conversando de Senador com Senador, graças a Nossa Senhora de Nazaré, a minha padroeira, 30 assinaturas. Isso quer dizer que a CPI da Previdência Social já é uma realidade. O número de assinaturas necessárias para se abrir uma CPI nesta Casa é de 27 Senadores. Temos três assinaturas a mais.

Mas não vamos dar entrada hoje. Sabemos que a luta desta CPI é árdua. Sabemos que o Governo vai lutar para que não se instale a CPI da Previdência. Sabemos que o Governo tem consciência do rombo da Previdência. E o Governo sabe que esse rombo da Previdência foi ele, o próprio Governo, que estabeleceu, tomando o dinheiro dos brasileiros que colaboram com as quantias de seus salários para a Previdência Social. O Governo abusa.

Hoje, o rombo da Previdência – questione-me, Governo! Diga que estou errado! Diga que estou mentindo! Questione-me, Governo! –, pode algum Senador aqui, aliado ao Governo, questionar-me, dizer que não é verdade minha que o rombo da Previdência hoje é de R\$9,17 bilhões, tirados dos aposentados com o maior cinismo, sacados dos aposentados, tirados do dinheiro nosso, que colocamos todo mês, para termos uma aposentadoria honrosa.

O rombo da Previdência é de R\$9,17 bilhões. É por isso que queremos a instalação da CPI. Vamos lutar por ela. Lutamos pela do Dnit e conseguimos. Essa vai dar mais trabalho. Essa o Governo não quer de jeito nenhum! Nessa, o Governo vai ser desmoralizado. O povo brasileiro vai saber agora que o Governo mente, que o Governo não fala a verdade quando diz que a Previdência é deficitária. A Previdência arrecada R\$93 bilhões, meu Presidente, e gasta R\$55 bilhões. Como a Previdência pode ser deficitária, meu Presidente? Inventam, mentem para o povo brasileiro para justificar o massacre que fazem aos aposentados desta Nação.

É triste, Presidente, quando pego uma lista de devedores da Previdência como a que está na minha mão. Esta não é falsa. Esta lista é a própria Previdência que fornece. A coisa já é tão comum que a Previdência fornece a quem quiser. Deveria a Previdência fornecer, mas deveria o Ministro José Pimentel dizer ao povo brasileiro por que ele não cobra dessas empresas, por que ele tem medo de cobrar dessas empresas. Porque elas são poderosas. Porque, próximo das eleições, colaboram com as campanhas eleitorais. Não se pode mexer com elas. Essa é a grande realidade.

Sem medo de dizer, Nação brasileira, sem nenhum temor de dizer, Nação brasileira, tentem o que

quiserem contra mim, mas esta é a grande realidade: são R\$131 bilhões, Nação, que as empresas milionárias, apadrinhadas devem à Previdência Social. Vou repetir o número, Presidente: R\$131 bilhões! É quanto a Previdência deixa de arrecadar.

É por isso que os aposentados sofrem. Eles sofrem em benefício desses aqui, eles sofrem por esses aqui, que estão ricos, milionários, passeando na Europa, com jatinhos, com piscinas, com uísque importado. E os aposentados sem ter dinheiro para pagar o remédio sequer. É isso que dói. Dói na alma, Lula! Dói na alma, Lula, você ter raiva dos aposentados, Lula! Dói na alma. O homem que prosseguiu aquilo que o Fernando Henrique criou, que é o Bolsa Família, esse mesmo homem, chamado Luiz Inácio Lula da Silva, que dá a alguns e mata outros, esse homem que dá onze milhões de Bolsa Família massacra, do outro lado, os aposentados deste País.

Não vou nem ler as empresas que já faliram, que já fecharam as portas, que não têm mais como cobrar. Essas já são perdas irreparáveis que saíram do bolso dos pobres aposentados deste País. Varig: R\$12,4 bilhões; Viação Aérea SP: R\$1,4 bilhão; e por aí vão tantas que já se foram. Mas, agora, olhem aqui: Correios e Telégrafos: R\$318 milhões.

É Presidente, Presidente Lula, os Correios e Telégrafos, Presidente Lula, devem R\$318 milhões para a Previdência. A Caixa Econômica deve, Presidente. O Estado do Rio de Janeiro... Quer ver Rio de Janeiro aqui? Santa Catarina, R\$307 milhões, Presidente Lula.

Por que não pagam, Presidente? Sinceramente! Por que não pagam, Presidente? Por que tudo isso?

Olha, Presidente: uma folha, duas folhas, três folhas, tudo isso aqui são devedores da Previdência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já, já darei.

Centro e trinta e um bilhões de reais! E haja o Governo dizer, Suplicy, que não tem dinheiro para reajustar os aposentados. Ô Suplicy, fale com o Lula, diga para ele que os aposentados já estão morrendo. Lá no teu Estado de São Paulo deve haver milhares deles assim, desprezados, enquanto os milionários, Suplicy, que estão aqui na minha mão, estão devendo à Previdência Social; enquanto o rombo na Previdência é de R\$9,17 bilhões, Suplicy! Dói na alma, Suplicy! Dói na alma, Suplicy!

Suplicy, olhe pra mim! O salário mínimo aumenta todo ano, o dos aposentados não aumenta nem a metade, Suplicy. Nem a metade! “Ah, porque vem de outros governos.” O Lula está há sete anos no Governo. O Lula

disse à Nação, o Lula prometeu, na sua campanha, que iria resolver o problema dos aposentados deste País. Ele disse nos palanques, quando lhe perguntaram: “Lula, e o problema dos aposentados? O que é que tu vais fazer, Lula, com os aposentados?” Ele disse: “Esta classe é sofredora; eu, como Presidente deste País, vou resolver o problema dos aposentados”.

Sete anos depois, está aqui a Previdência do Brasil. Todo mundo tira, todo mundo deve, todo mundo mete a mão. O Governo é quem mais usa. Parte deste País foi construído com o dinheiro da Previdência, dinheiro dos aposentados. E eles, os aposentados, que têm os seus direitos adquiridos, o que acontece com eles? Não podem falar, não podem gritar, porque têm seus projetos bloqueados aqui, na Câmara, porque as vozes, inclusive neste Senado, começam a se calar. Eu já ouvi umas vozes, eu já ouvi mais Senadores neste Senado defenderem os aposentados. Hoje, poucos, ou quase nenhum, põem a sua voz a favor dos aposentados.

O que aconteceu, meu Deus do céu?! Onde estão eles? Por que calaram? Por que desistiram da luta? Por que me deixaram só? Eu não desisto, eu não paro. Eu persisto. Eu falarei aqui todas as semanas. Eu lutarei por eles. Eu não sou covarde. Eu não sou covarde!

Sei, Suplicy, que vou ter muito trabalho com esta CPI da Previdência. Sei que Senadores vão ser obrigados a tirar suas assinaturas daqui, Suplicy. Sei de tudo isso. Sei que não vão comparecer para não dar quórum na abertura. Sei que vão fazer isso propositalmente, para que esta CPI não funcione. Mas eu estarei aqui nesta tribuna, a voz dos velhinhos, a voz dos aposentados, a voz dos massacrados. Eu estarei aqui mostrando o rombo da Previdência, mostrando por que fazer isso com os aposentados brasileiros, desmascarando. E foi para isto que eu vim para cá: para defender a sociedade brasileira, com moral, sem medo, sem dever nada a ninguém. Não devo nada a governo nenhum! Tenho minha honra, tenho minha moral, exatamente para defender as classes sofridas deste País.

Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto, em primeiro lugar, gostaria de comentar aquilo que V. Ex^a, de início, ressaltou. Gostaria de ler, para que tenhamos uma melhor compreensão, a frase do Presidente Lula à pergunta feita pela *Folha de S. Paulo* :

“Ciro diz que o senhor e Fernando Henrique Cardoso foram tolerantes com o patrimonialismo para fazer aliança no Congresso, ou seja, aceitaram a prática de usar bens públicos como privados. [E ele então respondeu:]

“Qualquer um que ganhar as eleições, pode ser o maior xiita deste País ou o maior direitista, não conseguirá montar o governo fora da realidade política. Entre o que se quer e o que se pode fazer, tem uma diferença do tamanho do Oceano Atlântico. Se Jesus Cristo viesse para cá, e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão.”

Permita, Senador Mário Couto, que eu possa

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tente justificar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita que eu faça uma reflexão antes que V. Ex^a....

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tente justificar o injustificável. Tente. Se V. Ex^a conseguir, vou aplaudi-lo. Tente. É tentar justificar o injustificável. Se V. Ex^a conseguir, vou aplaudi-lo. Tente. Vou escutá-lo. Tente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É possível que V. Ex^a tenha já ouvido palavras minhas no seguinte sentido: eu quero muito ver o dia em que o nosso Presidente da República – e isso ao tempo de qualquer dos Presidentes que estiveram na Presidência enquanto estou aqui como Senador – ou a Presidente da República possa dizer a cada Deputado Federal, a cada Senador: “Você sempre vote de acordo com a sua consciência, como avaliar que seja o melhor para o Brasil, para os interesses do povo e da Nação brasileira, para que todos nós possamos ter sempre a visão do interesse público no sentido maior”. E que nunca precise o Presidente ou os seus Ministros dizerem a um Senador ou a um Deputado que ele terá a possibilidade de indicar qualquer pessoa para Ministro, membro de agências, órgãos da Administração Pública, empresas estatais, e assim por diante...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Conclua, Senador, por causa do tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...ou liberar emendas do Orçamento. Pois bem...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Conclua, Senador Suplicy, por causa do tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se algum dia eu estiver na chefia do Poder Executivo, eu vou procurar agir assim, e gostaria de ver o Presidente Lula poder dizer isso. Mas o que ele aqui está dizendo é que, na experiência dele...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Conclua, Senador

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...isso não tem sido possível. Mas eu quero me empenhar e

acho que é responsabilidade de todos nós – minha, de V. Ex^a, de cada um dos 81 Senadores – que possamos chegar a um procedimento dessa ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não. Eu agradeço.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu avalio que isso é a expectativa de todo o povo brasileiro com respeito a cada um de nós, Senadores e Deputados Federais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy.

Senador Suplicy, V. Ex^a piorou o meu pensamento. V. Ex^a embaralhou mais o meu pensamento e decepcionou mais o meu pensamento. Não que V. Ex^a tenha me decepcionado, mas a sua colocação me decepcionou mais.

Não há justificativa para essa frase do Presidente. Eu lamento, porque eu acho que o Presidente Lula é um homem popular. Mas ele dizer que, se Cristo viesse à Terra – Cristo, ele foi buscar logo Cristo –, para fazer uma boa administração, ele teria que se unir a Judas.

O Presidente disse à Nação brasileira e ao mundo que ele teve que se unir a bandidos e ladrões para governar este País. Quando V. Ex^a acrescenta que o Parlamento não tem que ser submisso, Senador Suplicy, eu concordo com V. Ex^a. Olhe para mim, Senador! Aqui está o exemplo disto, na sua frente. Eu não tenho cargos públicos! Não quero jamais, na minha vida, ser submisso a qualquer governo!

Quero ter a minha moral! Quero ter o meu compromisso com a minha Nação e com o meu Estado do Pará! Quero olhar em cada rosto, de cada paraense, de cada brasileiro, e dizer que, desta tribuna aqui, eu digo o que quiser. Eu os defendo com moral, porque não recebo cargos públicos nem verbas públicas para negociar com eleitores. Esse é o exemplo, Senador. Esse é o exemplo.

Sr. Presidente, já gastei muito tempo, a tolerância e a paciência de V. Ex^a. Quero descer desta tribuna agradecendo a V. Ex^a e quero lhe dizer que vou rezar, vou orar para que o Presidente da República corrija suas frases, que tenha pena daqueles que sofrem, e que deixe essa CPI prosseguir.

Deixe, Presidente Lula. Isso é o que eu queria pedir, Suplicy. Deixe. Eu queria que o Presidente deixasse que a população brasileira pudesse ter acesso ao rombo, saber quem foi que produziu esse rombo de R\$9 bilhões nos cofres da Previdência; saber por que esses milionários, empresas, Governos não pagam a Previdência, deixando os pobres aposentados em situação de miséria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pela liderança, o próximo orador é o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu ocupo a tribuna hoje para prestar uma homenagem aos arquivistas. Existem profissões cujo exercício se dá longe do escrutínio da multidão, nos recessos dos escritórios, nos laboratórios de pesquisa ou nos túneis das minas. Muitas vezes, nem nos damos conta da sua existência, embora o resultado dos seus serviços nos beneficie a todos.

O arquivista é um desses agentes pouco lembrados do bem-estar coletivo. E nesta semana nós celebramos o Dia do Arquivista. De fato, em sociedades complexas, nas quais o registro, a classificação, a guarda e a recuperação dos atos de ofício constituem necessidade, a atividade do profissional de arquivo está em nosso cotidiano sem que a percebamos.

Assim como, já na primeira Constituição brasileira, a idéia de um Arquivo Nacional se fazia presente, a Carta de 1988 assegura a todo cidadão ou cidadã o direito ao *habeas data*, ou seja, ao acesso às informações sobre ele ou ela guardadas nos arquivos do Estado, em qualquer nível. Desse modo, o profissional de arquivologia, além de prestar um serviço ao Estado, de conservar a memória dos atos legais públicos e privados, ainda está diretamente relacionado a um dos mais importantes dispositivos constitucionais garantidores da democracia e do Estado de direito.

Os arquivos não guardam somente dados pessoais dos cidadãos; informações científicas, culturais e históricas também devem ser preservadas e colocadas à disposição de quem as quiser compulsar. O trabalho do arquivista está, portanto, nos museus, bibliotecas, casas de espetáculos e outras instituições do mundo da cultura e da ciência.

Aqui mesmo, no Congresso Nacional, temos arquivistas trabalhando na catalogação e conservação de tudo aquilo que dizemos, decidimos e elaboramos no plenário e nas comissões. Se hoje qualquer pessoa pode, por meio da Internet, acessar as atas e os Anais das sessões do Senado e da Câmara, isso se deve ao trabalho dos técnicos de informática e de arquivo que, nestas Casas, trabalham fora das vistas das câmaras e dos ouvidos do microfones.

Sr. Presidente, eu queria também dizer que a função do arquivo e do arquivista expressa na nossa primeira Constituição Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, já previa, em um de seus artigos, a construção do Arquivo Público, que hoje fica no Rio de Janeiro,

na minha terra, o Arquivo Nacional. O dispositivo já constava do projeto da Assembléia Constituinte desde 20 de outubro do ano anterior, incluído por iniciativa do Deputado Pedro Araújo Lima, que viria a receber o título de Marquês de Olinda. Esta é a razão pela qual a Associação dos Arquivistas Brasileiros escolheu a data para a sua fundação em 1971, que se tornou também o Dia do Arquivista.

Hoje se diz que vivemos na era da informação. E é verdade: o acúmulo de conhecimentos e especializações tornou o enciclopedismo virtualmente impraticável. Tudo o que o indivíduo necessita é o conhecimento sólido na área de sua especialização e o acesso à informação que se dá hoje predominantemente por sistemas de informática cada vez mais sofisticados e acessíveis. Toda a atual movimentação de dados e conhecimentos pelos meios de informática depende das estruturas de armazenamento e recuperação de informações que é tarefa da arquivologia.

Sr. Presidente, eu tenho pouco tempo, mas eu gostaria de deixar consignado nesta Casa a homenagem do Senado Federal aos arquivistas brasileiros e dizer também, Sr. Presidente, que tenho como bandeira tratar aqui, junto ao Executivo e ao Ministério do Planejamento, o Plano de Cargos e Salários dos funcionários denodados, devotados, competentes do Arquivo Nacional da minha terra, do Rio de Janeiro. Hoje o salário deles, Sr. Presidente, que são oriundos de vários setores do Governo e outros órgãos e instituições é constituído por bonificações, funções comissionadas que eles perdem na hora da aposentadoria. O que pune o arquivista brasileiro depois de uma vida dedicada ao serviço público, condenando-o a uma aposentadoria minguada. E é por isso que, lá no Arquivo Nacional, cheguei a encontrar uma senhora que vai sair na compulsória, aos 70 anos, porque se saísse antes para o seu merecido repouso, descanso com a sua família, não teria como sobreviver. No Dia do Arquivista, na Semana do Arquivista, eu faço aqui um apelo às autoridades, sobretudo ao Ministério do Planejamento, à Ministra Dilma, da Casa Civil – o Arquivo Nacional é ligado a sua Pasta –, que possa debruçar-se e encontrar um caminho para que o salário desses servidores seja consolidado de tal forma que o que ganham hoje possam levar para sua aposentadoria.

É bem verdade que o regime geral da Previdência Social ainda não é, nem de perto, aquilo que nós sonhamos, mas, graças a Deus, agora, neste mês de outubro, já vão receber metade do 13^o, uma conquista do Governo do Presidente Lula, porque, antes dele, não havia essa possibilidade. Já concluo, Sr. Presidente. Ainda há muito o que fazer pelos nossos aposentados, e a situação dele nos envergonha a todos.

No caso do arquivista, sobretudo dos funcionários do Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro, é cruel, é desumano, é inaceitável que, ao se aposentarem, eles percam 60% do seu salário, ou sejam condenados – digo condenados porque o trabalho passa a ser compulsório – a continuar no serviço até os 70 anos de idade, quando atingem a compulsória do serviço público e vão para casa. Aí, aos 70 anos de idade, com todas as fragilidades, dificuldades, perplexidades, adversidades que a vida nos impõe no nosso natural crepúsculo, eles ainda tenham que perder 60% do salário.

Faço aqui esta denúncia que também é um apelo – com certeza, essas palavras hão de ecoar no Ministério Público, sobretudo na Casa Civil –, para que se promova o Plano de Cargos e Salários deles. Não haverá despesa alguma, absolutamente nem um centavo a mais, apenas para que as remunerações adicionais de cargos comissionados hoje possam ser integralizados num único salário, e eles possam levar isso no momento da sua aposentadoria.

Sr. Presidente, muito agradecido pela sua generosidade. Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT - TO) – Será feito o registro, de forma regimental.

O próximo orador inscrito é o ilustre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Sadi Cassol. É muita honra, muita alegria ver mais um gaúcho na Presidência desta Casa. Nós gaúchos somos absolutamente privilegiados aqui no Senado, já que, no conjunto de 81 companheiros, somos 7 nascidos no Rio Grande do Sul. Além dos três eleitos pelo Estado, eu, o Simon e o Paim, temos ainda o Senador Cassol, que está presidindo a sessão neste momento; a Senadora Serys, o Senador Gilberto Goellner e o Senador Neuto de Conto, que, por sinal, é meu conterrâneo, pois nascemos na mesma cidade, Encantado, na região do Vale do Taquari. Então, hoje, seguramente, para nós gaúchos é um dia especial, tendo mais um gaúcho presidindo a Casa. Isso é fruto também das migrações, do muito que o Rio Grande do Sul contribuiu para desenvolver o nosso País. Seguramente, são homens e mulheres que ascenderam política, social e profissionalmente nos Estados em que foram acolhidos. Naquelas décadas de migrações, nos anos 70, por muitas famílias gaúchas, muitas regiões deste País foram povoadas. Muito feliz em tê-lo na Presidência desta Casa neste momento, Senador Cassol.

Quero também somar-me à manifestação do Senador Mário Couto em defesa dos aposentados. Ele

fez um brilhante pronunciamento, uma cobrança muito forte aqui. Mas também lembro que temos um grande lutador, um grande líder - aliás, ele é o autor de todos os projetos aprovados aqui e que estão na Câmara dos Deputados, tentando resgatar a dignidade salarial dos aposentados. É o Senador Paulo Paim. São especialmente esses que procuram evitar as muitas perdas que os aposentados sofreram até hoje em razão de decisões egoístas tomadas no passado, mas agora já foram corrigidas pelo Senado. Basta que a Câmara dos Deputados siga a mesma linha do Senado, aprovando os projetos de autoria do Senador Paulo Paim.

Então, deixamos aqui nossa integral solidariedade a todos os aposentados. Vamos lembrar também que fizemos noites de vigília nesta Casa. Estivemos em todas as noites e amanhecemos juntos nesta Casa em defesa da melhoria de vida de todos os aposentados e aposentadas deste País. Sempre é bom resgatar a atividade intensa que o Senado, em suas comissões, por seus Senadores e seu Plenário, tem feito na luta pelos aposentados. Mas estamos exatamente neste limite. Agora, o próximo passo deve ser dado pela Câmara dos Deputados. Aguardamos que ela possa fazê-lo ainda neste ano, até dezembro, para que, no ano que vem, esses homens e mulheres possam recuperar as muitas perdas que tiveram a partir das suas aposentadorias.

O Senador Crivella comentou sobre o Dia do Arquivista, que é hoje, que merece, obviamente, a nossa homenagem.

Eu venho à tribuna também para falar de uma data especial. Nós estamos hoje antecipando esta data, 25 de outubro, que é o dia da Odontologia brasileira, o Dia do Cirurgião-Dentista, o Dia Nacional da Saúde Bucal.

Esta homenagem, que faço com muito orgulho, ensaja, Senador Cassol, uma reflexão sobre essa nobre profissão, seus avanços, seus pleitos e suas preocupações.

Tenho acompanhado de perto as lutas da Odontologia brasileira, em especial a luta das entidades de classe do meu Estado, do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, posto que a liderança nacional dos dentistas é exercida por um gaúcho que tem a responsabilidade de presidir o Conselho Federal de Odontologia, Dr. Miguel Álvaro Santiago Nobre. Seu trabalho fecundo é reconhecido em todo o País por ter alcançado notável visibilidade e respeito para as reivindicações da classe, na busca de melhores políticas de saúde bucal para a população brasileira.

O Dr. Miguel Nobre, nos três mandatos frente ao CFO, trouxe a Odontologia para dentro do Congresso Nacional, fazendo-nos olhar com outros olhos para

os pleitos dessa profissão, que, além de esculpturar os sorrisos, luta por melhores condições de trabalho e por melhor cobertura de saúde para toda a população brasileira.

A essa postura ativa e eficiente do nosso Conselho Federal de Odontologia, devem ser creditados avanços, tais como: investimentos do Programa Brasil Sorridente; instalação dos centros de especialidades odontológicas, ampliação das equipes de saúde bucal no Saúde da Família, com a inclusão do cirurgião dentista - chega-se a mais de 14 mil equipes atuando em 4.058 Municípios. Ainda falta bastante, ainda faltam quase dois mil Municípios ser incluídos. Mas já é um avanço considerável, que precisa ser celebrado.

Não bastassem esses avanços, o Ministério da Saúde divulgou, em julho passado, os seguintes dados – e isso é importante refletir, porque mostra que ainda falta muito para se investir na área da odontologia social:

- 30% dos brasileiros (60 milhões) nunca trataram dos dentes;
- 60% das crianças até 5 anos têm uma cárie;
- 14% dos adolescentes jamais foram ao dentista;
- 20% dos brasileiros (40 milhões) já perderam todos os dentes;
- de cada quatro idosos, três não têm mais dentes.

E vejam que temos mais de 180.000 dentistas no Brasil, as mais modernas técnicas, um avanço tecnológico incomparável, e os melhores profissionais na área odontológica, além do Brasil Sorridente, lançado pelo Presidente Lula e que tem sido aplaudido por profissionais e gestores da saúde pública no Brasil. O que falta, então?

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou a possibilidade de criar um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde.

Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passou a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

De dezembro de 2002 até junho de 2009, foram implantadas quase 14 mil novas Equipes de Saúde Bucal (ESB) na Estratégia Saúde da Família, chegan-

do a um total de 18.220 equipes atuando em quase cinco mil Municípios.

Houve, nesse período, um acréscimo na cobertura populacional de mais de 61 milhões de pessoas, totalizando 87,6 milhões de pessoas cobertas por essas equipes. A meta para 2010 é chegar ao total de 22.250 ESB em funcionamento. A meta para este ano é alcançar 20.500 ESB atuando no País.

O Programa Brasil Sorridente aumentou o valor dos incentivos repassados para as Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família. Agora, as equipes de saúde bucal modalidade I recebem R\$24 mil ao ano, e as de modalidades II, R\$30 mil também ao ano. As equipes também recebem, no mês subsequente da implantação, em parcela única, o valor de R\$7 mil para investimentos, para cursos. As equipes da modalidade II recebem ainda cadeira e acessórios odontológicos para uso do técnico em saúde bucal.

Para apoiar as atividades desenvolvidas pelas Equipes de Saúde Bucal, que contam com um técnico em saúde bucal, o Ministério da Saúde forneceu 1.311 consultórios odontológicos completos aos Municípios.

Vejam os esforços que o Presidente Lula vem fazendo para diminuir uma herança cruel que, ao longo dos anos, foi se acumulando no País. Portanto, cabe, sim, ao Congresso Nacional continuar lutando pela saúde bucal dos brasileiros, ampliando os recursos orçamentários e buscando espaços para que todos os brasileiros tenham um sorriso saudável.

O slogan “Só Existe Saúde com Saúde na Boca”, instituído pelo Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul, é sábio e serve para esclarecer que o sangue que circula por todo o corpo humano passa também pela boca, daí a preocupação em prevenir doenças bucais, que podem afetar a saúde de todo o corpo.

Presidente Cassol, no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, estamos em plena 8ª Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal, instituída por Lei em 2002 e, desde lá, liderada pelo Comitê das Entidades de Classe da Odontologia, o Ceco, que congrega 28 entidades e é coordenado pela Drª Salete Maria Pretto, professora da nossa PUC/RS, tendo como principal apoiador o Conselho Regional de Odontologia, presidido pelo Dr. Joaquim Cerveira e composto por um plenário plural que representa os mais de 17 mil dentistas gaúchos.

Este pronunciamento se insere na programação oficial que neste ano traz como tema central “O Dentista em Defesa da Vida”. A programação se iniciou no dia 19 de outubro com um debate “A Odontologia e a Mídia”, justamente para debater o espaço que a

saúde bucal ocupa nos meios de comunicação. Essa atividade se estenderá exatamente até o próximo dia 25 de outubro, domingo, Dia do Dentista, quando a classe lançará o desafio COPA 2014 É SÓ ALEGRIA, SAÚDE NA BOCA DO POVO. Será trabalhada a diminuição dos índices negativos da população do Rio Grande do Sul, no sentido de que possamos chegar, em 2014, com uma saúde bucal digna de um povo alegre e feliz como é o povo gaúcho.

Numa variada programação, inserem-se atividades socioculturais, mostra científica, curso de promotores de saúde bucal e exames preventivos de câncer bucal.

Na noite de hoje, dia 22, na Sogipa, acontecerá a entrega da Inscrição Remida a destacados cirurgiões-dentistas que possuem uma extensa folha de serviços prestados à odontologia do Rio Grande do Sul. Esse evento será coordenado pelo Conselho Regional de Odontologia (CRO/RS).

Essas lutas e conquistas são fruto especialmente do espírito de integração e convergência das entidades que buscam atuar em sintonia com a representação política, defendendo propostas que signifiquem avanços para a saúde bucal de toda a população.

A classe odontológica, liderada pelo seu Conselho Regional, aderiu, no mês de agosto passado, à campanha “Crack nem Pensar”, apresentada à sociedade pelo Grupo RBS, no sentido de que o dentista vá além do atendimento curativo, mas que observe as condições psicológicas de seu paciente. Portanto, parabéns a todos os dentistas gaúchos por essa iniciativa.

No que se refere ao câncer bucal – um problema grave que preocupa os nossos colegas cirurgiões-dentistas –, a cada ano, são diagnosticados no Brasil mais de dez mil casos de câncer de boca, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Destes, 80% são detectados tardiamente, quando a doença está em estágio bastante avançado. Isso faz com que a metade desses pacientes tenha sobrevivência média de cinco anos apenas. Grave é que, entre os cânceres, esse é o de identificação mais fácil – basta realizar o autoexame.

Pois no Rio Grande do Sul, no dia 31 de maio, temos o Dia Estadual de Combate ao Câncer Bucal, quando a educação e a prevenção são trabalhadas maciçamente com a população, alertando que o autoexame é o meio mais eficaz de prevenir o câncer bucal.

Ao parabenizar os dentistas do Brasil e, em especial, os do Rio Grande do Sul, refiro que, seguramente, em nosso Estado, é praticada uma das odontologias mais avançadas do Brasil, com o permanente aprimoramento técnico e profunda preocupação social dos seus profissionais. Ela tem superado os seus limites e

contribuído sobremaneira para a melhoria dos dados estatísticos em saúde bucal no Brasil.

Uma notícia que nos anima é que, por intermédio do Ceco, o comitê que congrega as entidades de classe, são realizadas importantes ações conjuntas em prol da saúde bucal, principalmente as atividades voltadas à população mais desassistida do nosso Estado.

A inserção dos cirurgiões-dentistas no País é relativamente recente, é de 1884, assim como também o é a visão multidisciplinar e social da Odontologia, que leva em conta as questões da miséria, da pobreza, do saneamento básico e das doenças daí advindas.

Todos nós, Senadores, estaremos atentos, seguramente, às causas da Odontologia brasileira. Aos dentistas gaúchos, tenham em mim um parceiro, a fim de lutarmos juntos pela melhora do atendimento em saúde bucal do nosso povo.

Aos bravos profissionais do sorriso, deixo-lhes os meus mais sinceros votos de que o espírito de união continue orientando a direção das nossas entidades, as conquistas continuem sendo diligentemente perseguidas e todos os dias possam ser o Dia Nacional da Saúde Bucal na vida dos cidadãos e cidadãs do nosso País.

Portanto felicidades a todos e cumprimentos à classe odontológica do Brasil pelo dia 25, que é o Dia do Cirurgião Dentista e também o Dia Nacional da Saúde Bucal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Parabéns, Senador Zambiasi. Esta Presidência também quer se associar a essa homenagem ao dentista, cujo dia será comemorado no próximo dia 25.

O próximo orador inscrito é o Senador Osvaldo Sobrinho, que tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado da República no dia de hoje para fazer uma justa homenagem ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, pelo trabalho que vem fazendo, principalmente no setor rodoviário.

Amanhã, especificamente, S. Ex^a inaugura uma das rodovias mais importantes do Estado, que liga a Capital à cidade de Juína, atendendo a vários municípios importantes do nosso Estado que não existiam no mapa de Mato Grosso até 1970. De lá para cá, aglomerações humanas foram se tornando vilas e distritos, passando depois a cidades que, hoje, são grandes comarcas que formam o grande celeiro de produção do Estado de Mato Grosso.

O Governador Blairo Maggi, ao longo de seus sete anos de governo, tem no campo das rodovias o

seu ponto alto. Somos adversários políticos, inclusive, mas, justiça se faça, nesse campo, o Governador tem feito um trabalho espetacular.

Essa rodovia que, passando pelo Município de Campo Novo dos Parecis e outros, como Brasnorte, liga Juína à capital é a redenção desta região. Lembrome bem do sacrifício que era passar por aquela região, quando eu era Delegado de Educação e Cultura do Estado. Levávamos três ou quatro dias para chegar a Juína. No tempo das chuvas, as cidades ficavam completamente isoladas, Sr. Presidente.

Hoje essa é uma dádiva que recebemos, porque essa região, ligada a Cuiabá, evidentemente verá a sua economia prosperar muito mais, e essa cidade terá condições de ver valorizado o trabalho e o suor daqueles que para lá foram, na década de 70 e 80, para fazer aquela grande cidade. Juína é uma cidade que surgiu de um núcleo colonizatório. O Governo do Estado do Mato Grosso começou ali. O Governador Fragelli, o Governador Garcia Neto, o Governador Frederico Campos, todos eles incentivaram uma colonização pública, feita pela Codemat. E, ao longo desse tempo todo ali, cresceu, desenvolveu-se a pequena propriedade e hoje é uma região onde, além da cultura de subsistência, temos uma pecuária bastante desenvolvida, uma pecuária bastante rica, uma pecuária de qualidade, com a genética de primeira linha. E eles têm motivado, incentivado bastante para que aquela região se torne um grande polo de produção agropecuária.

Portanto, quero parabenizar S. Ex^a, o Governador, parabenizar toda a população de Juína, porque eles recebem esse presente do Governo do Estado, que, acima de tudo, era o sonho de todos aqueles que ali moram, todos aqueles que ali estão.

Já que estou falando em estradas, gostaria também de falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre um trabalho que o Dr. Luiz Antonio Pagot vem fazendo frente ao Dnit do Brasil.

No início de 2007, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) divulgou que as rodovias nacionais iriam receber, por um período de dez anos, uma dotação financeira de R\$24 bilhões para serem aplicados em obras de recuperação, melhorias de infraestrutura e ampliação também das mesmas.

De acordo também com o Ministério dos Transportes, metade dessa quantia seria aplicada em trabalho de recuperação e conservação e os R\$12 bilhões restantes, em ampliação dessas estradas.

Para viabilizar o investimento até 2017, o Governo Federal e empresas concessionárias assumiram o compromisso de bancar esse projeto, um grandioso projeto, porque se formos olhar para o passado, veremos que, na verdade, as estradas do Brasil estavam

todas elas danificadas, estavam todas arrebitadas. Era impossível você sair de qualquer parte do Brasil e não encontrar uma estrada que tivesse praticamente com a sua vida útil acabada. E ao longo desse período, eu tenho certeza que um esforço hercúleo tem sido feito para que se possa recuperá-las. É claro que o Presidente da República, através do Ministério dos Transportes, dedicou o seu trabalho, a sua luta, à recuperação das estradas. Mas podemos dizer que, na conjuntura atual, de acordo com a Ministra Dilma também – ela tem falado muito –, os investimentos para as obras de infraestrutura nas rodovias brasileiras, modal de maior peso no Brasil, com mais ou menos 58% da movimentação nessas estradas de transportes, até porque o Brasil, ao longo desse período todo, praticamente desativou as suas ferrovias, devem vir de parcerias entre Governo e iniciativa privada.

Mauá, no século retrasado, reabriu as nossas fronteiras. E havia uma corrida, naquela época, de todos os países para fazer as suas grandes vias ferroviárias. Na verdade, no final do século passado e começo deste, o Governo brasileiro desativou praticamente todas as suas ferrovias, o que é, pode-se dizer, um desastre para a economia nacional.

Podemos dizer que muito pouco se fez e o pouco que se tinha estava praticamente sucateado. O Governo privatizou ou desativou essa estrada de ferro, no meu ponto de vista, optando só por um modal, o rodoviário, o que traz um prejuízo muito grande.

V. Ex^a, Sr. Presidente, que é do Tocantins, sabe o que pode significar uma ferrovia para o interior deste Brasil como um todo, com 8,511 milhões Km², um Brasil de dimensões continentais. Hoje nós não temos uma ferrovia completa, de norte a sul. Se nós tivéssemos duas ferrovias no sentido norte-sul, nós poderíamos abranger praticamente todo o território nacional e, evidentemente, depois faríamos só ferrovias que pudessem interligar. Dessa forma, estaríamos com a nossa economia revitalizada, porque nós teríamos como transportar.

Fala-se muito que o Brasil precisa crescer, mas, no meu ponto de vista, como leigo até, acredito que, se o Brasil crescer, sair desse patamar de 4%, 3%, 2%, e for para um patamar de 10%, como é a China, em três anos, o Brasil não aguenta. Não temos infraestrutura para aguentar um desenvolvimento desse tipo. Não temos rodovias, não temos ferrovias, somos um País dotado de uma costa espetacular, mais de 9 mil quilômetros de costa marítima, no entanto, nossa marinha mercante é deficiente. O Brasil praticamente não investiu também nesse tipo de transporte.

Portanto, acredito que precisamos mudar o nosso modal de transporte. Precisamos largar um pouqui-

nho as nossas vistas somente para o caminhão, como se fosse uma formiguinha carregando uma folha nas costas. Do norte de Mato Grosso até o Porto de Paranaguá, temos mais de 3 mil quilômetros. Quer dizer, é impossível se fazer uma economia de mercado com um tipo de transporte desse aí.

Nós, de Mato Grosso, praticamente estamos quase inviabilizados no nosso transporte, porque tudo que produzimos para exportar temos que levar no Porto de Paranaguá.

Ora, dois mil e poucos quilômetros transportados de caminhão e praticamente ficamos sem competição nenhuma com ninguém. Nós introduzimos tecnologia, introduzimos a maior técnica de produção, desbravamos o cerrado, conquistamos todo o cerrado do Centro-Oeste brasileiro, mas lastimavelmente não temos hoje como transportar com força total aquilo que produzimos.

Temos a Ferro Norte chegando a Rondonópolis, já está na região de Alto do Garças, mas vai chegar até Sinop, mais 500, 600, 800 quilômetros. Logicamente, sabemos, demorará um tempo, até pela falta de recursos. Mas acredito que o Governo Federal deveria pelo menos, de uma certa forma, deliberadamente buscar uma nova opção que seria, acima de tudo, motivar, criar as ferrovias para o Brasil.

O Presidente Sarney começou nesse sentido, fazendo a Norte-Sul. Houve um comentário nacional das indústrias de fabricantes de carros e de peças, logicamente muito aguçado, contra o Presidente Sarney naquela época, dizendo que se fazia uma ferrovia para ligar nada a nada. Na verdade, era um equívoco puro, porque, se o Brasil não optar por esse meio de transporte, evidentemente estaremos com a nossa economia praticamente estrangulada.

E, como disse, na conjuntura atual, de acordo com a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, os investimentos para as obras de infraestrutura nas rodovias brasileiras, modal de maior peso, com 58% da movimentação, devem vir sempre de parcerias que serão estabelecidas entre o governo e a iniciativa privada.

Essa é uma das coisas, Sr. Presidente, que acredito que nós temos de começar a entender melhor. Aquilo que o Estado não pode fazer, não precisa fazer, que passe à iniciativa privada para fazer. Nós temos os exemplos das rodovias nacionais, aquelas que foram privatizadas, foram concessionadas, e são rodovias de primeira linha, de primeiro mundo hoje. No entanto, o Estado que não pode manter as rodovias que têm, ainda continua só para dizer que é patrimônio nacional, e continua investindo nelas sem ter patrimônio para tal.

Portanto, acredito que é necessário começar mais uma leva de rodovias neste Brasil e também privatizá-las ou concessioná-las, a fim de que possa a iniciativa privada também melhorar e participar com o seu capital. Já que não temos os recursos pelos cofres da União, que se possa, então, dar à iniciativa privada, que logicamente vai buscar lucro, mas que faça essas estradas e faça com que esse tipo de transporte seja motivado e seja melhorado, porque nós não podemos continuar da forma que estamos.

Portanto, acredito que, mesmo como se fosse um plano piloto, nós deveríamos buscar essas PPPs, a fim de que elas pudessem, logicamente, trazer linhas, parcerias, e nós pudéssemos oferecer, através de bancos oficiais ou bancos privados, condições para que tivessem recursos para aumentar, desenvolver e melhorar a malha viária do País.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos sabedores de que as deficiências na nossa infraestrutura, notadamente a precariedade de mais da metade das rodovias pavimentadas no Brasil contribui de maneira importante para retardar o nosso desenvolvimento e causam anualmente prejuízos incalculáveis aos cofres públicos.

De acordo com os dados do Ministério da Previdência Social divulgados pelo Anuário Estatístico de 2007, o Transporte Rodoviário de Cargas, se comparado às demais atividades econômicas, responde por 15% dos óbitos nas rodovias e 7% dos casos de invalidez permanente. Sem dúvida alguma, a maior culpa por esse índice elevado de acidentes recai sobre as estradas que se degradam ao longo do tempo e hoje estão longe de oferecer boas condições de uso.

Por outro lado, estudos feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado em dados revisados recentemente pela Polícia Federal (PRF), mostra que um caminhão que se acidenta a cada minutos nas rodovias federais. Por sua vez, no *ranking* das estradas mais degradadas, a Fernão Dias aparece em primeiro lugar como a pior rodovia do Brasil. Nas estradas do Paraná, por exemplo, caminhões e carretas são os principais responsáveis por 25% dos acidentes que acontecem anualmente. Quando existem casos de morte nesses desastres, os caminhões são responsáveis praticamente em 4,2% do total pesquisados, que são de 4 a 18 mil quilômetros de estradas de péssima qualidade e péssima rodovias.

Mas não quero retratar aqui a situação nacional que nós conhecemos. Quero retratar mais a situação do meu Estado.

Estive agora na cidade de Sinop, a 500 quilômetros de Cuiabá. E aí prossegui até Alta Floresta, onde recebi o título de cidadão alto-florestense. E nós pu-

demos ver o esforço que o Dnit está fazendo naquela região. O Diretor do Dnit que também por lá passou e o Dr. Antonio Pagot fizeram um esforço hercúleo. Nós temos mais de dez empresas trabalhando naquela estrada. A BR-163 segue no ramal de Mato Grosso e vai até o Pará; vai sair praticamente lá em Itaituba, aquela região toda. Esta estrada, indiscutivelmente, é a dorsal da nossa economia. Essa estrada pavimentada vai dar a Mato Grosso uma nova fisionomia na sua economia; vai dar uma nova dimensão naquilo que plantamos e naquilo que colhemos.

Portanto, quero parabenizar neste momento aquilo que plantamos e que colhemos. Quero parabenizar neste momento o Dr. Luiz Antonio Pagot por esse trabalho hercúleo que fazemos. Sabemos que ainda é deficiente, mas sabemos também que esse trabalho, que esse esforço tem sido, da parte dele, denodado, porque ele conhece a nossa realidade e os nossos problemas.

A BR-170, importantíssima, que pega aquela região de Barra do Garça, indo até Vila Rica, lá em cima, é uma estrada também estruturante para Mato Grosso, onde temos novas cidades aparecendo, uma nova economia que se expande através da soja, que já passou para aquela região. Portanto, é uma região também que, hoje, já está com o esforço do Dnit nesse sentido.

A BR-364, que passa todo o dorsal de Mato Grosso até chegar a Rondônia, é uma estrada estruturante que está em recuperação total.

Portanto, neste sentido, quero deixar como contribuição o meu agradecimento ao Presidente do Dnit e também ao Ministério dos Transportes pelo trabalho feito, para que possamos, na verdade, colocar Mato Grosso, mesmo com suas dificuldades, no contexto da economia nacional. Produzir nós sabemos, as terras são férteis e boas, temos sol o ano todo, as chuvas também regam as nossas terras, mas é necessário que o Governo coloque a sua mão, coloque a sua determinação política para que possamos verdadeiramente fazer com que as nossas estradas, com que os nossos transportes possam ser mais viabilizados e que possamos ter mais condições de expandir a nossa economia.

Assim, Sr. Presidente, quero agradecer por esta oportunidade e, ao mesmo tempo, dizer que o Senado Federal precisa estar na vanguarda desse processo, motivando e cobrando do Governo Federal e das autoridades que conheçam o interior do nosso País, as nossas dificuldades, os nossos problemas, as nossas riquezas, tudo aquilo que este Brasil gigante faz e tem, podendo contribuir muito para a melhoria do nosso povo, daqueles que adentram para o interior deste País.

É um País que, na verdade, tem tudo a dar, mas é necessário que a ele se dê a contribuição de fazer uma administração pública de primeira qualidade.

(Interrupção do som.)

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Que se possa verdadeiramente dizer ao homem que lá está que é necessário produzir, mas é necessário também o Governo dar a ele a atenção devida, principalmente em relação àquilo que está nas suas mãos.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, quero aqui agradecer por esta oportunidade, rica oportunidade que tenho, de estar aqui e falar da economia do meu Estado, da riqueza do meu Estado e também dos problemas que avassalam o Brasil, dos problemas que temos de resolver e, principalmente, do problema crucial, volto a repetir, que é o problema do transporte no Brasil, apesar de termos hoje um Presidente do Dnit que é um homem que, verdadeiramente, tem feito o máximo que pode dentro dos recursos de que dispõe.

É necessário que os PACs que aí estão desenvolvam e que a obstrução burocrática diminua, a fim de que se possa utilizar bem os recursos que estão no cofres públicos, os recursos que estão colocados para fazer o desenvolvimento do nosso Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Aqui, deixo as minhas felicitações àqueles que ajudam a construir este imenso Brasil que tanto amamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O próximo orador inscrito pela Liderança é o ilustre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nossa Brasília, Senador Eurípedes, tem muitas razões para se orgulhar: o fato de ser um patrimônio histórico mundial – talvez a única cidade moderna que é patrimônio –, o seu traçado, o fato de ser o produto do engenho de brasileiros como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, da vontade política de Juscelino Kubitschek, da capacidade executiva de um homem como Israel Pinheiro. Temos muito do que nos orgulhar, mas uma coisa que nos orgulha, de que poucos fora de Brasília sabem, é nossa Polícia Militar e nosso Corpo de Bombeiros.

Temos uma Polícia exemplar quando comparada com todas as outras do Brasil, com todo o respeito que tenho às demais. Temos um Corpo de Bombeiros também exemplar comparado, inclusive, com os melhores do mundo inteiro.

Venho aqui falar disso, porque ontem a Câmara dos Deputados, à uma hora da madrugada, aprovou, Senador Osvaldo, um plano de cargos e salários que nossas corporações, ambas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, esperavam há muito tempo.

Venho aqui parabenizar a Câmara dos Deputados, que terminou, ontem, aprovando esse projeto à 1h da madrugada. É um projeto que traz, por exemplo, algo inédito e creio que inimaginável há pouco tempo: a partir de agora, Senador Cassol, para entrar na Polícia Militar ou ser soldado do Corpo de Bombeiros, é preciso ter diploma de nível superior. Creio que esse é um avanço com que Brasília sai na frente. Espero que os outros Estados nos copiem. Não é fácil imaginar o salto de qualidade que, certamente, vamos ter quando nossos soldados, quando nossos oficiais todos, desde o ingresso na carreira, já dispuserem de um diploma de nível superior. Creio que só o Instituto Rio Branco tem essa exigência para aqueles que ingressam no seu corpo. Isso foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados e nos deixa muito satisfeitos.

Foi aprovada também, nesse novo plano de cargos e salários, uma nova forma de fluxo para promoção dos nossos soldados até oficiais. Até aqui, sabemos da dificuldade de um soldado ser promovido, sabemos da demora de um oficial dos quadros mais baixos chegar a coronel. A partir de agora, vamos dispor de um fluxo que permitirá a cada um da corporação militar ou da corporação militar dos bombeiros saber daí a quantos anos de sua vida ele vai chegar ao topo da carreira.

Foi aprovado também, para a segurança do Distrito Federal, porque não queremos que aqui aconteça o que acontece em outras cidades do Brasil, o aumento no número de vagas, para que a população brasiliense, para que a Capital da República possa ter esses soldados, que são muito melhores do que a média, também numa quantidade maior.

E também, algo que quebra um grande preconceito e que faço questão de dizer, que cito com orgulho, foi aprovada a possibilidade de reincorporação, para trabalhos específicos, de policiais que, em luta, nas ruas, sofreram violências, sofreram acidentes que os deixaram com algum grau de desabilidade. Por que um PM que levou um tiro durante um combate e que, por isso, ficou cadeirante tem que ir imediatamente para a reserva? Ele pode ficar trabalhando no escritório, pode desempenhar diversas outras funções, até mesmo nas ruas.

O novo plano, creio que de um caráter inovador, talvez não só no Brasil, vai permitir que aqueles que sofreram acidentes e, por isso, perderam a totalidade da plenitude do exercício da sua força possam ser incorporados, se já estão na reserva, ou possam ser

mantidos em atividades que permitam as suas diversas dificuldades.

Foi também aprovada a contratação provisória de soldados e oficiais da reserva em momentos de urgência. Vejam o que hoje acontece no Rio de Janeiro e as pessoas começam a pensar em trazer as Forças Armadas para lutarem contra o banditismo, conspirando, obviamente, o Exército, cuja função é lutar contra inimigos externos e não contra inimigos internos, contra invasores e não contra bandidos. Mas, de fato, a polícia do Rio de Janeiro precisa de mais tropas, mas apenas aumentar o número de vagas exige formação, exige treinamento, demora para dar resultados.

Hoje, a Polícia Militar do Distrito Federal passa a dispor, graças à Câmara de Deputados, de uma maneira de aumentar os seus quadros imediatamente, convocando os reservistas para que voltem ao exercício da atividade, por tempo determinado, obviamente. Fico muito feliz de dizer, porque participei dos que lutaram com mais vigor para isso, que também foi aprovado algo que já devia existir há muito tempo: uma gratificação pelo risco de vida.

No Brasil, há muitos trabalhadores que, dentro de um escritório, têm gratificação por risco de vida, e os PMs não tinham, apesar de exercerem uma tarefa em que o risco é permanente. Tanto é que a Polícia Civil já tem essa gratificação. Até mesmo os servidores de rua do Detran têm esse sistema de risco de vida. A partir de agora, nossos PMs vão poder dispor de uma gratificação de risco de vida, de tal maneira que suas famílias, que ficam em casa preocupadas quando eles saem para o trabalho, sabendo que esses seres queridos podem não voltar, vão continuar sofrendo, é claro, pelo risco de morte, mas vão saber que o Estado não vai abandonar essas famílias caso aconteça uma tragédia na luta dos nossos PMs com os criminosos nas ruas.

Finalmente, o último ponto é uma promoção de soldados, alguns que há 20 anos estão na corporação e não tinham qualquer promoção na carreira. O plano ontem aprovado pela Câmara permite que nós, a partir de agora, ofereçamos uma promoção a esses soldados da PM do Distrito Federal, a nossos heróicos Bombeiros do Distrito Federal, que há anos não têm essa possibilidade.

Tudo isso, Sr. Presidente, falei que já temos. Mas há um senão: o projeto foi aprovado ontem na Câmara e virá rapidamente, espero, para o Senado, e é aqui que ele terá a aprovação definitiva. Por isso quero fazer um apelo a cada um dos nossos colegas Senadores: primeiro, para que o processo seja rápido e, segundo, para que não haja emendas, porque, se fizermos emendas outra vez, esse projeto terá dificuldade de

continuar avançando. Quero pedir especialmente aos Líderes dos partidos para que procurem apressar, da maneira mais rápida possível, de tal forma que, na próxima semana, o que falei aqui, em homenagem à Câmara dos Deputados, possa servir também como homenagem ao Senado Federal.

Espero que a gente possa, Sr. Presidente, na próxima semana, aprovar esse plano. Isso foi resultado de um trabalho longo que envolveu todos os partidos. Nenhum partido aqui é dono disto e nenhum partido aqui ficou contra.

Quero fazer um apelo também aos Senadores que representam os Estados de hoje que foram Territórios no passado, os quais, ao meu ver, também têm direito a receber os mesmos benefícios que os nossos PMs do Distrito Federal. Acho que eles têm direito, sem dúvida alguma. Mas creio que a melhor maneira de levar esse direito, que hoje chega ao Distrito Federal, aos outros Estados é aprovarmos aqui dentro, Senador Alvaro Dias, imediatamente, para o Distrito Federal e, logo depois, começarmos a trabalhar com a paciência que tiveram os PMs e os Bombeiros aqui do Distrito Federal para que esse privilégio, esse benefício, esse direito chegue a todos os Estados que foram Territórios. E vou mais longe: espero que isso se amplie ainda mais e chegue também a todos os Estados brasileiros.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço um minuto, Senador, porque estou concluindo.

Mas a melhor maneira de fazer com que isso chegue a todo o Brasil é os nossos Senadores, que representam outros Estados, entenderem que a melhor maneira é aprovar, o mais rápido possível, talvez na próxima terça-feira, esse novo plano de cargos e salários dos nossos PMs e Bombeiros do Distrito Federal.

É esse apelo que faço a todos os Senadores, especialmente aos Líderes de partido – e aqui está um deles, já fica registrado o meu apelo ao Senador Alvaro –, para que possamos aprovar imediatamente um processo longuíssimo de discussões do plano de cargos e salários da PM e dos Bombeiros do Distrito Federal.

Isso era o que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Agradeço a sua paciência e agradeço também ao Senador Lobão, que havia pedido ali a palavra pela ordem, e eu preferi, primeiro, concluir o meu discurso.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Mais do que a palavra pela ordem, eu pediria a gentileza de um aparte, até de pé, se V. Ex^a me permite. Eu gostaria de fazer apenas o registro da presença do Ministro da Ciência, Tecnologia, Telecomunicações e Comuni-

cações de Angola aqui presente em nosso País, em visita oficial, no sentido de trocar experiências com o nosso País. Agradeço a V. Ex^a este espaço e gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a honrosa presença do digníssimo Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, já que o senhor considerou isso um aparte, quero dizer da minha satisfação de poder estar na tribuna no momento em que recebemos o Ministro da Ciência e Tecnologia de Angola e seus acompanhantes, porque Angola é um país irmão do Brasil. Sabe-se que, há alguns séculos, chegamos a discutir que Brasil e Angola fossem um só país, apenas com um imenso rio no meio, que é o Oceano Atlântico. Nós nos consideramos plenamente irmãos, quase o mesmo país.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Sadi Cassol deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osvaldo Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – O Senado da República congratula-se com tão nobre visita e espera que a permanência no Brasil seja proveitosa e que os nossos países possam se entrelaçar cada vez mais, a fim de que possamos trabalhar em favor do progresso da humanidade. Sejam bem-vindos! Senado os recebe de braços abertos.

Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, de quando em vez se ouve que a Oposição não tem discurso. Eu fico a refletir e respondo: imaginem se a Oposição tivesse discurso!

Na verdade, faltam espaços, auditórios, plenários, tribunas, oradores para o discurso de oposição no Brasil. São tantos os equívocos, os desmandos que nós nos sentimos insuficientes para o discurso de oposição.

Cobram, muitas vezes, que a Oposição não tem planos para o País e, na verdade, estão executando os planos da Oposição para o País. A política econômica é oriunda dos governos que antecederam a este, especialmente os 15 anos de Plano Real.

A política social, da mesma forma: um conjunto de programas que tiveram origem em governos passados, foram organizados sob a denominação de Bolsa Família, e atende a 11 milhões de famílias brasileiras.

Mas, hoje, venho tratar de um assunto específico e que diz respeito à responsabilidade da Oposição. Venho abordar as responsabilidades em relação a esse

espetáculo de violência a que assistimos no Rio de Janeiro. Esse triste espetáculo de violência!

O recrudescimento da violência no País põe à mostra a claudicante política de segurança do Governo Federal. A sensação de medo e de insegurança se alastra por todo o País. A taxa nacional de homicídios é de 23,7 casos por 100 mil habitantes, um índice alto frente aos padrões internacionais. A Organização Mundial da Saúde qualifica como zonas epidêmicas aquelas com taxas superiores a 10 assassinatos por 100 mil habitantes.

Estudos recentes mostram que a violência no Brasil não está mais circunscrita aos grandes centros urbanos; ela se disseminou pelo interior, chegando às cidades de pequeno e médio porte, deixando um rastro de destruição de vidas e de prejuízos econômicos. O Banco Mundial já chegou a estimar que o custo anual com violência no Brasil chega a 7% do nosso Produto Interno Bruto.

A explosão da violência é alarmante. Bandidos de várias facções criminosas agem à luz do dia e transformam cidades brasileiras em Medellín e Cali do passado. As ações criminosas são articuladas à distância, e o Poder Público se mostra incapaz de coibir as estratégias do crime amplamente anunciadas. Os ataques que ocorrem e que ocorreram no último final de semana na cidade do Rio de Janeiro, derrubando, inclusive, um helicóptero da Polícia Militar, foram comandados de uma penitenciária de segurança máxima no Paraná, o meu Estado.

A responsabilidade da crise de violência na cidade do Rio de Janeiro é especialmente do Governo Federal. Nós não estamos afirmando tratar-se de responsabilidade exclusiva do Governo Federal, mas é, em especial, responsabilidade do Governo Federal.

Os armamentos apreendidos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, de 2007 para cá – 35 metralhadoras antiaéreas – e o volume de drogas movimentado na cidade demonstram que o Governo Federal não cumpre o seu papel em áreas vitais de sua responsabilidade. O tráfico de drogas e de armas é responsabilidade, sim, do Governo Federal. É exatamente em razão do tráfico de drogas e de armas que há o recrudescimento da violência no Rio de Janeiro.

Aliás, como ressaltou o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, o problema do contrabando de armas e do tráfico de drogas é responsabilidade da União e não se pode imputar aos governos locais. Palavras do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que não está no exercício da Oposição no Senado Federal, obviamente.

Mas eu vou além. Agora é a palavra de um aliado do Governo Federal. Aliás, o Governo do Rio de Janeiro é talvez, hoje, aquele mais ligado ao Governo Federal. As relações são estreitadas a cada momento e a cada passo.

Pois bem, é do Governo do Rio de Janeiro que eu recolho palavras, apontando para o Governo Federal como principal responsável.

Veja o que diz o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro:

“O Rio precisa que o Governo Federal assuma plenamente a responsabilidade legal de combate à droga. Se não assume, nós assumimos. Tudo bem. Vamos fazer. Estamos fazendo. Mas polícia estadual é responsável por prevenção e investigação. Por encontrar e entregar o criminoso à Justiça. Tráfico de drogas é com a Polícia Federal. Infelizmente, no Rio não é. A Secretaria de Segurança faz as duas coisas aqui. Ou melhor: as três. A saber: a polícia de prevenção e de investigação, a polícia de combate ao tráfico de drogas e a polícia de proximidade, de reconquista dos territórios”.

O Governo do Rio de Janeiro não pode conter verdadeira “corrida armamentista” entre integrantes do tráfico e do crime organizado. O Governo do Presidente Lula precisa se fazer presente.

Portanto, não é um Senador da Oposição que está responsabilizando o Governo Federal neste momento. É o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que fala em nome do Governo do Rio de Janeiro, aliado do Governo Federal – e bota aliado nisso, tem sido um aliado que vai até as últimas consequências da solidariedade e da fidelidade política. Portanto, é uma afirmação insuspeita: é responsabilidade do Governo Federal, e o Governo Federal tem que assumir o ônus dessa responsabilidade.

O baixo interesse do Governo nas questões essenciais da segurança pública parecia ganhar um alento com a criação, em 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Considerando os recursos destinados ao Pronasci – mais de R\$1 bilhão em 2009 –, verificamos um contingenciamento de aproximadamente 50% dos recursos. Uma outra disfunção observada é que quase a totalidade dos recursos liberados até o momento são destinados a bolsas de formação.

Nós reconhecemos a importância de investir na qualificação profissional de segurança pública, toda-

via, esse não pode ser o foco prioritário do programa num clima de guerra civil.

Levando em conta a amplitude e as várias vertentes do Pronasci, questionamos a adequação de um programa dessa natureza estar integralmente sediado na Pasta da Justiça. Há uma visível falta de articulação entre as áreas do Governo no tocante ao Pronasci.

No que diz respeito aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, a execução orçamentária igualmente não condiz com a situação grave enfrentada pelo País, especialmente pelo Rio de Janeiro. O contingenciamento beira também 50%.

No tocante ao Fundo Penitenciário Nacional, em 2008, por exemplo, somente 85 milhões foram desembolsados, de uma dotação prevista de R\$206 milhões, o que representa 41% do total, incluídos os chamados “restos a pagar”. O montante pago pelo Fundo de 2008 foi 66% menor que o registro do ano anterior, em valores corrigidos.

Portanto, não há como não responsabilizar o Governo Federal. Isso se chama omissão. É por essa razão, inclusive, que apresentei um projeto, aprovado por unanimidade pelo Senado, que impõe a aplicação absoluta de todos os recursos consignados no Orçamento da União para segurança pública, sob pena do crime de responsabilidade a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça. Esse projeto está parado na Câmara dos Deputados.

Se tivesse sido aprovado, caberia aqui o crime de responsabilidade. O Governo não aplicou a metade dos recursos consignados no Orçamento da União em 2008. E, em 2009, repete a performance.

Portanto, caberia, sim, imputar ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça crime de responsabilidade se o projeto de minha autoria tivesse sido aprovado e sancionado pelo Presidente da República.

Nesta questão de tráfico de armas e de drogas, é preciso destacar que a tríplice fronteira, exatamente envolvendo o meu Estado, o Estado do Paraná, é a passagem, de forma visível, de armamentos e de droga. Já por inúmeras vezes, desta tribuna mesmo, nós sugerimos ao Governo que se utilizasse do Exército nacional para combater o tráfico de drogas e de armas na tríplice fronteira. É uma missão que deveria ser reservada pelo Governo Federal ao Exército brasileiro, evidentemente com o apoio da Polícia Federal, na integração necessária entre as diversas instituições policiais do País – a Polícia Federal, a Polícia Civil do Estado e a Polícia Militar.

Houve até um momento em que o Governo determinou uma força-tarefa, mas por pouco tempo, por poucos dias. Isso não é suficiente; isso, por si só, não estabelece o fim da criminalidade. Caberia, a meu

ver, ao Presidente da República liderar esse processo. Em vez de passar a mão na cabeça de lideranças das Farc, o Presidente da República deveria assumir uma postura de rigor no combate ao contrabando tanto de armas quanto de drogas. Nós sabemos que as Farc, sem sombra de dúvida, são, em grande parte, responsáveis, especialmente pelo tráfico de drogas que chega ao Brasil.

São criminosos que deveriam ser responsabilizados por milhares de mortes em nosso País. O Presidente da República tem sido contemplativo, conivente em relação às Farc. Caberia ao Presidente da República combater, sim, utilizando os instrumentos de que dispõe, como o Exército brasileiro, o tráfico de drogas, em vez de tirar fotografia ao lado de Evo Morales, com um colar de coca pendurado no pescoço. A ação do Presidente deveria ser oposta à imagem que ele produziu e que foi distribuída pela imprensa nacional e internacional.

Portanto, Sr. Presidente, o meu tempo está-se esgotando e pretendo voltar a este assunto. Acho que o Congresso Nacional precisa debater a questão da segurança pública no País com muito interesse, não só nos momentos cruciais em que fatos notórios provocam indignação nacional, mas, pelo cenário de insegurança que existe no País, temos muito a fazer. E não é, evidentemente, apenas legislando.

Temo gerar essa falsa expectativa quando se aprova um projeto de lei no Congresso Nacional e se passa a ideia de estarmos resolvendo todos os problemas que afligem a população brasileira. Especialmente no que diz respeito à segurança, gerar falsa expectativa é semear a frustração futura. Muito mais do que alterarmos legislação – e é evidente que temos de trabalhar para aprimorá-la –, muito mais do que isso, dependemos, neste momento, de que a autoridade se imponha, porque, enquanto a autoridade não se impõe, a marginalidade cresce. Autoridade constituída, impondo-se, atemoriza. Autoridade constituída que não se impõe faz com que marginais, sobretudo aqueles responsáveis pelo crime organizado, sintam-se mais poderosos do que as autoridades constituídas. E é isso o que vem ocorrendo no Brasil.

Recursos: autoridade que se impõe e que libera recursos. Esse cenário de contingenciamento não pode prevalecer. O Governo está fechando as torneiras no que diz respeito a bancar a estruturação e a organização para o combate ao crime organizado no País.

Nós mostramos os números. Se o Governo contingência, inclusive nessa área de segurança pública, diante de tantos problemas a que estamos assistindo no País... E a violência não está mais apenas nos grandes centros urbanizados. A violência caminha pelo País. A

violência está em toda parte. A violência permanece nas ruas das grandes cidades, especialmente na periferia delas, mas viaja pelo interior do País e chega até mesmo às localidades mais longínquas, onde se encontram as menores comunidades. Diante desse cenário, não cabe ao Governo contingenciar recursos destinados à segurança pública, porque isso significa abrir perspectivas de crescimento da criminalidade e, certamente, de aumentar o número de vítimas em nosso País.

Não é porque estamos comemorando uma conquista histórica para o Rio de Janeiro, a sede das Olimpíadas de 2016. É porque o povo do Rio de Janeiro e o de todo o País têm o direito de viver com tranquilidade e segurança. E é obrigação do Governo e responsabilidade do Estado oferecer cidadania, segurança, paz e tranquilidade para que o povo possa, Sr. Presidente, exercitar, na sua plenitude, a cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Passamos à

ORDEM DO DIA

A pauta da presente sessão fica transferida para a próxima terça-feira, dia 27.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 465, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; altera as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.948, de 16 de junho de 2009, 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 6.704, de 26 de outubro de 1979; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, e do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 465, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 16.09.2009)

Relator revisor: Senador João Pedro

(Sobrestando a pauta a partir de: 30.08.2009)

Prazo final prorrogado: 12.11.2009

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 467, de 2009, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alienas “d” e “h” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências (prorrogação de contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público)*.

(Lida no Senado Federal no dia 05.10.2009)

Relator revisor: Senador Papaléo Paes

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2009)

Prazo final prorrogado: 30.11.2009

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 466, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2009, que *dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 466, de 2009)*.

(Lida no Senado Federal no dia 13.10.2009)

Relator revisor: Senador Valdir Raupp

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2009)

Prazo final prorrogado: 30.11.2009

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião

Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais

de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96A, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96A, de 2003 (nº 277/2008, Substitutivo na Câmara), que *acrescenta §3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação de Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica; e dá nova redação ao §4º do art. 211, ao §3º do art. 212 e ao caput do art. 214, acrescentando-lhe inciso VI. (DRU).*

Parecer favorável, sob nº 1.756, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

14
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera

dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento:

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que dispõe sobre o atendimento de emergência de

acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.

Pareceres sob n^{os} 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1^o pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2^o pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos n^{os} 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 35, de 2003 (n^o 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei n^o 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob n^{os} 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento n^o 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 85, de 2004 (n^o 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei n^o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quanto não houver constituído advogado).*

Parecer sob n^o 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda n^o 1 – CCJ, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 19, de 2005 (n^o 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando

Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.*

Pareceres sob n^{os} 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda n^o 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda n^o 1 – CCJ/CMA (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 15, de 2006 (n^o 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que altera o § 4^o do art. 9^o da Lei n^o 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Parecer favorável, sob n^o 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 72, de 2006 (n^o 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei n^o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.*

Parecer favorável, sob n^o 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^o 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo),

que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres*

tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e
– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -*Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Neuto de Conto.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.199, de 2008-Plen, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente

da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que altera a Lei nº 9.784, de

29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 199 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 196, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2008 (nº 34/2007, na Casa de origem, do Deputado Cássio Taniguchi), que altera os arts. 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto da Cidade (incentivos para construções ecologicamente sustentáveis).

Parecer sob nº 1.304, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável, com a Emenda nº 1 – CMA, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para ga-

rantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

59

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 2008, do Senador João Tenório e outros Senhores Senadores, que institui o Diploma José Ermírio de Moraes e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 730 e 731, de 2008, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma; e Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias.

60

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 527, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela festa realizada na Esplanada dos Ministérios no dia 21 de abril.

Parecer favorável, sob nº 1.484, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

61

REQUERIMENTO Nº 545, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 545, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de repúdio à tentativa de intimidação contra o Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, jornalista Cristóvão Nonato, no dia 08 de maio de 2009, em Manaus.

Parecer favorável, sob nº 1.485, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

62**REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).

63**REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

64**REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

65**REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

66**REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).

67**REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).

68**REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).

69**REQUERIMENTO Nº 1.159, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.159, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2008, com o de nº 202, de 2008, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 253 e 280, de 2008, por regularem a mesma matéria (mudanças na Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro).

70**REQUERIMENTO Nº 1.198, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.198, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2008, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (proíbe concurso público para cadastro de reserva).

71

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

72

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.234, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 221 e 268, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (amabilidade legal).

73

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.236, de 2009, do Senador Gilberto Goellner, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

74

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

75

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

REQUERIMENTO Nº 1.263, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.263, de 2009, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal).

77

REQUERIMENTO Nº 1.270, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.270, de 2009, do Senador Osvaldo Sobrinho, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 264, de 2006; e 132, de 2009, a fim de que tenham tramitação autônoma (dispõem sobre novas hipóteses de tipificação penal do esbulho possessório).

78

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

79

REQUERIMENTO Nº 1.299, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.299, de 2009, Do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (torna obrigatório o uso de dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.300, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.300, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008; e o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (define os crimes de responsabilidade e estabelece as respectivas normas de processo e julgamento.)*

81

REQUERIMENTO Nº 1.305, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.305, de 2009, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (castração química).*

82

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.333, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 46 e 361, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (tabela do imposto de renda).*

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Sobrinho. PTB – MT) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no dia de ontem, eu ocupei esta tribuna para comentar sobre a Semana da Visão, que vem sendo realizada no Senado Federal até o dia de amanhã, com preocupação em relação aos casos de cegueira, que são 50% decorrentes de catarata e 20% decorrentes de glaucoma e de problemas de retina.

Então, os casos de cegueira, no Brasil, caso bem tratados, seriam diminuídos em 70% se atendidos esses dois fatores: catarata, 50%, e glaucoma e problemas de retina, 20%, de acordo, tudo isso, com a Organização Pan-americana de Saúde.

Ao mesmo tempo, procurei enfatizar – o Senador Alvaro Dias está aqui e é um autor de um projeto de lei que já foi aprovado no Senado – para que se realize a triagem visual de crianças na escola, na educação infantil e no ensino fundamental. Triagem significa avaliar todas as crianças por meio de testes de acuidade visual, para identificar, tão precocemente quanto possível, um problema, no caso visual, que poderia ser auditivo, físico, de aprendizagem, até o mais precocemente na própria maternidade, fazendo-se o teste conhecido como o “teste do olhinho” para identificar se a criança tem algum problema.

A gente vê muitas vezes crianças com dois, três, quatro anos, que, sob orientação do oftalmologista, usam um tampão num dos olhos porque apresenta alguma dificuldade identificada pelo médico, e a gente observa que, depois, com quatro, cinco, seis anos, eventualmente, dependendo da orientação, até deixam de usar o tampão num dos olhos, o que significa que essa criança atendida bem cedo se recuperou da dificuldade que tinha e, aos cinco, seis anos, não tinha mais o problema.

Agora, se essa criança fosse atendida só com cinco ou seis anos, isso já poderia significar dificuldades maiores, problemas na escola, e assim por diante.

Muitas vezes, as autoridades de saúde dizem: “Olha, não é possível fazer isso porque custa muito caro”. Esse “custa muito caro” a gente tem sempre de lembrar a todos que o “custa muito caro” custa ainda mais caro se não se tratar do problema, se não se prevenir o problema. Quer dizer fazer a cirurgia de catarata tem um preço, mas esse preço é muito menor se comparado com o fato de essa pessoa ficar cega e ter de ser reabilitada para o trabalho, ter que ter equipamentos, apoio por um fator que pode ser evitado.

Então, nesse sentido, esta Semana da Visão aponta para a necessidade de prevenir, de identificar precocemente, se a criança ou a pessoa tem algum problema, e de que tem que haver o médico para o

atendimento, a consulta médica, óculos, equipamento, e assim por diante. Falo em equipamento porque citei, ontem, que conheço uma pessoa que hoje é adulta e cujo caso acompanhei desde que ela era criança. Ela é cega de um olho e, dividindo-se o outro olho em quatro partes, uma das partes, um dos quadrantes do olho apresenta um resíduo visual de 5%. Quer dizer, um dos quadrantes, 5%. Só que, hoje em dia, com os programas de educação e reeducação visual, esses 5% são aproveitados por meio de treinamento, de orientações e de equipamentos, para que essa pessoa, por exemplo, possa ler textos em tinta, não em braille. Todo o resíduo visual é aproveitado por meio de técnicas e de metodologias disponíveis nessa área.

Então, é uma semana boa, necessária, de sensibilização, de conscientização. Em função da semana, temos de ver como é que esses projetos estão tramitando aqui no Senado Federal, Senador Osvaldo Sobrinho, que também é um membro atuante dessas comissões todas e sempre debatendo com o entusiasmo que é necessário. Temos que ter esses projetos e, ao mesmo tempo, um projeto de saúde da população e de saúde escolar adequado.

No dia de hoje, além de lembrar a Semana da Visão, quero lembrar que semana que vem vamos ter também, aqui no Senado Federal, uma semana das mais importantes e que já está se inserindo de forma definitiva no calendário do Senado Federal, que é a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Já é a segunda Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com o título Infância e Paz.

Isso é interessante, porque todos nós na sociedade e na comunidade estamos sempre discutindo a importância do acesso das nossas crianças à educação infantil, de zero a cinco anos de idade; ensino fundamental, de cinco a quatorze anos de idade, ou seja, na creche, de zero a três anos, e na pré-escola, com quatro e cinco anos.

Os temas serão abordados de terça a sexta-feira e serão objeto, naturalmente, de atenção dos meios de comunicação do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal Senado. Este evento vai acontecer no Auditório Petrônio Portella, aqui do Senado Federal, também no Interlegis, na biblioteca do Senado Federal, no Salão Negro do Senado Federal. É uma iniciativa de fôlego importante, abordando temas fundamentais, entre eles o brincar e as implicações do brincar das crianças para a saúde física e mental, quer dizer, como é que a saúde física e mental pode ser positivamente impactada através do brincar na educação infantil e também na prevenção da violência.

O Senador Alvaro Dias, com muita propriedade, abordou a questão da violência, que deve ser abordada com todo rigor pelo aparato policial – Polícia Militar, Polícia Federal, Exército, Polícia Civil, conselhos de segurança. Tem que haver um trabalho sistemático de combate à criminalidade e, ao mesmo tempo, precisamos trabalhar no outro lado para muitas situações, prevenindo, para evitar que a criança e o jovem entrem na área da violência.

E, aqui, neste Seminário da semana que vem, coloca-se o brincar na educação infantil e na prevenção da violência. Também vai ser abordado nesta semana que vem o tema Formação de cuidadores – cuidadores para a educação infantil e cuidadores em casas de acolhimento.

Muitas entidades pelo Brasil se dedicam intensamente a atender crianças e jovens – nós estamos falando de crianças aqui, neste momento –, atender crianças que estejam abandonadas, que sejam segregadas, que sejam vítimas de violência. Temos de pensar na formação de cuidadores.

Desenvolvimento do Cérebro da criança. O peso do cérebro da criança se multiplica no primeiro ano de vida. Ou a gente cuida da criança no primeiro ano de vida, com o desenvolvimento do cérebro, como tamanho e plasticidade, ou teremos perdido um momento fundamental para o atendimento da criança, em termos do seu desenvolvimento

Valorização da infância. Nesse sentido, quero destacar que nesta semana, de terça a sexta-feira, serão realizados cursos, debates, palestras, discussões, exposições. Será um grande debate, um grande encontro que irá acontecer aqui no Senado Federal, destacando que na quarta-feira pela manhã, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, haverá também audiência pública, inserida no contexto desse evento, para debater, também na quarta-feira, os seguintes temas: prevenção na primeira infância, a prevenção da violência, e o brincar no desenvolvimento infantil.

No outro dia, Sr. Presidente, tivemos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte a realização de uma audiência pública que pretendia instruir um projeto de lei da Senadora Patrícia Saboya, com a relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que trata do Pronei (Programa Nacional de Educação Infantil), para que se utilizem outros recursos além dos existentes, que não são suficientes para essa área. Porque a educação infantil nos remete ao atendimento à criança no contexto municipal, da prefeitura, no Município, discutindo então o Pronei (Programa Nacional de Educação Infantil), para a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esses recursos se somariam aos recursos existentes num programa de boa qualidade,

de bom encaminhamento, desenvolvido pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é o Proinfância.

Então os Municípios, as prefeituras precisam ser ajudadas. Nessa ajuda, discutiu-se o espaço físico, a construção, as necessidades físicas para a instalação de um programa, a qualidade pedagógica que deve nortear a avaliação desses programas como programa de educação. Sem dúvida é apoio para a família, é assistência, mas, essencialmente, programa de educação, de educação infantil, a formação dessas pessoas, a qualificação, a qualidade. E muitos aspectos poderiam ser enfatizados para que todos nós tenhamos, ao fim, um programa de qualidade de educação infantil.

Então, Sr. Presidente, quero destacar que esta Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, Infância e Paz, acontecerá no Senado Federal, com promoção do próprio Senado Federal, como se coloca na própria apresentação do evento, com participação do Interlegis e uma participação também importante do Instituto Legislativo Brasileiro, que vai, inclusive, certificar os participantes.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que, também relacionado a esta área de educação, de cidadania e de direitos, nesta manhã, foi realizada na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência, uma reunião de trabalho em que estiveram presentes o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e o Ministério Público do Trabalho, para discutirmos várias situações relacionadas à pessoa com deficiência.

Dentro do foco de se dizer que existem problemas, existem dificuldades, vamos definir bem o problema e achar a solução para o problema. Então, a Subcomissão, que tenho a honra de presidir, está focada neste sentido: vamos achar soluções para os problemas.

Uma das questões bem discutidas – e também já achando a solução para isto – foi o salário mínimo da pessoa com deficiência. A pessoa recebe o salário mínimo. O decreto presidencial existente permite que essa pessoa comece a trabalhar e, se perder o emprego, que volte a ter o benefício da prestação continuada – BPC, o salário mínimo. O que se está discutindo? Como assegurar, como dar garantia absoluta para a pessoa com deficiência de que a ela vai retornar o benefício do salário mínimo caso perca o emprego. Muitas pessoas pensam: “Poxa, vou receber um salário mínimo trabalhando e tenho o benefício de um salário mínimo pelo benefício assistencial.” Então, dá-se essa garantia absoluta, concreta, de que a pessoa possa ler o texto, o documento, e ter essa garantia.

O segundo aspecto é principalmente para pessoas com deficiência, com necessidades bem mais acentuadas: deficiência intelectual, autismo, deficiência múltipla, jovens surdos, cegos, por exemplo, com distúrbios de conduta. Como fazer com que essas pessoas possam trabalhar nas entidades, nas escolas que as atendem (como APAEs, Pestalozzi e outras escolas), possam ser contratadas por empresas, que fariam com que essas pessoas trabalhassem nas entidades, num entendimento em relação àquilo que a empresa precisa, contratadas pelas empresas. E que isso seja contado para as quotas previstas na legislação. É o segundo aspecto.

O terceiro aspecto que estamos discutindo e que interessa a todos os pais que tenham filhos com deficiência cujas necessidades sejam mais acentuadas é o seguinte: a dificuldade que o pai enfrenta porque sabe que, quando ele ou a mãe falecer, o seu salário ou a sua pensão passará para o filho ou filha dependente. Porque essa pessoa precisa, por um processo de interdição, inclusive, ter acesso a este salário. Muitas famílias dizem: “Olha, essa é a garantia que eu posso dar para o meu filho, para minha filha. Um dia eu faleço, minha esposa falece, mas eu tenho a certeza de que isso vai passar para o filho”. E é assim.

Só que a legislação diz: se essa pessoa, de qualquer forma, começar a trabalhar, tiver o registro na carteira de trabalho, ela vai perder o direito a ter a pensão, porque deixará de ser dependente. E isso vem agonizando pais, famílias do Brasil, que por um lado buscam independência, querem que o filho ou filha participe, mas, ao mesmo tempo, não querem, naturalmente, com toda razão, que o filho ou filha perca aquele benefício da Previdência.

Então, todos esses assuntos e outros estão sendo objeto de debate, de discussão, nessa Subcomissão Permanente, e terão que ter um resultado prático, concreto, uma solução. É por isso que o Ministério da Previdência e Ministério do Trabalho estão juntos. E, a partir de uma convergência, faremos um debate público para que até o final deste ano – e estamos no final, encaminhando-nos para o final do mês de outubro – possamos ter um encaminhamento para discutir se é por meio da lei – às vezes é pela lei, pelo decreto, pela portaria – para que se discuta o assunto e se tenha clareza do que se deseja, do benefício que isso pode causar para a cidadania. E, a partir desta compreensão, construir-se o instrumento legal adequado para o caso.

Quero agradecer, Sr. Presidente. Penso que os três assuntos são fundamentais: Semana da Visão, nesta semana; Semana da Primeira Infância e Cultura da Paz, na próxima semana, de terça a sexta-feira;

e esse debate todo que aconteceu novamente hoje – já não foi a primeira vez –, com os Ministérios, numa subcomissão. Porque, afinal, pessoas com deficiência constituem um universo de 25 milhões de brasileiros. Então é bastante gente que precisa do apoio e da solidariedade de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Inácio Arruda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 24 de outubro Goiânia completa 76 anos. Sinto-me, mais do que na obrigação de tecer palavras, feliz pela oportunidade de traduzir um pouco da História dessa jovem Capital aqui no plenário desta casa.

Goiânia, aparentemente, nasceu nos anos 30 do século passado, com a chamada Revolução de Trinta que colocou no comando Getúlio Vargas, em nível nacional, e Pedro Ludovico Teixeira no controle da política goiana. Os dois ficariam 15 anos consecutivos no poder. Se a Vargas cabe um lugar ímpar na História Brasileira pelas conquistas trabalhistas e pelo desenvolvimento nacionalista, a Pedro Ludovico cabe o reconhecimento de ter ele mostrado ao País as potencialidades e pujança do Goiás que emergia sob sua direção.

Mais do que uma idéia de Pedro Ludovico, mais do que um anseio dos grupos dominantes em ascensão, que poriam fim ao domínio das oligarquias na República Velha, Goiânia era uma necessidade dos novos tempos, dos rumos de desenvolvimento que Goiás ansiava.

A idéia de mudança da capital é antiga, veio dos séculos 18 e 19, mas foi efetivada somente no burburinho de transformações dos anos 30. Pedro Ludovico Teixeira capitalizou as mudanças, retomou a idéia de transferir a capital e deu ao tema novas cores e novos tons políticos e econômicos.

Construir Goiânia era um desafio e uma forma de afirmação política, um investimento no Estado e uma estratégia para retirar da cidade de Goiás a posição de centro da política estadual.

Pedro Ludovico assina, em 18 de maio de 1933, o Decreto n.º 3.359, que estabelecia as bases para a edificação da nova capital. Prometia uma capital moderna, planejada, coerente com os novos tempos que se anunciavam no Estado.

Goiânia nasceu sob o signo do conflito, dos posicionamentos prós e contras tão ao gosto de uma época repleta de transformações. Nasceu plural, com goianos, mineiros, nordestinos e tantos outros que ajudariam em sua edificação.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, Pedro Ludovico é uma das faces dessa jovem e ousada capital. Cerca de mais de 4 mil trabalhadores somaram-se a ele: os geniais urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godói, engenheiros da estatura dos irmãos Coimbra Bueno e uma população sedenta de transformação e progresso completavam a rede de anseios da época.

Dentro desse contexto Goiânia significava uma capital capaz de satisfazer os anseios dos grupos em ascensão na política e na economia do Estado, situados no sul e sudoeste, regiões historicamente desenvolvidas e carentes de representação política.

A modernidade, sinônimo de progresso à época, movia Pedro Ludovico e seus apoiadores. Sob o manto do progresso a idéia de uma nova capital ganharia as ruas, contagiaria as consciências, ao mesmo tempo em que ampliava os ardores da oposição e centralizaria toda a política dos anos 30 e da Constituinte de 1933.

As vozes contrárias a mudança da capital não eram poucas. Como hoje, naquele tempo havia os que discordavam de tudo o que significava mudança, progresso e modernidade. A construção de Goiânia seguia seu rumo indiferente aos embates. Problemas de ordem financeira eram resolvidos ou através do tesouro estadual, da venda de lotes ou por meio de apólices e empréstimos do governo federal. Pedro Ludovico não queria saber de gastos e sim reforçava a idéia de que estava fazendo um grande investimento. O tempo mostrou suas razões, seus sonhos, sua ousadia.

A parceria do governo Vargas com o futurismo de Pedro Ludovico, encontraria na Marcha para o Oeste, anos mais tarde, o rumo de um Brasil que se bifurcava para o interior.

A mão-de-obra básica teve que ser trazida de várias regiões do país, principalmente do nordeste, para constituir um contingente operário que, anonimamente, substituía o que o Estado não havia formado ao longo da República Velha.

Goiânia já contava, em 1935, com alguns prédios erguidos e se afigurava, a cada dia, como uma realidade irreversível. Assim, à oposição restava a tentativa de obtenção de melhorias para a cidade de Goiás.

Os oposicionistas reivindicavam que o governo empreendesse reformas na velha Goiás, de modo a dinamizar seu crescimento econômico, o que também não chegou a ser feito. Pedro Ludovico tinha uma idéia fixa no futuro e o Goiânia era esse símbolo, o bande-

rantismo moderno, o salto para frente, o encontro do Estado de Goiás com os novos rumos do Brasil de Vargas. Uma nova capital seria o resumo de muitos destes planos.

Em 20 de novembro de 1935, foram instalados o município e a comarca de Goiânia. O dirigente político se posicionava dizendo: “Amo esta terra que é minha. Mas há um imperativo mais alto que é preciso obedecer.” Pedro Ludovico era filho da velha capital, da cidade de Goiás. O imperativo maior, por certo, inserir o Estado de Goiás no mercado nacional, inserir a região no projeto nacionalista de Vargas.

Com a Construção de Goiânia concretizava-se a estratégia política de Pedro Ludovico Teixeira para se afirmar no poder e dar ao Estado de Goiás uma dimensão de modernidade que apagasse da memória as imagens de decadência e atraso, com as quais os detentores do poder estadual em 30 insistiam em ver a Velha Capital. Era um equívoco mas era o argumento político exato para a época.

Cumpria-se, finalmente, mais uma etapa da Marcha para o Oeste, no processo de ocupação do Centro-Oeste do país. Goiânia representaria o trampolim para novos e arrojados projetos, como a construção de uma nova capital federal, Brasília e a Belém-Brasília.

A inauguração oficial ocorreu em julho de 1942 sob o signo da modernidade e da cultura, definindo o momento como O Batismo Cultural de Goiânia. A convivência do moderno com o atraso marca a história de Goiás e de sua nova capital, Goiânia, nos agitados anos 30.

Goiás, Estado em desenvolvimento teria com uma nova capital um atrativo capitalista capaz de chamar a atenção de um país em transformação. Significava também a consolidação do projeto de afirmação política de Pedro Ludovico, um novo centro do poder. Goiânia nasceu plural, cosmopolita, altamente moderna com prédios públicos em *art déco*, cravada no mais expressivo interior, Campinas. Daí sua mesclagem entre o urbano e o rural, o campo e a cidade, o litoral e o sertão.

Foi ambiciosa para a época. Projetou-se para 50 mil habitantes e hoje conta com cerca de um milhão e cem mil trabalhadores que a constroem diuturnamente. Bonita, altaneira, capital do verde e do acolhimento, a Goiânia de Pedro Ludovico e de todos nós, bela, moderna, cosmopolita, contrasta em seu seio, com inúmeros problemas, merecendo a atenção vigilante de todos os goianos. Os avanços da medicina de Primeiro Mundo e a fragilidade das políticas públicas de saúde; a beleza de suas ruas com o caos do transporte cole-

tivo urbano; a força trabalhadora de seu povo com um sistema de tráfego sem o menor planejamento e, por isso, problemático; a qualidade de vida de parcela da população com a completa inexistência de políticas públicas municipal de inclusão social, além de tantos outros problemas que reclamam da administração local a atuação mais ampla e de resultados.

Assim é que, ao completar 76 anos, Goiânia nos leva a refletir sobre sua trajetória histórica, seus problemas e possíveis soluções. Enche-nos de orgulho ao mesmo tempo em que nos cobra saídas para a metrópole que simboliza o crescimento de um Estado que, por duas vezes, tivemos o prazer de governar.

Por isso a louvamos e nos preocupamos com sua trajetória, entendemos sua formação multicultural, e apoiamos sua diversidade em todos os campos do saber. Goiânia aos 76 anos merece não só os parabéns, mas solicita também o conhecimento sobre sua História como forma adequada de reconhecer suas tradições, sua importância patrimonial, seu povo e, por fim, para firmar o compromisso de cada um de nós com sua preservação, sua História, sua memória e identidade.

Parabéns Goiânia, parabéns aos goianienses, parabéns aos goianos e parabéns, nesta data, a todo o Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA, (Bloco PC do B – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em agosto deste ano, o Comitê Central do PCdoB deliberou sobre um conjunto de temas que dizem respeito aos temas emergentes da sociedade brasileira: a proteção da Amazônia, a questão indígena e a exploração do petróleo e do pré-sal.

Sobre a Amazônia, o Comitê foi enfático ao tratar da necessidade de combinar a proteção ambiental com as exigências do desenvolvimento sustentado da região. Já em relação à questão indígena, o Comitê declarou seu apoio à demarcação das terras pertencentes aos índios e sua defesa, em casos de conflito, da compatibilização dos direitos e garantias.

Por fim, em relação ao petróleo e a descoberta do pré-sal, o PCdoB acredita ser de fundamental importância garantir a soberania brasileira e definir um novo marco regulatório que resguarde os interesses nacionais nessas áreas.

Pela relevância dessas decisões, Sr. Presidente, peço que sejam incluídos nos Anais desta Casa todo o conteúdo das três resoluções, que refletem o forte consenso que há entre os comunistas a respeito destes temas e que lançam uma importante reflexão a respeito dos rumos que queremos para o desenvolvimento de um País mais justo e soberano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Resolução do Comitê Central do PCdoB

**Amazônia: soberania e desenvolvimento sus-
tentável**

Não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento

1 – Caráter estratégico

A Amazônia é uma região estratégica sob qualquer aspecto: sua posição geopolítica, seu imenso território (65% do Brasil), sua extraordinária planície mineral, sua biodiversidade. A Amazônia legal se compõe do bioma Amazônia, do cerrado e de outras áreas como várzeas e savanas. Estes aspectos, somados ao fato de possuir, em abundância, todos os elementos essenciais à vida, como água, calor e recursos naturais, lhe conferem grande importância geopolítica e ambiental no mundo. Portanto, alvo permanente da cobiça das grandes potências. Por tudo isso, a temática “Amazônia” não é uma questão regional, e sim nacional, na medida em que condiciona o desenvolvimento do Brasil em bases sustentáveis. É uma questão chave ao Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND).

Existem três correntes básicas acerca do aproveitamento econômico da Amazônia: os defensores da exploração predatória (para quem o crescimento econômico é tudo e a proteção ambiental, nada); os santuaristas (a conservação é tudo e o desenvolvimento, nada); e os sustentabilistas (que asseguram a compatibilização do desenvolvimento com a proteção), com a qual os comunistas partilham concepções.

Soberania

A Amazônia tem sido alvo permanente da cobiça por parte do imperialismo. Portanto, a reafirmação da soberania nacional sobre ela é uma necessidade constante e exige, objetivamente, uma presença maior do Estado nacional na região. Nos governos de predominância neoliberal, essa presença se tornou mais rarefeita, facilitando a ação do imperialismo e de seus agentes.

O imperialismo já recorreu a diversas táticas para viabilizar o seu intento. Dentre elas, houve variações que vão desde a pura e simples opção militar às missões religiosas, passando pelas expedições científicas, pela criação do “Instituto da Hileia”, a teoria dos “grandes lagos”, o arrendamento do Acre através do Bolivian Syndicate e os pretextos da proclamada defesa dos indígenas, das comunidades tradicionais e da defesa ambiental – especialmente a teoria do bloqueio,

atualmente em vigor. Apesar de todas essas ações e ameaças o Brasil possui há mais de um século fronteiras incontroversas reconhecidas e pacíficas.

2 – Temas controversos

Devido à sua natureza estratégica, o debate sobre a Amazônia envolve temas controversos, como a demarcação de terras indígenas, arrendamento da floresta, unidades de conservação, seu papel no clima e o próprio conceito de desenvolvimento sustentável e sua eventual contradição antagônica, por exemplo, com a construção de hidrelétricas e rodovias, exploração florestal e uso dos solos para fins agrícolas.

Em relação a tais polêmicas, o PCdoB tem as seguintes opiniões:

a– Apoio à demarcação das terras das etnias indígenas e a garantia dos seus direitos, com a preservação da integridade territorial do Brasil e o seu direito ao desenvolvimento.

b– A lei sobre Arrendamento da Floresta deve ser alterada para impedir o arrendamento por estrangeiro. A compra e a exploração de grandes extensões de terras por estrangeiros criam sérias dificuldades ao controle nacional sobre as áreas adquiridas.

c– Unidades de Conservação. Está na mesma categoria das áreas indígenas. Para os defensores da exploração predatória, é um estorvo que deve ser eliminado; para os santuaristas, um mecanismo de bloqueio da Amazônia; para a corrente sustentabilista, um recurso necessário à proteção de parte da Amazônia, e sua consideração deve integrar a definição do NPND que envolva desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

d – Conceito de desenvolvimento sustentável. Não há ação sobre a face da Terra que não provoque impacto ambiental, seja ela humana ou natural. Busca-se, portanto, minimizar esses impactos e adotar mecanismos para assegurar o desenvolvimento contínuo sem comprometer a existência da humanidade. Dentro dessa concepção, é correto defender que não há contradição antagônica entre a proteção ambiental e a construção de hidrelétricas, rodovias, exploração florestal – baseada em recomendações científicas de corte seletivo e “reflorestamento natural” em 25 anos – e uso dos solos para agricultura, especialmente nas várzeas de alta fertilidade e outros dos seus biomas.

e – O papel da ciência. Como a natureza e a sociedade jamais ficarão estáticas, cabe à ciência encontrar os meios adequados para assegurar a existência humana não apenas através de mecanismos científicos apropriados, mas igualmente valorizando e respeitando os aspectos culturais, sociais e econômicos da região. É errôneo, anticientífico, tanto imaginar ação econômica ou natural sem impacto ambiental quanto

pretender que a sociedade prescindia do desenvolvimento econômico e social, transformando a natureza num santuário.

3 – Plataforma.

Para o PCdoB, é necessário identificar e refutar as concepções e medidas que comprometem a soberania nacional sobre a Amazônia brasileira, ou condicionam e limitam seu desenvolvimento sustentável. A elaboração do campo popular, progressista e patriótico sobre esse tema já possibilita a elaboração de uma plataforma que situa a Amazônia no NPND.

a – Geopolítico: Assegurar a soberania nacional, denunciar a cobiça estrangeira sobre a região e as táticas para sua internacionalização; interação com os demais países amazônicos, com o objetivo de estabelecer ações comuns de desenvolvimento sustentável e integração regional; integração por meio de hidrovias, rodovias e, especialmente, aerovias; consolidar experiências exitosas, como a Zona Franca de Manaus; apoiar, no fundamental, o Plano Amazônia Sustentável.

b – Econômico: Prioridade para a questão amazônica no NPND. Forte presença do Estado, através de seus diversos ministérios para fomentar o desenvolvimento econômico social e assegurar a proteção ambiental e defesa da integridade do território brasileiro. O desenvolvimento sustentável deve reger toda a atividade econômica. Dentro dessa lógica, buscar a autossustentabilidade de alimentos; adensar a cadeia produtiva, verticalizar a produção e agregar valor aos produtos regionais; verticalizar a produção mineral do Pará e de outras planícies minerais; manejo florestal seletivo, com cortes em 25 anos. Combate sistemático às queimadas.

c – Implantar plano integrado e sistemático de ocupação territorial sustentável na região Amazônica, delimitando e protegendo áreas de grande interesse de biodiversidade, ou de conexão das mesmas (via corredores ecológicos), controle para áreas de exploração florestal (madeira e outros produtos), sistemas florestais para recuperação de áreas degradadas ou marginais de uso, delimitando áreas próprias para cultivo e pastagem.

d – Revisão da lei de gestão das florestas públicas, incluindo mecanismos eficientes de fiscalização das concessões, a proibição de concessões a estrangeiros e o estímulo à exploração comunitária das florestas públicas.

e – Científico & Tecnológico: aprofundar o conhecimento científico da Amazônia; criação e ampliação de centros de pesquisas; desenvolver indústrias de biotecnologia para potencializar a biodiversidade e, com base em novas tecnologias. Transformar os vas-

tos recursos naturais, inclusive o patrimônio genético, em fonte local de geração de riqueza e agregação de valor, articulada ao desenvolvimento nacional.

f – Sócio-Cultural: apoiar a demarcação das terras indígenas e defender seus direitos; regularizar a situação fundiária, incluindo as áreas de várzeas; promover a elevação cultural, social e econômica da população local.

g – Incentivar campanhas em defesa da Amazônia.

São Paulo, 28 de agosto de 2009, – Comitê Central do PCdoB.

Apoio aos direitos das etnias indígenas

O povo brasileiro é resultado da confluência de três vertentes civilizatórias: a ameríndia, a africana e a europeia, processo que enriqueceu com aportes de contingentes de imigrantes de outras nacionalidades – asiáticas e árabes – desde o final do século XIX. O modo brutal e violento pelo qual se deu a gestação do Brasil e de seu povo penalizou drasticamente os índios e os negros com a escravidão e a opressão. Apesar de heranças negativas deste itinerário, o resultado é grandioso. O povo brasileiro é uno e o país é detentor de um território continental. Nenhuma etnia reivindica autonomia perante o Estado brasileiro. Mesmo assim, é preciso dar respostas a contradições presentes no âmbito do povo decorrentes do seu processo de formação e, também, das deformações inerentes ao desenvolvimento capitalista que se deram no país. As soluções aos conflitos e injustiças devem ser regidas pelo princípio do fortalecimento da unidade do povo brasileiro.

Das vertentes que deram vida à Nação brasileira, a indígena, nas nascentes do país, era a mais numerosa. O seu legado para a formação dos brasileiros nesse processo foi inestimável. No presente, o Brasil deve valorizar, proteger e efetivar os direitos indígenas por princípio republicano e mesmo por uma questão de justiça e reconhecimento em relação a quem tanto contribuiu para que o país viesse a ter os atributos que possui.

Essa consciência de orgulho de os indígenas estarem no berço da nossa formação como povo, e a necessidade de defender seus direitos e valorizá-los, se manifestou ao longo da história. Fruto de muitas lutas, a Constituição aprovada em 1988, em seu artigo 231, veio a contemplar concepções dessa corrente política que sempre lutou em defesa dos índios – da qual sempre fizeram parte os comunistas. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo

à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Apesar disso, essa temática encerra contradições e polêmicas. Prova disso foi o contencioso que marcou o debate da demarcação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A polêmica surge pelo conflito de concepções antagônicas. Alguns, retrogradamente, não reconhecem os direitos dos indígenas. Por outro lado, interna e externamente poderosos interesses buscam manipular a justa causa indígena em detrimento da unidade do povo brasileiro e da soberania do país. Finalmente, também se manifestam concepções que desprezam a necessidade de se buscar a compatibilização entre direitos dos indígenas e dos não-índios em áreas de conflitos.

O PCdoB reafirma sua resoluta defesa dos direitos das etnias indígenas. O Estado, o governo e o conjunto das instituições republicanas devem adotar políticas e ações que visem a assegurar tais direitos. Os comunistas estão empenhados em assegurá-los. Para orientar sua conduta face a essa temática, ele adota as seguintes diretrizes:

1– Apoio à demarcação das terras indígenas e garantia de seus direitos, com a preservação da integridade territorial do Brasil e do seu direito ao desenvolvimento. Em situações de conflito, compatibilizar os direitos dos indígenas com os direitos dos não-índios.

2– As terras indígenas são propriedade da União, que exerce sobre elas sua soberania.

3– As demarcações das terras indígenas devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, sempre assegurando a soberania nacional – sobretudo em áreas de fronteira.

São Paulo, 28 de agosto de 2009, – Comitê Central do PCdoB.

Resolução do Comitê Central sobre o petróleo no Brasil

A questão da energia em geral, e petróleo em particular, é um dos mais relevantes e estratégicos temas para a humanidade. A disputa pelo conhecimento científico e tecnológico e pelo controle das fontes, da produção e distribuição da energia produzida tem levado a vários conflitos, inclusive guerras imperialistas. É um assunto crucial para a soberania e o desenvolvimento de qualquer Estado-Nação.

Mudanças na matriz energética

Há um grande debate e crescentes esforços no mundo hoje no sentido de alterar a matriz energética em escala planetária. Para combater o aquecimento global, a poluição e a degradação ambiental há uma necessidade de substituição dos combustíveis de origem fóssil (principalmente o carvão e derivados de

petróleo) por combustíveis menos poluentes, ou não poluentes, e renováveis.

O ritmo e a intensidade do desenvolvimento científico e tecnológico na produção de energia serão decisivos para a mudança da matriz energética, com a participação crescente de fontes energéticas alternativas, como a hidráulica e a nuclear, e outras como a eólica, a solar, a biomassa (etanol, biodiesel, etc.), e a provinda do hidrogênio e das marés. É importante ressaltar que o Brasil é pioneiro em algumas dessas novas fontes, sendo sua matriz energética atual das mais limpas do mundo, com grande participação de fontes renováveis.

O petróleo no Brasil e no mundo

Segundo um Ministro do Petróleo da Arábia Saudita: “a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra”. No caso do petróleo e do gás, é possível que nas próximas décadas a transição da matriz energética brasileira e mundial se desenvolva ao mesmo tempo em que continuem a ser descobertas novas reservas de petróleo e gás, como recentemente no pré-sal brasileiro. Ou seja, não há nenhuma certeza que estejamos destinados a ver o petróleo acabar. O mais provável é que haja uma diminuição substantiva do percentual de petróleo e gás na matriz mundial, mas que ele continue sendo uma fonte energética importante, sobretudo usado não como combustível, mas para outros fins. Em outras palavras, a longo prazo, provavelmente o que pode acabar antes do petróleo é a sua utilização como combustível.

O Brasil possui um imenso potencial energético composto por matriz diversificada, potencial este agora reforçado com as descobertas estratégicas na camada do pré-sal. Esta é uma particularidade brasileira que nos distingue em relação a outros países. O pleno aproveitamento deste potencial poderá colocar o país em destaque, permitindo-se estabelecer bases concretas para um novo ciclo de desenvolvimento, para o qual o país possa se tornar uma potência energética, sendo esta uma das principais condições para o sucesso de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, proposta em discussão no 12º Congresso do PCdoB. Daí porque, enquanto brasileiros, interessa-nos avançar na descoberta, inovação e difusão de novas tecnologias e fontes de energia, a exemplo do que fizemos e fazemos com o etanol, e também na produção e exploração de petróleo e gás.

Durante o Governo Lula, em abril de 2006, o Brasil alcançou auto-suficiência na relação entre produção e consumo nacional de petróleo. Isso significa que com as novas descobertas das reservas da camada do pré-sal podemos vir a ser em breve um importante país produtor de petróleo e gás, e de seus derivados. Temos que exportar prioritariamente produtos oriundos do petróleo com valor agregado, e não o óleo cru

precisamos desenvolver uma ampla indústria de equipamentos e serviços de conteúdo nacional. De nada adiantará, para o povo brasileiro, ter uma riqueza natural inexplorada embaixo da terra. Defender o interesse nacional e popular neste caso é criar condições para usufruir desta riqueza, da melhor maneira possível, e no tempo adequado. Esta riqueza deve ser distribuída nacionalmente para promover o desenvolvimento e para combater as desigualdades sociais e regionais

Desenvolvimento com soberania

O PCdoB defende o desenvolvimento com soberania, uma posição que leva em conta a soberania e a independência nacional e ao mesmo tempo as necessidades de um novo projeto nacional de desenvolvimento tendo como horizonte a transição ao socialismo em nossa Pátria. É necessária uma política de Estado com visão estratégica e legislações avançadas para o setor de petróleo e gás.

Para definirmos essa posição avançada, patriótica e contemporânea sobre o tema petróleo, devemos ter uma compreensão do processo que resultou na situação atual. As primeiras fases da luta pela implantação de uma indústria nacional e estatal de petróleo e derivados foram decisivas para criarmos a situação atual e traçarmos os planos ousados que estamos construindo para o setor.

O marco regulatório que vigorou entre nós, de 1953 a 1997, marcado pelo monopólio estatal do petróleo e fruto da grande campanha nacional “O petróleo é nosso”, foi o grande responsável pelo desenvolvimento com soberania que temos nesse setor até os dias de hoje.

Os planos dos neoliberais — durante o Governo FHC — eram de alterar a Constituição e aprovar uma nova Lei do Petróleo. Esses planos privatistas contaram com a firme oposição do PCdoB. Ainda assim, foram mantidos o petróleo, e sua exploração, como monopólios constitucionais da União, só que não mais exercido através da Petrobras, como era antes. O que foi retirado da Constituição foi o exercício exclusivo do monopólio da União por uma única empresa estatal, a Petrobras. No entanto, a parte mais importante do plano não foi realizada: a privatização da Petrobras. Apesar de ter a maioria de suas ações em mãos de acionistas privados, e a maior parte em mãos de estrangeiros, a Petrobras segue com controle acionário e político estatal, e crescendo e se fortalecendo como nunca. O modelo previsto pelos neoliberais não foi implantado. A Agência Nacional do Petróleo, Gás e B combustíveis (ANP), criada na época para regular o setor, terminou ficando como a única agência, das criadas na época, que regulava um setor onde não houve privatização da empresa estatal, pois a Petrobras não foi privatizada.

A partir de 2003 o Governo Lula começou a reverter esse processo. A manutenção da Petrobras com controle estatal e a nova política do governo federal via Ministério das Minas e Energia, Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ANP, mesmo com a atual Lei, conseguiu desenvolver o setor e ao mesmo tempo fortalecer a Petrobras, que ainda responde por 97,9% do petróleo produzido no Brasil, segundo dados de 2008. A participação do setor no PIB brasileiro cresceu de 2,7% em 1997 para 10,3% em 2005. Também foi nesse período que conseguimos a auto-suficiência. A produção de petróleo aumentou de 1,27 milhões de barris/dia em 2000 para mais de 2 milhões/dia, nesse início de 2009. Os royalties e participações especiais da União, que são repartidos com Estados e Municípios, totalizavam 190 milhões de reais em 1997 e em 2008 já eram 22,6 bilhões, quase 13.000 % de crescimento, naturalmente devido ao aumento da produção e do preço do barril do óleo.

No entanto, fosse outro governo federal, poderia ter sido bem diferente, pois o Governo Lula, logo que foram descobertas as grandes jazidas do pré-sal, tomou medidas para garantir os interesses nacionais. Entendeu que uma nova realidade havia surgido: agora já não estávamos frente a áreas de alto risco para a exploração de petróleo, mas sim ante área de baixo risco exploratório e de elevado potencial petrolífero. Daí a necessidade de um novo marco regulatório que defina, em uma política de Estado, o melhor aproveitamento para o povo brasileiro das grandes rendas petrolíferas que a nova área propiciará.

O novo marco regulatório

Nesse novo marco regulatório é preciso partir da constatação que a atual Lei não resguarda os interesses nacionais na área do pré-sal, de baixo risco exploratório e elevado potencial. Na definição de uma nova Lei o acesso à área do pré-sal e a maior parte das rendas aí auferidas devem ficar para o Estado brasileiro. O novo modelo deve assegurar à Petrobras o papel de principal empresa da área do pré-sal, presente como operadora exclusiva em todos os blocos. Nas demais áreas, especialmente nas bacias sedimentares brasileiras, mormente nos campos terrestres maduros, há que se prestigiar o pequeno e médio empresário brasileiro interessado em exploração e produção de petróleo. Ademais, deve-se encontrar formas legais de privilegiar o capital nacional.

Aspecto importante de toda a discussão em curso relaciona-se ao objetivo de fortalecer o caráter público e estatal da Petrobras, com o aumento da participação da União em sua composição acionária. Entretanto, não podemos nos contentar com a situação atual, em que a União conta apenas com 32,2% do capital social

da empresa. Na atual situação, herdada do governo de FHC, a maior parte do capital social da Petrobras é privada, e cerca de 80% desse capital está em mãos estrangeiras. É uma situação que deve ser resolvida, sem protelação, no contexto do novo marco legal para o pré-sal, usando a riqueza gerada aí para aumentar a participação estatal na Petrobras.

É necessária a criação de uma empresa 100% estatal para a gestão das áreas de grande potencial, inclusive o pré-sal, garantindo recursos para o Estado brasileiro. A criação desta nova empresa só se justifica pelo fato da Petrobras não ser 100% pública, e a maior parte de seu capital acionário ser privado, em boa parte estrangeiro, razão pela qual continua sendo necessário lutar pela retomada de seu capital acionário. A nova empresa pública não deve ser operadora, e deve ter sólida base legal, para se evitar sua fragilização ou privatização por eventuais governos de orientação neoliberal.

Com o pré-sal, existe a expectativa das reservas brasileiras saltarem dos atuais 12,6 bilhões de barris para mais, ou bem mais, de 70 bilhões, colocando o Brasil entre os 10 países do mundo com maior reserva. Por proposta do diretor-geral da ANP, a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de novembro de 2007, deliberou retirar das rodadas de licitações 41 blocos que tinham sido incluídos no rol da próxima rodada antes da descoberta do pré-sal. Um problema estratégico que se coloca é o da extensão da soberania do país do nosso mar territorial de 200 milhas para o limite da plataforma continental, a cerca de 350 milhas.

Também é preciso aumentar os investimentos em estudos científicos, geológicos e geofísicos, criando assim as condições para que a ANP e a Petrobras realizem esse trabalho, resguardando ao poder público as decisões finais de onde e como investir. Atualmente só estamos operando em exploração e produção de petróleo em cerca de 4 a 5% da área de nossas bacias sedimentares, e o conhecimento geológico que temos dessas bacias, registrado em mapas específicos, vai em torno de apenas 7%.

Há três tipos de contrato mais usados no mundo de exploração de petróleo: o contrato de concessão, o contrato de partilha e o contrato de serviço. No contrato de concessão o Estado recebe impostos, royalties e participações especiais, e a empresa contratada se apropria da produção. No contrato de partilha o Estado é proprietário de parte do óleo extraído e a empresa da outra parte. E no contrato de serviço o Estado se apropria de toda a produção e remunera a empresa contratada.

No novo marco regulatório deve ser definido o contrato de partilha da produção para a área do pré-sal e todas as que forem descobertas com características semelhantes. Até a entrada em vigor do novo marco

regulatório não devem ocorrer leilões nos blocos da área do pré-sal e semelhantes, ou ainda em quaisquer áreas sobre as quais não se tenha conhecimento suficiente. O Brasil deve ter um sistema misto, no qual contratos de concessão existiriam somente em áreas de alto risco exploratório e de menor potencial petrolífero, e os contratos de partilha da produção seriam usados nas áreas de baixo risco e de elevado potencial. Com relação ao pagamento de royalties – dentro do contrato de partilha – ressalta-se que, além de ser um fator de distribuição de recursos para todos os Estados e Municípios brasileiros, deve haver uma compensação especial, prevista em lei, para os Estados e Municípios produtores.

Em síntese, nosso modelo deve ser o monopólio da União com mercado aberto e forte predominância da participação estatal nacional, como acontece em outros grandes países, como a Rússia e a Índia, e países socialistas como China e Cuba. Ao mesmo tempo, o novo modelo deve priorizar a integração energética da América do Sul e Latina e as parcerias Sul-Sul, a exemplo da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Coroando o novo modelo e dotando-o de um instrumento legal capaz de receber as rendas petrolíferas do Estado e encaminhá-las a objetivos sociais determinados, faz-se necessário criar um novo fundo para o desenvolvimento nacional e social, reduzindo assim as desigualdades sociais e regionais. Este fundo deve destinar seus recursos prioritariamente para a educação e produção de conhecimento científico e tecnológico, garantindo um futuro melhor para as novas gerações de brasileiras e brasileiros.

São Paulo, 28 de agosto de 2009

Comitê Central do PCdoB

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “TCU: Petrobrás admitiu superfaturamento”, publicada pelo jornal *O Globo*, em sua edição de 02 de setembro de 2009.

A matéria destaca que o Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrou que a Petrobrás já admitiu o superfaturamento de R\$ 64 milhões nas obras de terraplanagem na refinaria Abreu Lima e renegocia os preços.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU: Petrobras admitiu superfaturamento

Em depoimento na CPI, técnicos do órgão dizem que estatal já renegocia preços

Leila Suwvan

● BRASÍLIA. O Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrou ontem que a Petrobras já admitiu o superfaturamento de R\$ 64 milhões nas obras de terraplanagem da refinaria Abreu e Lima e renegocia os preços. Segundo o TCU, há indícios de irregularidades em R\$ 146 milhões nessa etapa da construção.

O consórcio contratado teria ficado em quarto lugar na concorrência, caso a Petrobras tivesse detectado o “jogo de planilha”, espécie de camuflagem do sobrepreço no orçamento inicial. As informações foram apresentadas ontem à CPI da Petrobras pelo diretor da Secretaria

de Obras do TCU, André Mendes. Segundo ele, a renegociação dos preços de dois tipos de drenos, registrada em ata da Petrobras de janeiro de 2009 e informada em março, é um reconhecimento do superfaturamento:

— Essa parcela, nós entendemos que eles admitiram. Não discutimos se a solução adotada é melhor ou pior. Queremos saber se o preço está acima ou abaixo dos preços praticados.

Estatal diz que renegociação ocorreu antes de fiscalização

Outro auditor, André Delgado, responsável pela fiscalização da refinaria, foi categórico:

— É ponto incontroverso. A própria Petrobras, em nego-

ciação, com o consórcio, está reduzindo esse valor.

A assessoria da estatal informou que a renegociação ocorreu entre dezembro de 2007 e abril de 2008, antes da fiscalização, mas não apresentou documentos. Tampouco comentou o fato de que haveria mudança no resultado da concorrência caso os preços estivessem adequados desde o início. Ainda não foi assinado termo aditivo para mudar os preços iniciais.

A escavação em “solo mole” foi cotada com preço 28% abaixo da tabela, reduzindo o valor final. Porém, menos da metade prevista do serviço foi executada. Itens como drenos de areia e fibroquímicos tinham sobrepre-

ço de 321% e 48%, respectivamente. Como a previsão de uso era baixa, não pesou no orçamento, mas foram usados cem vezes mais do que o planejado.

Sobrepreço é quando o preço cotado já está acima do que deveria ser, enquanto superfaturamento é o pagamento a mais pelo serviço prestado ou material adquirido. Na fiscalização do início da construção civil na refinaria houve sonegação de documentos, mas o tribunal detectou sobrepreço de R\$ 121,6 milhões, entre outras irregularidades. Já foram retidos R\$ 16 milhões. ■

CLIQUE NA INTERNET

Mais sobre a CPI
oglobe.com.br/pais

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Censura ao ‘Estado’ faz 60 dias e TJ pode julgar o caso amanhã”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo de 29 de setembro de 2009.

A matéria destaca que a censura ao jornal O Estado de São Paulo pelo desembargador Dácio Vieira completa hoje 60 dias. Desde 31 de julho, quando o integrante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) concedeu liminar que impede o jornal de publicar reportagem sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia federal, que investigou o empresário Fernando

Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Amanhã, o novo relator do caso, desembargador Lecir Manoel da Luz, deve ser manifestar e pode suspender a proibição.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Censura ao 'Estado' faz 60 dias e TJ pode julgar caso amanhã

Entidades de defesa da liberdade de imprensa e OAB cobram revisão imediata da decisão

Ricardo Brandt

A censura imposta ao Estado pelo desembargador Dácio Vieira cobrou hoje 60 dias. Desde 31 de julho, quando o integrante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) concedeu liminar ao empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o jornal está proibido de divulgar informações sobre a Operação Bol Barrica, da Polícia Federal.

Amanhã, o novo relator do caso, desembargador Lezir Manoel da Luz, deve se manifestar e pode suspender a proibição. Vieira foi afastado no último dia 15, atendendo a recurso encaminhado pelo Estado, mas a censura permaneceu, em uma manobra jurídica contestada por diversos especialistas.

Organizações de defesa da liberdade de imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) cobram da Justiça a revisão imediata da decisão que censurou o Estado, considerada uma afronta aos direitos constitucionais do País, um retorno à repressão imposta pela ditadura e um risco para todos os órgãos de comunicação.

"A morosidade do Judiciário significa a perpetuação da violação de um preceito constitucional fundamental para a democracia, que é a liberdade de imprensa", declarou o presidente nacional da OAB, César Brito. "Há casos em que o Judiciário pode e deve julgar rapidamente, sem com isso atopar-se a fila de processos ou privilegiar a parte interessada."

"O caso do Estado é uma dessas situações em que o Judiciário tem de acelerar o julgamento. A censura prévia foi abolida, a censura posterior proibida pela Constituição", disse Brito. "Já era hora de o STF tomar a iniciativa, até pelo repercussão geral que o tema envolve."

NO EXTERIOR

O caso também provocou reações fora do País. A Sociedade Interamericana de Prensa (SIP) defendeu a derrubada da liminar. "Quando a liberdade de imprensa está em risco, quem está em questão o direito das pessoas de saberem, o Judiciário deveria ser mais rápido, de forma a garantir esse direito fundamental da democracia, que é a liberdade de expressão", disse Ricardo Trotti, coordenador da Comissão de Liberdade de Imprensa e diretor do Instituto de Imprensa.

Outra entidade a se manifestar foi a International Federation of Journalists. "A IFJ exige pronta retificação desta medida, que pretende impedir a imprensa brasileira de informar sobre as irregularidades detectadas pela Justiça Federal, e manifesta sua preocupação porque a decisão obedeceu a considerações de amizade entre o juiz e a família Sarney."

O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ), entidade global em defesa do jornalismo e da liberdade de expressão, também condenou a censura. O CPJ, com outras seis organizações internacionais, descreveu o caso como "inacreditável".

A Associação Mundial de Jornais (WAN) e o Fórum Mundial de Editores (WFEP) chegaram a enviar carta conjunta endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo "ação".

Outras entidades como a Organização dos Estados Americanos (OEA), Reporters Sem Fronteiras e Artigo 19 também se consideraram a censura ao Estado um "retrocasso" para o País. ■

Cronologia do caso

10/6
• Estado revela a existência de mais de 300 atos secretos para criar cargos e nomear parentes de políticos para o Senado. Conversas telefônicas comprovaram o envolvimento do presidente da Casa, José Sarney, com os atos secretos e a prática de nepotismo

18/6
• A comissão de sindicância que analisou os atos secretos do Senado divulgou que detectou cerca de 650 decisões mantidas sob sigilo nos últimos anos

20/6
• Jornal publica reportagem mostrando que Amaury de Jesus Machado, conhecido como "Secreta", mordomo da casa de Roseana Sarney, filha de Sarney, é funcionário efetivo do Senado e ganha em torno de R\$ 12 mil

23/6
• Reportagem do Estado revela que dois funcionários — Raimundo Neresio Quintilliano Pereira Filho e Fernando Nelmaio Silva Belforte — que trabalham na Fundação José Sarney, em São Luís (MA), são assessores do Senado

25/6
• Reportagem do Estado mostra que o esquema do incêndio consignado no Senado incluiu entre seus operadores José Adriano Cordeiro Sarney, filho do empresário Fernando Sarney, filho mais velho de José Sarney

16/7
• A Operação Bol Barrica esbarrou em provas contra o grupo do empresário Fernando Sarney, filho de José Sarney. A Polícia Federal divulgou que o grupo usava o poder do sobrinho Sarney para ter acesso a ministérios e estados. Fernando Sarney foi interrogado na PF do Maranhão

22 e 23/7
• Estado publica diálogos gravados entre 30 de março e 2 de abril de 2008, que mostram a articulação para a nomeação de Hélio Costa Mendes, nomeado de Maria Beatriz Brandão Cavalcanti, filha de Fernando Sarney

31/7
• O desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, informa o Estado da proibição de publicar informações sobre a Operação Bol Barrica (PF)

1/8
• Jornal revela que Vieira, ex-consultor do Senado, é do convívio dos Sarney e do ex-diretor do Senado Agostini Maia. A Associação Nacional de Jornais (ANJ), outras entidades, senadores e o ex-ministro do STF Carlos Velloso criticam decisão

3/8
• O líder Arthur Virgílio (PSDB) pede ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que abra sindicância contra Vieira. Para ministros do STF, a decisão, defendida por promotores, Vieira contrariou a Constituição e violou a liberdade de imprensa

5/8
• O advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira pede que o desembargador seja afastado e o Estado imediatamente se declare suspeito para tomar decisões no processo. A exceção de suspeição é protocolada no próprio Tribunal de Justiça do DF. O requerimento sustenta que há laços entre Dácio Vieira, Fernando Sarney e Agacil Maia

10/8
• Associação Mundial de Jornais (WAN) e Fórum Mundial de Editores (WFEP), que representam 18 mil publicações, 15 mil sites e mais de 3 mil empresas em mais de 120 países, enviam carta a Lula e ao presidente do STF, Gilmar Mendes, criticando liminar da censura

12/8
• Estado envia e-mail pedindo de segurança. O relatório tem o objetivo de garantir o reconhecimento de direito adquirido e caráter inextinguível, que está sendo violado ou ameaçado por ato ilegal ou inconstitucional de uma autoridade

13/8
• O desembargador Wáclav Luíscio Corrêa, da 2ª Câmara Civil do TJ, mantém censura ao jornal, ao não aceitar pedido de liminar na medida de segurança. Corrêa debita para deliberar após receber dados de Vieira e da Procuradoria

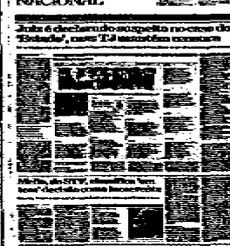
14/8
• O desembargador Vieira conclui que é competente para julgar o processo. Caso segue para Conselho Especial do TJ. Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, critica censura ao Estado. Entidades continuam a repudiar a censura

17/8
• Mendes cobra decisão rápida sobre o caso. O advogado Manuel Alceu ingressa no TJ-DF com um novo recurso. Por meio de embargos de declaração, ele requer ao desembargador Lopes Junior que esclareça pontos de sua decisão

21/8
• Estado ingressa com nova exceção de suspeição do desembargador Dácio Vieira. A base do recurso é extralda da própria decisão de Vieira, quando ele ignorou um primeiro pedido para que se declarasse suspeito no caso

29/8
• A Sociedade Interamericana de Prensa (SIP), alarmada com o número de atentados à liberdade de imprensa no Brasil, faz uma reunião de entidades para debater o problema no Fórum de Emergência sobre Liberdade de Expressão

15/9
NACIONAL



• O TJ-DF declara Vieira suspeito para decidir sobre o pedido de censura. A decisão afasta o desembargador do caso. No mesmo dia foi indicado o novo relator, Lezir Manoel da Luz

REFERÊNCIAS

José Carlos Cozeno Presidente do Conamp
"Deveria haver uma nova representação no CNJ contra o atual relator. Não se justifica que em um mandato de segurança exista essa demora"

Rose Nogueira Diretora do Tortura Nunca Mais
"Lutei no regime militar contra a censura. É uma vergonha, ofende a todos essa censura ao Estado e a demora em se julgar o caso"

Cezar Brito Presidente da OAB
"A persistência da censura sobre o jornal há dois meses e a morosidade do Judiciário em fazer valer um preceito constitucional preocupam"

Maria Aparecida Aquino Historiadora da USP
"Toda e qualquer censura tem de ser vista com desprezo. A liberdade de informação faz parte dos pilares de construção da democracia"

Ricardo Pedreira Diretor executivo da ANJ
"É lamentável que a censura esteja demorando tanto e que tenha havido censura prévia. A decisão prejudica a todos"

Maria Victoria Benevides Socióloga da USP
"Quando o Judiciário atua com interesse autoritarista, sobretudo de acordo com interesses políticos ilegítimos é algo catastrófico"

Sérgio Murillo Presidente da Fenaj
"A censura é escandalosa. Daqui a pouco, a gente vai acabar se acostumando com isso. Lamento o silêncio do CNJ e espero um pronunciamento do órgão"

Senador Flecha Ribeiro

Medida fere Constituição, diz especialista

Advogada vê falta de 'padrão claro' de juizes em sentenças ligadas à mídia

Messaci Assunção

A censura ao Estado demonstra que falta um padrão claro de juizes em sentenças ligadas à mídia. A advogada Paula Martins, do Distrito Federal, afirma que a decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que proibiu o jornal de publicar reportagens sobre a Operação Bol Barrica da Polícia Federal, responsável pela investigação dos negócios da família Sarney.

"Não há um padrão claro e tudo depende muito do juiz que analisa a ação, o que faz com que tenhamos decisões péssimas e ótimas", afirma

Paula. A Artigo 19, cujo nome faz alusão ao artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos que trata da liberdade de expressão, é uma organização sediada em Londres.

Em termos gerais, como classifica a censura ao Estado, em seus dois meses de vigência? A decisão do juiz envolveu censura prévia e já demora muito para chegar a um termo. Sem dúvida, a proibição de divulgar informações de interesse público, que envolvem corrupção e uso de recursos públicos, fere um preceito constitucional. Os cidadãos não tiveram direito a receber informações que poderiam ser importantes. O caso do Estado é paradigmático para o que chamamos de falta de um padrão legal.

Então, o Artigo 19 constatou que não há um padrão claro para casos que envolvem liberdade de expressão no Brasil? Temos visto as mais variadas, e às vezes disparatadas, decisões, que punem desde órgãos da grande imprensa, como o Estado, até pequenos jornais, organizações como o grupo Tortura Nunca Mais e blogs. O que temos constatado é que, além da falta de um marco legal, que era a Lei de Imprensa, totalmente abolida, não há um padrão para definir a liberdade de expressão e a distinção entre essa liberdade e o direito à privacidade.

Os críticos da Lei de Imprensa dizem que a Constituição prevê a resolução desses questões relacionadas a crimes de Imprensa.

A Constituição realmente discorre sobre o tema, mas é excessivamente genérica. Além, até o próprio marco legal, que era a Lei de Imprensa, também não chegava a detalhes, mas era uma simulação para alguma forma de padrão. Achamos que a lei deveria ter sido substituída e não simplesmente abolida.

O que fazer para combater esse problema? É preciso que todos, a sociedade, o governo, o Judiciário e a academia, promovam um grande debate para chegarmos a um consenso. Caso não o façamos, teremos problemas sérios. Até mesmo a liberdade de expressão pode sofrer enormes danos no País. ■

O SR. GERSON CAMATA, (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é difícil acreditar, mas o bispo da diocese de Barra, na Bahia, dom Luiz Flávio Cappio, que freqüentou o noticiário ao fazer duas greves de fome contra a transposição do Rio São Francisco, em 2005 e 2007, anunciou esta semana seu próximo projeto. Ele pretende construir, no local em que foi morto o terrorista Carlos Lamarca, um santuário em sua homenagem.

Para justificar o tributo a um terrorista assassino, dom Luiz diz que considera mártir “quem morre em defesa de uma causa justa e derrama seu sangue por valores evangélicos”. Logo, para ele, Lamarca é um mártir. “Quero valorizar o que ele fez de bom”, afirma, quando confrontado com o fato de que seu homenageado nunca hesitou em fazer uso da violência, bem ao contrário do que pregam os valores evangélicos.

Vale a pena vasculhar a biografia de Lamarca, para tentar encontrar nela algum vestígio de apego à doutrina cristã. Capitão do Exército brasileiro, desertou de um quartel em São Paulo, em 1969, roubando um caminhão carregado de armamento e munição, junto com subordinados seus, para juntar-se à organização clandestina VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, que lutava contra a ditadura militar, com o objetivo de implantar no País um regime totalitário de esquerda.

Tornou-se desde então um dos mais ativos terroristas brasileiros. E dos mais violentos também. Na tarde de 9 de maio de 1969, comandou o assalto simultâneo a 2 bancos, no bairro da Moóca. O guarda civil Orlando Pinto Saraiva foi morto com 2 tiros, um na nuca e outro na testa, disparados por Lamarca, que se encontrava escondido atrás de uma banca de jornais. Um dos gerentes, Norberto Draconetti, foi esfaqueado.

Embora sem participar diretamente, Lamarca planejou o atentado a bomba contra o quartel general do II Exército, em que foi assassinado o recruta Mário Kozel Filho, que estava de sentinela. No Vale da Ribeira, em São Paulo, em setembro de 1970, matou, juntamente com outros integrantes da VPR, com coronhadas na cabeça, o tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo, seu prisioneiro, amordaçando-o para que não gritasse. Ele fora condenado por um “tribunal revolucionário” que não levou mais que alguns minutos para decidir executá-lo.

Dias depois, sua organização emitiu um comunicado: “A sentença de morte de um tribunal revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O tenente Mendes foi condenado e morreu a coronhadas de fuzil, sendo depois enterrado”.

Ainda em 1970, no mês de dezembro, Lamarca e seu bando seqüestraram o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, numa rua estreita do Rio de Janeiro. O carro do diplomata foi bloqueado e Lamarca bateu no vidro da janela onde estava o segurança, o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo. Abriu a porta e disparou dois tiros com um revólver calibre 38. O segundo tiro atingiu as costas do agente, que se virara. Com a medula totalmente seccionada, ele morreu 3 dias depois, no hospital.

Eis um currículo resumido do “herói” para o qual dom Luiz Cappio quer erguer um santuário. Um homem capaz de matar a sangue-frio, sem a menor piedade por suas vítimas. Planejador e autor de atentados, seqüestros e assassinatos, o que Lamarca fez “de bom”, para usar as palavras de dom Luiz? Lutou pela democracia?

Pelo contrário, seu objetivo, e o de grupos semelhantes que atuavam contra a ditadura de direita, era substituí-la por outra, de esquerda. Não tinha a menor intenção de respeitar a liberdade de expressão e assegurar os direitos de quem discordava de seus dogmas. Seu exemplo e fonte de inspiração eram os regimes totalitários do Leste europeu e a Cuba de Fidel Castro.

O homem em quem dom Luiz, sabe-se lá como, consegue enxergar qualidades que o tornam um benfeitor da população nada fez a não ser disseminar o terror e arruinar a vida de famílias. Se hoje é tratado como herói, é porque vivemos num país de memória curta, e onde o apego a idéias ultrapassadas ainda engessa a cabeça de muitos intelectuais.

Agora, descobre-se que dom Luiz Cappio também continua preso ao século passado. Melhor seria se, em vez de gastar recursos com um memorial dedicado a um assassino, cuidasse de empregar o dinheiro em obras que aliviassem um pouco a miséria de seus paroquianos.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 37 minutos.)

Agenda do Presidente José Sarney
22-10-2009
quinta-feira

10h – Gravação do programa Falando Fracamente com o jornalista Carlos Chagas

Setor Bancário Norte, Quadra 2 Bloco H, 12º andar, Edifício Central Brasília

16h – Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Minoria-PSDB - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** . Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo final: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Vago⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres ^(1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tiãõ Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Sadi Cassol (PT) (4,31,81,82,83)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) (66,69)
Gerson Camata (PMDB) (64,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,57)
Valdir Raupp (PMDB) (53)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,57,80)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,68,70)
Pedro Simon (PMDB) (54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,57)
Renan Calheiros (PMDB) (62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (62,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (49)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,45)
Efraim Morais (DEM) (47)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (48)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) (52)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,50)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,26,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (43)	1. Sérgio Zambiasi (12,43)
Gim Argello (43)	2. Fernando Collor (43)

PDT	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PSDB) (10,12)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,34,71,81)	1. VAGO (30,78)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. César Borges (PR) (35)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (28)
Marcelo Crivella (PRB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (27,76,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,31)
Roberto Cavalcanti (PRB) (32,60,62)	6. VAGO (32)
Renato Casagrande (PSB) (32,58,65)	7. José Nery (PSOL) (32,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (48,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,55)	3. Valdir Raupp (PMDB) (52)
VAGO (57,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,75,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (49)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (40)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (44,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,46)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Flávio Arns (PSDB) (21,43,84)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (22,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Expedito Júnior (PSDB) (23,82)
Papaléo Paes (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (24,45,83)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (17,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
28. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
76. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

83. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

84. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. Leomar Quintanilha (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (38,71,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (16,36)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,16,30)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (32,45)
João Pedro (PT) (39,45,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,37,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,65)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,63)
Almeida Lima (PMDB) (58,65)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (57,64,86)
Gilvam Borges (PMDB) (59,65)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,65)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,66,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,65)	5. Valdir Raupp (PMDB) (44,61,68)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,55,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,65)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (46,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,50)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (40)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,52)
Alvaro Dias (PSDB) (27,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (25)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,75)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Expedito Júnior (PSDB) (29,72,90)
PTB (7)	
Romeu Tuma (49)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (11,12,23)	1. Flávio Torres (13,22,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
45. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(34,81,90,92,94)	1. João Pedro (PT) ^(1,30)
Augusto Botelho (PT) ⁽³⁴⁾	2. VAGO ^(36,95)
Fátima Cleide (PT) ⁽³⁴⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,32)
Paulo Paim (PT) ^(34,45,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³¹⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(33,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) ^(37,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) ^(33,71)
Sadi Cassol (PT) ^(35,85,86,87)	7. Marina Silva (PV) ^(33,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
Mauro Fecury (PMDB) ^(8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) ^(59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁵⁸⁾	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) ⁽⁶²⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁵⁵⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,54)
VAGO ^(57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,47)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁵⁰⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,46)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,41)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(52,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴²⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴³⁾
José Agripino (DEM) ^(13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,49)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁸⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,51)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾	7. Expedito Júnior (PSDB) ^(29,69,75,84,89)
Flávio Arns (PSDB) ^(24,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁸⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(26,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²²⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁵⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,39)	1. João Vicente Claudino ⁽³⁹⁾
Romeu Tuma ⁽³⁹⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
32. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
38. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
50. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 - Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 - Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 - Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
 **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Shessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (34)
Gerson Camata (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (41)
VAGO (36,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (35)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (38,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (42,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. Expedito Júnior (PSDB) (18,47,59)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,10)
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,11)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹²⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (47)	1. Aloizio Mercadante (PT) (44,68,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (40,83,84)
João Ribeiro (PR) (39,72)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (38)	4. Magno Malta (PR) (41)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,70,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,43,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (64)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (63)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,71,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,35,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (37)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (31,60,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) (19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. VAGO (24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (44)
Valdir Raupp (PMDB) (54,58)	5. VAGO (43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,60,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (36)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Morais (DEM) (27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,61)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²³⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,26)
Serys Shhessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁵⁾	3. Tião Viana (PT) ^(24,54)
José Nery (PSOL) ⁽²⁷⁾	4. VAGO ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) ^(33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁸⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(41,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁷⁾	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(36,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁴⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,39)	1. João Durval ^(16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (17)	1. Paulo Paim (PT) (17)
Sadi Cassol (PT) (19,62)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,18)
Augusto Botelho (PT) (20,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (23,60,61,63,65)
César Borges (PR) (22,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,41,44,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
Expedito Júnior (PSDB) (15,53,56,64)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13,55)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. Expedito Júnior (PSDB) (6,7)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,44)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,26)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (24)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,29)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Flávio Torres (13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho (PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾**PR**Expedito Júnior (PSDB-RO) ⁽⁵⁾**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 29/09/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

5. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 14.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NÉCHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 156 páginas

OS: 2009/17619